

Maria Margarida de Albuquerque Leitão
Julho de 2010

O Bairro da Bouça

Um contributo para o entendimento do SAAL no debate da Habitação Social



Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Apresentada ao

Departamento de Arquitectura da FCTUC

Sob a Orientação do Professor Doutor Nuno Grande

Agradecimentos

Aos meus pais, irmão e família próxima, pelo apoio incondicional que sempre me deram. Ao Carlos, por me fazer querer ir mais longe, pela imensa ajuda e por estar sempre presente nos momentos importantes. Aos amigos de sempre e aos do dARQ, pelas conversas, noites sem dormir e por partilharem comigo tantas coisas boas. À Mari, por ter dispensado algum material de trabalho.

Ao Prof. Arquitecto Nuno Grande, pelo apoio e dedicação com que foi sempre apoiando esta dissertação.

Aos Arquitectos: Nuno Portas, José António Bandeirinha e Alexandre Alves Costa, pela simpatia e disponibilidade. Aos Arquitectos Tiago Correia e Filipa Guerreiro, por me abrirem as portas de sua casa.

Sumário

Introdução

(p. 5)

1. O papel social do Arquitecto

(p. 13)

2. Pelo direito à Habitação

(p. 39)

3. A condição do Porto

O SAAL/Norte e o Bairro da Bouça

(p. 81)

A Bouça 30 anos depois

(p. 115)

Conclusão

(p. 123)

Bibliografia

(p. 131)

Fontes das imagens

(p. 141)

Anexos

(p.143)

Introdução

Esta investigação tem como ponto de partida o estudo do Bairro da Bouça de Álvaro Siza, acabando, em última análise, por ser este também o seu ponto de chegada. Não são as questões formais como o estudo das fachadas, da tipologia utilizada, dos cheios e dos vazios, etc., que estão na base de interesse deste objecto de estudo mas sim as questões levantadas ao nível de políticas de habitação durante o período temporal em que foi realizado o seu projecto (iniciado em 1973), as quais levaram ao exemplo marcante que hoje conhecemos.

O Bairro da Bouça, situado em pleno centro do Porto, não pode ser entendido como uma peça de arquitectura em que simplesmente foi estabelecido um programa ao qual o arquitecto deu resposta. Este projecto está inserido num período paradoxal de grande esperança e instabilidade político-social em que, pela primeira vez em Portugal, se experimenta a participação das populações na construção das suas habitações. O objectivo desta dissertação prende-se com a análise dos estímulos, das razões, dos propósitos e influências que levaram a esta solução de projecto tendo sempre por base as duas fases temporais – uma primeira fase em 1973/1977 e a segunda em 2000/2006.

Considera-se importante, perceber as relações deste projecto com

outros, realizados ao longo do século XX, onde se verificou uma mesma vontade de construir “*formas de vida mínimas (Existenzminimum)*” para um “*maior número*” de habitantes, como os que motivaram as políticas de habitação, de cariz socialista, da Holanda e da Alemanha da República de Weimar, nas décadas de 20/30; claramente evocados pelo projecto de Siza.

Consciente dessas políticas reformistas do início do século – assim como das tipologias habitacionais e dos sistemas de seriação construtiva, que lhes eram inerentes – Álvaro Siza optou (na Bouça, como no Bairro de São Vítor), pela sua readaptação a um novo momento revolucionário, como aquele que então se prenunciava.

Interessará, neste sentido, contrapor diferentes opiniões de outros arquitectos envolvidos no PREC (Processo Revolucionário em Curso), nomeadamente, a de Nuno Portas (mais próximo de uma visão “reformista” do SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local) e a de Alexandre Alves Costa (mais próximo de uma “visão revolucionária” do SAAL), acerca das origens e dos resultados dessa operação, percebendo, assim, a diferença de opiniões em torno da segunda fase do referido Bairro.

Terá a Bouça respondido ao que se pretendia inicialmente com o SAAL? Era então possível construir para “um maior número” e fazer arquitectura?

Não se ambiciona encontrar uma resposta única ou final sobre estes temas; procura-se, antes, uma reflexão sobre os diversos (e divergentes) pontos de vista confrontando-os e estabelecendo um paralelo entre a situação nacional e a internacional.

A escolha deste bairro para caso de estudo deve-se à sua situação particular: o seu projecto teve início antes do 25 de Abril dentro do programa do FFH (Fundo de Fomento de Habitação), sendo posteriormente reconvertido em operação SAAL, tendo apenas sido concluído recentemente em 2006, cerca de 30 anos após o seu início.

Antes da fase conclusiva do projecto iniciada no ano 2000, a obra terá ficado à margem da cidade, inacabada, degradada. Algumas revistas publicaram fotografias do edifício quase como símbolo da derrota do SAAL. Segundo Álvaro Siza:

“Em 1979, quando a construção ficou suspensa, publicaram-se jornais daquilo – incompleto, degradado, incompreensível para quem não conhecesse o projecto – como prova da minha incompetência e da incompetência do SAAL.”¹

Actualmente é uma referência na cidade e é vista como um exemplo incontornável de arquitectura e habitação colectiva. O que mudou?

Entende-se, assim, o trabalho em três partes ou capítulos cronologicamente ligados. O primeiro, focando o papel do arquitecto na chamada “arquitectura participada”, contextualizando as experiências internacionais realizadas neste campo. Aqui é imprescindível voltar um pouco atrás, às políticas do “Housing” realizadas essencialmente na América do Sul, com o trabalho de John Turner no Peru e Carlos Nelson dos Santos no Brasil, mas também no Norte de África e um pouco pela Europa, as quais foram depois significantes e extremamente influentes no discurso de Nuno Portas enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo após 1974. O período em que surgem diversas leituras críticas do Movimento Moderno apelando a uma revisão dos seus valores, aparece neste capítulo; reflectindo as renovadas preocupações com as necessidades reais dos destinatários da Arquitectura, afastando-se da alegada superficialidade técnica dos programas funcionais do Movimento Moderno.

Este enquadramento internacional permite-nos perceber a forma como a cultura arquitectónica portuguesa acompanhou este debate internacional

¹ Álvaro Siza citado por Inês Nadais em artigo publicado na revista Ipsilon, destacável do jornal Público, 07.05.2009.

sobre o habitat urbano, tema que se pretende abordar no segundo capítulo.

Interessa assim, na segunda parte desta dissertação, colocar o foco na questão da habitação em Portugal. Num primeiro momento analisando os problemas da habitação existentes antes do 25 de Abril de 1974 através do olhar e do trabalho de Nuno Teotónio Pereira no atelier da Rua da Alegria, onde se procurava uma relação efectiva com o contexto social, os utentes e os utilizadores – no fundo uma “arquitectura participada”, muito antes de se discutir esse tema abertamente em Portugal. Posteriormente, o discurso será conduzido para o arranque dos processos do SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, após o 25 de Abril. Para tal o trabalho de Nuno Portas é de enorme relevância; colaborando inicialmente com Teotónio Pereira vem depois a participar nos primeiros Governos provisórios posteriores ao 25 de Abril, tendo cooperando na definição das linhas políticas para habitação, reabilitação urbana e actualização da legislação sobre urbanismo. Nessa condição teve um papel central na elaboração do programa SAAL.

O último capítulo é onde todas estas informações convergem para algo muito concreto, o caso de estudo – o Bairro da Bouça. As condições particulares que existiram no Porto, tal como as “ilhas” e a possibilidade que as operações do SAAL Norte tiveram de intervir dentro da cidade são de referenciar nesta parte do trabalho.

Neste capítulo, a intenção é a de confrontar opiniões nomeadamente a de Alexandre Alves Costa, de Nuno Portas e de moradores do bairro, assim como tentar perceber a mutação do processo que inicialmente pertenceu ao FFH, que se integrou no processo SAAL, e que só recentemente se concluiu. No fundo, procura-se perceber o Bairro da Bouça trinta anos após o início da sua construção, depois da sua interrupção e posterior conclusão, analisando todas as contradições e benefícios que destes resultaram; ou seja o Bairro da Bouça enquanto “processo histórico” em todos os seus sentidos.

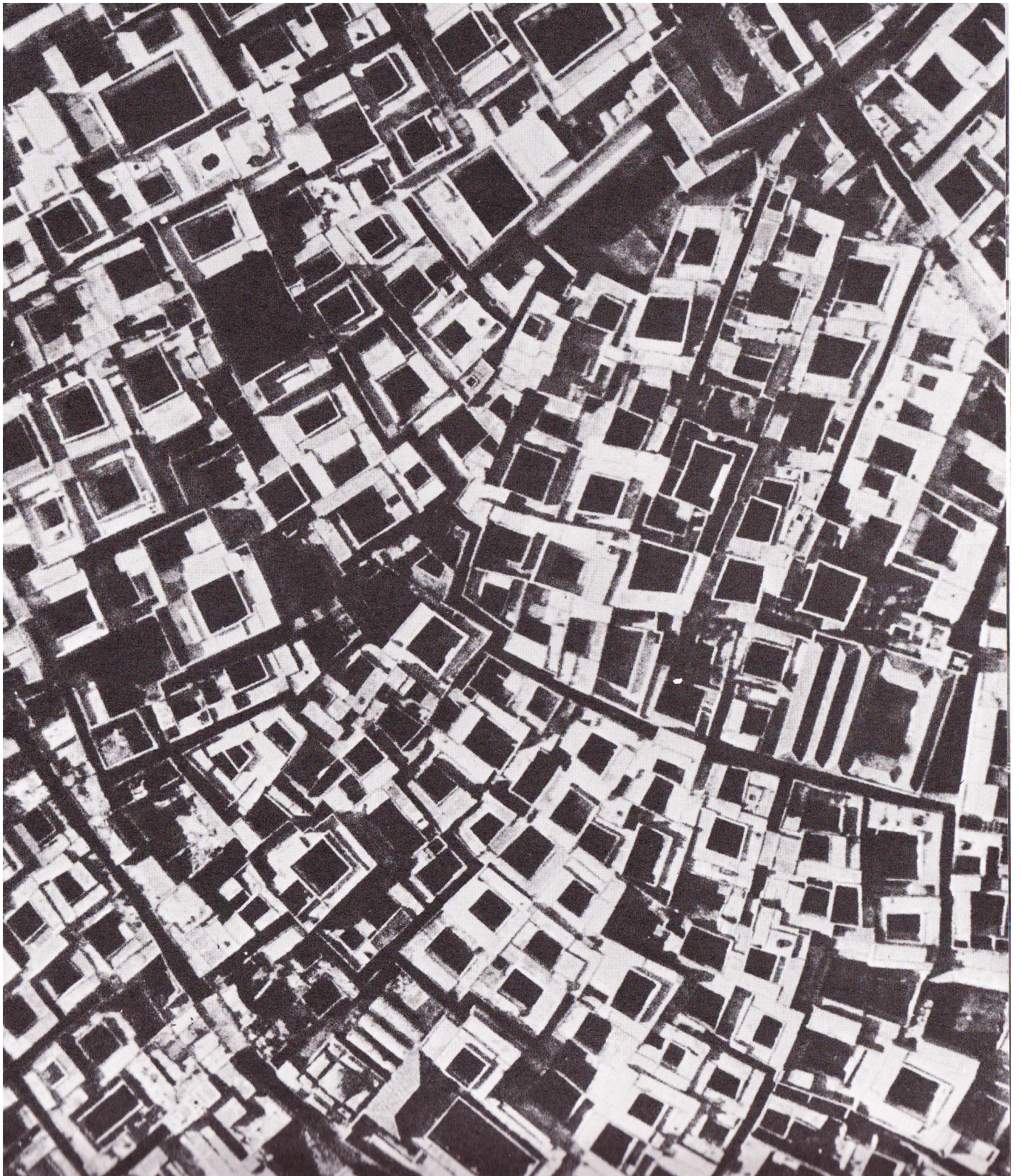


Fig.01.

1. O papel social do Arquitecto

Contextualização histórica

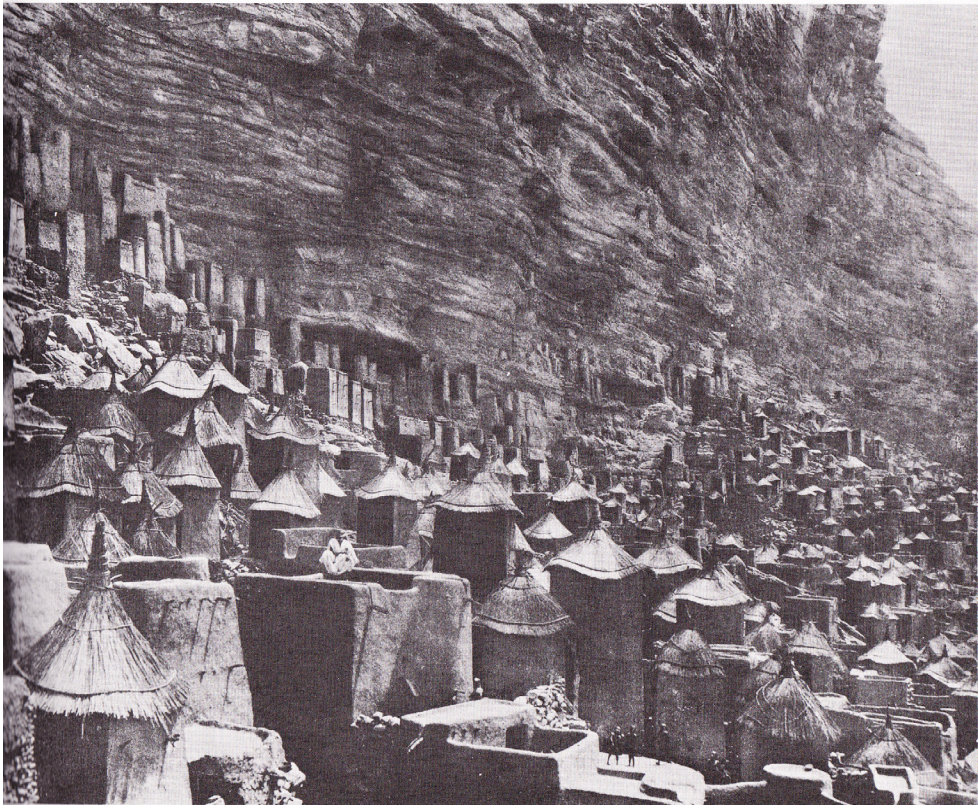


Fig.02 Fotografia apresentada na exposição de Rudofsky, Tombouctou (Mali).



Fig.03 Fotografia apresentada na exposição de Rudofsky, Mojacar (Espanha).

Em Novembro de 1964, estreia no MoMA (Museum of Modern Art) em Nova Iorque, a exposição comissariada por Bernard Rudofsky intitulada “*Architecture without Architects - A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*”. Rudofsky mostra, então, através de fotografias a preto e branco, um amplo panorama de arquitectura informal onde desaparecem os padrões universais e a figura protagonista do arquitecto.

A exposição tinha como objectivo fazer divergir o caminho universalista que o Movimento Moderno havia traçado ao longo da primeira metade do século XX, introduzindo valores como a identidade ou a mais básica ideia de abrigo e mostrando que o estudo e a compreensão da arquitectura vernacular poderiam ser uma das maneiras de questionar a arquitectura de padrões e medidas estandardizadas características do Funcionalismo.² As fotografias demonstravam a incapacidade da arquitectura de arquitecto em produzir a “*beleza, sentido comum, adequação e capacidade de permanência das arquitecturas populares de muitas culturas*”.³

A investigação de Rudofsky vai ao encontro das preocupações que uma

² Cf. SCOTT, Felicity - “Bernard Rudofsky: Allegories of Nomadism and Dwelling”. In GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean; ed. - *Anxious modernisms*. p. 216.

³ MONTANER, Josep Maria - *Después del Movimiento Moderno*. p. 128. (Tradução do autor).

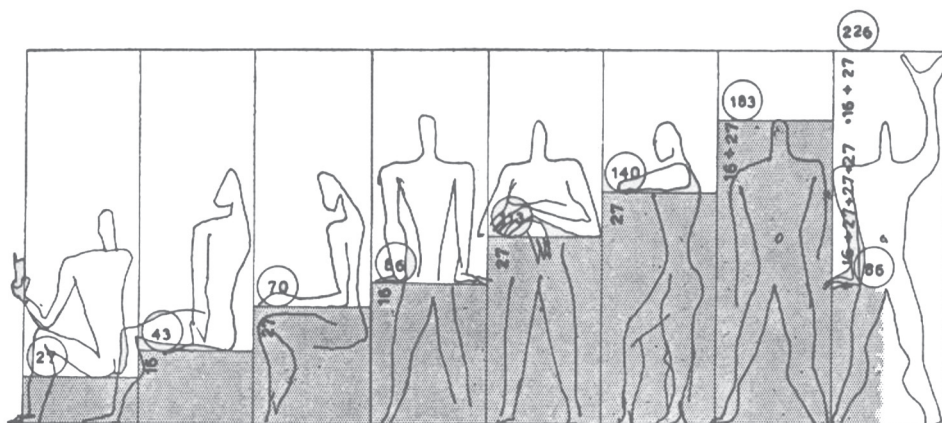


Fig.04 Le Modulor, sistema de medição utilizado por Le Corbusier.

nova geração de arquitectos vinha já a manifestar ainda no seio dos CIAM⁴, cerca de uma década antes. Assim, esta exposição captou a atenção de uma nova geração de arquitectos, de uma forma sem precedentes, consumando a anunciada crise do pensamento moderno.⁵

Segundo a doutrina Moderna, construída nos CIAM, e que tinha o pensamento de Le Corbusier como referência, todos os homens possuíam o mesmo organismo, com as mesmas funções e necessidades, devendo a cidade Moderna ser pensada para este Homem: ideal, puro, perfeito, genérico, total, ético e moralmente completo; capaz de viver em espaços totalmente racionalizados, perfeitos, transparentes⁶. A cidade Funcionalista transforma-se assim num espaço frio, sem identidade e tradição.

Não é portanto de espantar que enquanto os arquitectos Modernos proclamam os seus ideais para a cidade racionalista, a sociedade dos anos 60 tenha reagido com veemência na defesa dos seus valores individuais não encontrando na arquitectura Moderna respostas para os seus problemas, sentindo os seus princípios mais básicos de liberdade postos em causa.

Foram muitos e variados os estudos e reflexões que foram fortalecendo a ideia da importância do aprofundamento das necessidades reais dos destinatários da Arquitectura, criticando sempre a superficialidade técnica dos programas funcionais do Movimento Moderno.

O Team X, grupo que tomou forma ainda nas reuniões dos CIAM e

⁴ Os CIAM (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*), realizados entre 1928 e 1956, consistiram na organização de uma série de conferências internacionais que reuniram alguns dos maiores nomes da arquitectura moderna. Le Corbusier foi um dos seus principais idealizadores. Os CIAM foram responsáveis por discussões e pesquisas inéditas até então, como o *Existenzminimum* (dimensões mínimas para os padrões de vida do Homem Moderno) e o design para as massas, que revolucionaram o pensamento estético, cultural e social do período. Possivelmente o documento mais influente escrito pelos CIAM foi a Carta de Atenas, escrita em 1933 aquando do IV congresso, era um manifesto por uma cidade nova, um planeamento urbano Funcionalista. Cf. MONTANER, Josep Maria - *Después del Movimiento Moderno*. pp. 28 e 29.

⁵ Cf. SCOTT, Felicity - "Bernard Rudofsky: Allegories of Nomadism and Dwelling". In GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean; ed. - *Anxious modernisms*. p. 215.

⁶ Cf. MONTANER, Josep Maria - *Después del Movimiento Moderno*. p. 128.

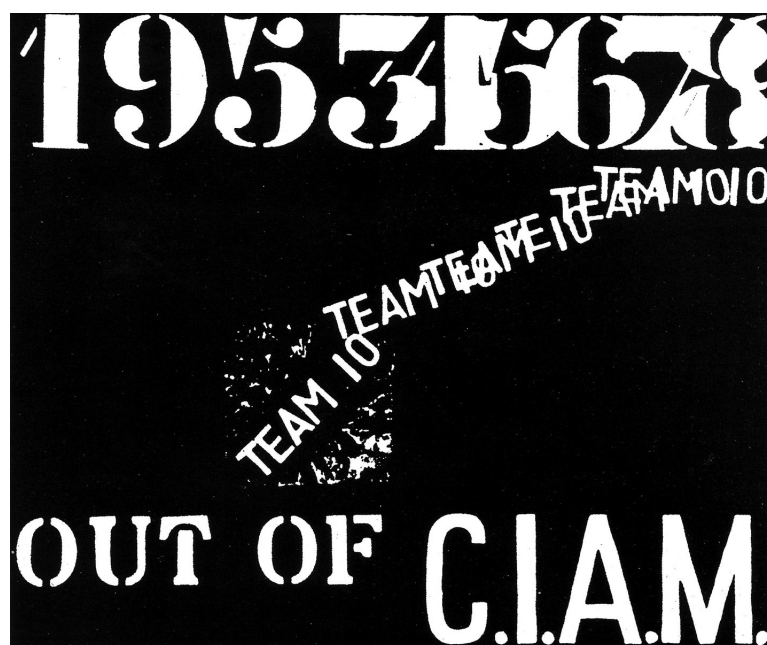


Fig.05 Capa do *Team 10 out of CIAM*, 1982.

cujo núcleo duro, apesar de não ser estanque, é geralmente descrito como sendo constituído pelos holandeses Jaap Bakema e Aldo van Eyck, pelo grego Georges Candillis, pelos britânicos Alison e Peter Smithson, pelo americano Shadrach Woods e pelo italiano Giancarlo de Carlo, vem reunir uma terceira geração⁷ de arquitectos com um papel dominante na produção de arquitectura e urbanismo dos anos cinquenta, caminhando no sentido da liberalização do arquitecto.

*“Tratava-se de propor uma utopia do possível, aceitando os gostos e necessidades das pessoas.”*⁸ Esta nova geração voltou-se para os princípios mais básicos das relações humanas, criticavam os critérios universalistas da Carta de Atenas, acreditavam que negando a história e o contexto só se conseguiria criar cidades sem alma e vida urbana.

Estes arquitectos *“que tinham adoptado a postura do arquitecto liberal, que já não projectavam para um homem genérico e ideal, mas sim um homem concreto, individual, com todas as suas carências”*⁹ conduziram assim os seus trabalhos e investigações no sentido de encontrar valores como a tradição, preexistências ambientais, arquitectura anónima, linguagem comunicativa, diversidade cultural e cultura material entre outros.

Foi no período após a Segunda Grande Guerra que estas questões, que já vinham a ser estruturadas há alguns anos, começaram a ganhar peso: *“A crise da cidade Moderna serviu de impulso para uma profunda revolução de princípios sociais, políticos, económicos e ideológicos que agitaria a segunda metade do século XX”*.¹⁰

A crítica das Ciências Sociais, no final dos anos sessenta, à cidade moderna, vem fortalecer o que a cultura arquitectónica denunciava: os modelos funcionalistas eram incapazes de resolver problemas como o

⁷ MONTANER, Josep Maria - *Después del Movimiento Moderno*. p. 128.

⁸ *Ibidem*, p. 30. (Tradução do autor).

⁹ *Ibidem*, p. 18. (Tradução do autor).

¹⁰ AZEVEDO, Carlos - *Moderno contaminado*. p. 7.

desenraizamento social, que a guerra havia agravado dramaticamente. Era evidente a consciência que a crise da habitação não se resolvia com hipóteses universais e manifestos funcionalistas mas sim com “*uma actuação específica e contextualizada sobre as virtualidades locais*”¹¹.

O “*direito à cidade*” é reivindicado, em 1968, por Lefebvre, filósofo e sociólogo, sendo também proferido em Paris aquando da contestação de Maio de 68. Propunha no fundo “*o direito à auto-determinação do utente na condução do seu próprio quotidiano e na construção do seu próprio habitat fora do determinismo tecnocrático do Estado – Providência*”¹².

Para Lefebvre, na cidade capitalista, o que deveria ser para uso colectivo é “*tratado como mercadoria*”¹³. Ao propor o direito à cidade, este sociólogo sugeria o direito à liberdade, à individualização da sociedade, “*o direito ao habitar e ao habitat*”¹⁴.

No campo disciplinar da arquitectura, durante os anos 60 e no início dos anos 70, a produção habitacional foi marcada pelo forte nível de experimentação, uma procura incessante de modelos, métodos e resultados. Não era suficiente reinventar as premissas modernas, era necessário ampliar as fontes de inspiração.

Peter G. Rowe identifica uma crise geral correspondente a um momento em que os grandes programas habitacionais, centralizados e tecnocráticos, se auto-destroem ou são voluntariamente interrompidos. Aponta para dois caminhos como via para a solução da crise: a descentralização dos

¹¹ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 25.

¹² PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – “Entre a crise e a crítica da cidade moderna”. In VALENTE, Mário, coord., *Lisboscópio*. p. 75. O Estado-Providência (*Welfare State*) é um conceito de governo em que o estado tem um papel essencial na protecção e promoção da economia e do bem-estar social dos cidadãos. Este modelo teve origem na Grande Depressão e ganhou força depois da Segunda Guerra Mundial, com o fim dos governos totalitários. Pondo em prática um grande conjunto de medidas, o Estado-Providência foi fundamental na reconstrução da Europa do pós-guerra, promovendo a construção de habitação social e assegurando serviços como a educação ou saúde para “o maior número”. In *The New Encyclopedia Britannica*. Encyclopedia Britannica, Inc. Volume XII.

¹³ FERREIRA, Jorge Figueira - *A periferia perfeita: Pós-modernidade na arquitectura portuguesa, anos 60-anos 80*. p. 92.

¹⁴ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 41.

programas, que prevê a determinação e capacidade de iniciativa local na resolução do problema habitacional e a recuperação da definição arquitectónica do habitar.¹⁵

Para Peter Rowe, no início da década de 70, se não antes, o sistema moderno de aprovisionamento de habitação previsto 50 anos antes tinha entrado em colapso. Apesar das óbvias diferenças nacionais e em termos de conceito de habitação, o resultado foi igual de um país ocidental após o outro. A experiência moderna com habitação, em grande parte influenciada pela Segunda Guerra Mundial, tinha chegado a um beco sem saída. Sucederam-se mudanças substanciais na orientação da arquitectura da habitação moderna, a universalidade e constância da visão progressista do início do modernismo foi drasticamente alterada em favor do discurso sobre o próprio processo de mudança. Esta reforma do modernismo, veio a produzir uma arquitectura que parecia reconhecer novos aspectos da habitação. Segundo o mesmo autor, Peter Rowe, emergiram duas direcções, uma interessada na mudança e no acompanhamento das possibilidades que poderiam ser trabalhadas e outra interessada no local e no contexto como forma de estabelecer um forte senso de continuidade cultural com o passado.¹⁶

Numa outra perspectiva, Aldo Van Eyck, já referido anteriormente como membro do Team X, começa por estudar as culturas primitivas de povos africanos e a arquitectura vernácula. Defende o retorno à origem e a recuperação do significado antropológico fundamental da arquitectura:

“Desde há mil anos que o homem sempre soube fazer a sua morada neste mundo. Durante todo este tempo a sua capacidade natural não aumentou nem diminuiu. É evidente que esta imensa experiência do meio ambiente só poderá ser aproveitada no presente se pudermos precipitar

¹⁵ Peter G. Rowe citado em BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 57.

¹⁶ Cf. ROWE, Peter G. - *Modernity and Housing*. p. 264.

*todo o passado: o conjunto do esforço humano.*¹⁷

Um pouco como resultado e influência desta visão, nos anos 60 e 70, uma parte da cultura e da arquitectura começa a aceitar as consequências do relativismo cultural e antropológico.

O urbanismo, a arquitectura e o desenho, procuram novos princípios, soluções alternativas às utilizadas nos diferentes ramos culturais, económicos, tecnológicos, urbanos e de projecto. Soluções mais experienciais, versáteis, irreverentes, adequadas ao contexto social onde se inserem e que não impõem modelos que não assimilem o lugar. A crítica radical que se fez sentir neste período de tempo impulsionou uma transformação global que coincide com o aparecimento de diversos grupos ecológicos e perspectivas que põem em causa o modelo capitalista e imperialista de desenvolvimento perseguindo assim novas alternativas, formas e modos de vida.

O alojamento era então um problema mundial, a população aumentava tanto nos países industrializados como nos mais atrasados. Ambos se debatiam com uma afluência desmedida de habitantes nos centros urbanos devido à alteração dos modos de vida da população que se deslocava para a cidade para trabalhar na indústria, deixando para trás a agricultura.

Os problemas dos habitantes dos grandes aglomerados (poluição, falta de luz natural, ruído) afectavam a população consoante a sua classe social de um modo muito desigual¹⁸.

Os edifícios e as cidades projectados segundo os métodos da arquitectura e do urbanismo modernos, providas de serviços públicos e infra-estruturas para melhorar as condições de vida, apenas abrangem uma minoria da população que já é favorecida só por si, a outra que não tem possibilidade económica de os utilizar, acaba por se instalar por sua

¹⁷ MONTANER, Josep Maria - *Después del Movimiento Moderno*. p. 33. (Tradução do autor).

¹⁸ Cf. BENEVOLO, Leonardo - *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 47.



Fig.06 Assentamentos precários, Manila (Filipinas).

iniciativa em outras casas, bairros e cidades desprovidos de ordenamento.

As casas são construídas em terrenos sem registo legal e com os meios disponíveis, não tendo em consideração qualquer espécie de regulamento como é o caso dos bairros de lata. A estas cidades foi dado o nome de clandestinas pois foram consideradas como sendo uma “*franja secundária da única cidade legítima*”¹⁹. Porém este tipo de aglomerado suburbano de construção desordenada cresce muito mais rapidamente do que os guiados por um plano. Em muitos países estes bairros/cidades informais albergam a maioria da população e começam, também devido à sociologia urbana, a perder a clandestinidade que a ideologia urbana lhe tinha conferido.

Durante os anos 50 e 60, os arquitectos tentam resolver o problema dos clandestinos através da habitação popular massificada usando os modelos já experimentados nos países industrializados. A partir dos anos 70, uma vez que o fenómeno tomou largas proporções, tentam outras soluções baseadas na construção popular mas executada pelas autoridades administrativas. A migração para as cidades era crescente e a necessidade de alojamento gritante, colocando os arquitectos perante a obrigação ética de “*construir para o maior número*”.²⁰

O Terceiro Mundo torna-se cada vez mais aliciante como campo de experimentação uma vez que possui características como: elevado crescimento demográfico, grande movimento de massas populacionais para as grandes cidades, desigualdades e desintegração dos modelos de ordenamento, que vêm a dominar o mundo contemporâneo.²¹ Adquire um valor “laboratorial”, um ponto de partida para observações concretas relativamente ao problema do habitat e posteriormente na procura de soluções para o crescimento urbano das suas cidades informais.

Um pouco por todo o mundo, mas sobretudo na América Latina,

¹⁹ *Ibidem*, p. 130.

²⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio – *Escritos: 1947-1996, selecção*. p. 80.

²¹ Cf. BENEVOLO, Leonardo - *O último capítulo da arquitectura moderna*. p. 129.



Fig.07 Vista aérea de Barriada em Lima (Peru).

começam a surgir propostas inspiradas no potencial que os aglomerados habitacionais não controlados possuíam; estes iam atraindo e fascinando um número cada vez maior de arquitectos e personalidades ligadas às Ciências Sociais.

“As questões urbanas são, antes de mais, as questões das pessoas que habitam a cidade.”²²

A personagem mais proeminente no que toca à teoria das diversas práticas habitacionais de carácter informal, que se multiplicavam um pouco por todo o mundo onde se verificasse uma grande afluência aos centros urbanos, foi John F. Charlewood Turner. Arquitecto britânico cosmopolita, nascido em 1912 e formado na escola londrina Architectural Association, residiu no Peru entre 1957 e 1965 onde trabalhou para os gabinetes governamentais de intervenção urbana, efectuando aí as primeiras experiências de assistência à autoconstrução e ao desenvolvimento das comunidades. Durante esses 8 anos estuda os povoados situados nas periferias das imensas cidades principais latino-americanas, bairros autoconstruídos onde a maioria dos habitantes procuravam casa, com particular interesse nos processos de ocupação ilegal do solo. *“Turner não abandonaria mais o seu envolvimento com o problema da habitação, privilegiando sempre a evolução dos conceitos em função das práticas analisadas e não abdicando nunca da raiz libertária do pensamento.”²³*

Evoluiu permanentemente perante as lições que ia retirando das práticas sociais e manteve-se sempre inconformado para com os cânones pré-estabelecidos, o que se reflectiu nos aspectos essenciais da sua obra, nomeadamente na sua forma revolucionária de formulação dos problemas a resolver. Colaborou em variados projectos-piloto que iam desde a assistência técnica à auto-construção nas “barriadas” ou “pueblos jóvenes”

²² BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 66.

²³ *Ibidem*, p. 44.



Fig.08 Periferia da cidade do México (México).



Fig.09 Morador, construindo a sua própria casa, cidade do México.

(nome que gostava de lhes chamar para não conter conotação negativa), até à definição de programas de realojamento de emergência para as vítimas de terremotos (como é o caso do terremoto de 15 de Janeiro de 1985), passando ainda por construção de escolas básicas nos meios rurais.

Segundo Colin Ward, Turner tem 3 princípios ou leis da habitação que resumem a base psicológica, económica e social da sua tese. A primeira lei tirada do livro *Freedom to Build* é a seguinte: “Quando os habitantes controlam as decisões mais importantes e são livres de dar o seu contributo para a elaboração do projecto e para a construção e direcção das suas habitações, o processo global e o ambiente daí resultantes estimulam o bem-estar individual e social. Quando as pessoas não têm controlo nem responsabilidades sobre as opções decisórias do processo, o ambiente habitacional torna-se, pelo contrário, num obstáculo à realização pessoal e num peso para a economia.”²⁴ A segunda, enuncia que o que é importante acerca da habitação, não é o que ela é em si mesma, mas sim o que faz pela vida das pessoas; por outras palavras, que a satisfação dos moradores não está necessariamente relacionada com a imposição de normas. Por último, a terceira, refere que as imperfeições e deficiências que a casa possa ter são infinitamente mais toleradas se forem da responsabilidade dos moradores e não de outra pessoa exterior como é o caso do arquitecto.²⁵

Turner não quer com isto dizer, como os críticos muitas vezes sugeriram, que os pobres têm que necessariamente fazer as suas próprias casas (apesar de na grande maioria das vezes na prática acabarem por as fazer), o que é defendido é que as pessoas estejam “em controlo”. Só os moradores, no contexto do seu bairro, deveriam ter a palavra acerca dos seus próprios recursos e investimentos.

Mais do que os resultados técnicos das suas experiências, Turner

²⁴ TURNER, John - *Housing by people : towards autonomy in building environments*. p. 6. (Tradução do autor).

²⁵ *Ibidem*, p. 5.

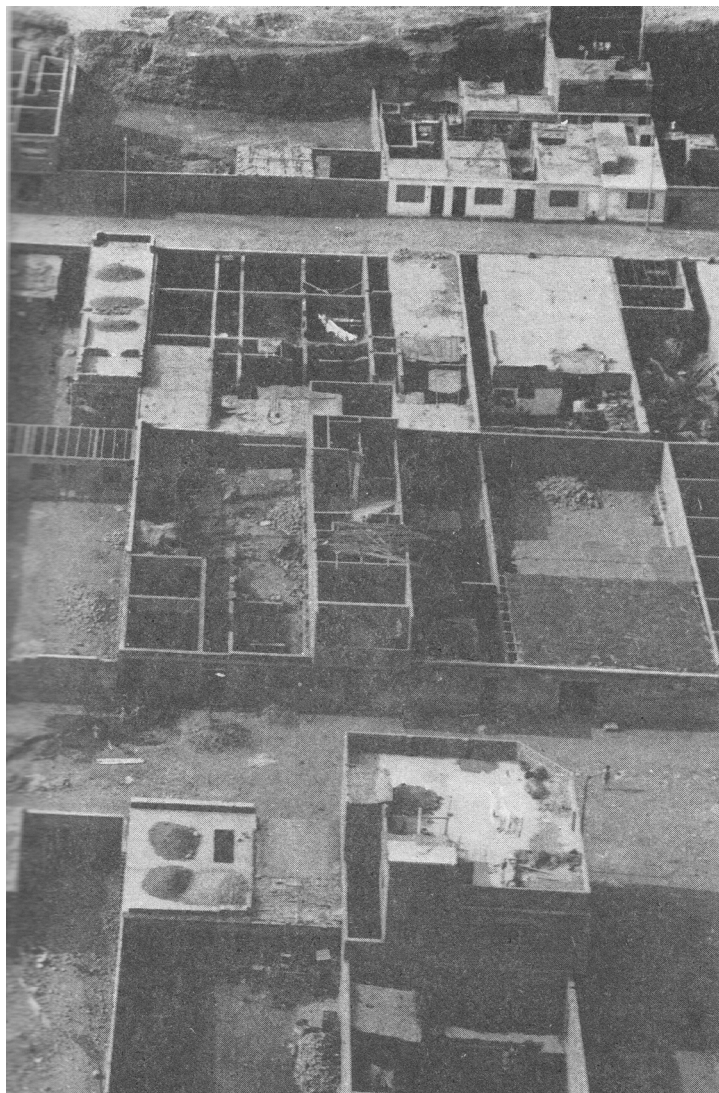


Fig.10 Processos de autoconstrução, periferia de Lima (Peru).

esperava absorver os ensinamentos que as cidades clandestinas ofereciam. Estas, longe de representarem sintomas de risco de uma ameaça social, traduziam um triunfo da auto-ajuda e das capacidades da realização social sem o entrave e transtorno das tutelas governamentais ou institucionais, proporcionando aos seus ocupantes uma posição na economia urbana.²⁶ É esta convicção que é verdadeiramente reveladora no trabalho de Turner, a crença que a auto-ajuda e a promoção directa na produção de habitação, nos países da América Latina, “*assumidas pelo establishment como um problema grave, podiam e deviam ser antes consideradas como uma lição a seguir.*”²⁷

Mais tarde viria a descobrir que os ensinamentos que tinha recolhido eram válidos não só nos países do Terceiro Mundo como também mostravam potencialidade que os tornava universais, mesmo na resolução dos problemas habitacionais no contexto dos países desenvolvidos. Invertia assim o paternalismo da atitude dos países ricos, tradicionalmente fornecedores do “know-how” técnico aos países pobres.

Para Turner a dinâmica, entrelaçada e racionalidade dos aglomerados de geração espontânea latino-americanos poderia ser um ponto de partida para outras emancipações, não necessariamente ligadas com o habitat. Alegava também que só neste tipo de habitação havia flexibilidade suficiente para se poder moldar à conjecturável evolução socioeconómica dos habitantes, condenando assim à rigidez arquitectónica dos conjuntos habitacionais que remetiam os moradores para uma extrema dificuldade em modificar os espaços. A casa devia ser entendida como processo activo, usando os materiais utilizados no contexto onde se insere, funcionando como um sistema de reciclagem.

A partir de 1965 os seus ensaios são dados a conhecer através de publicações em revistas de arquitectura, como é o caso da *Architectural*

²⁶ *Ibidem.*

²⁷ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 47.

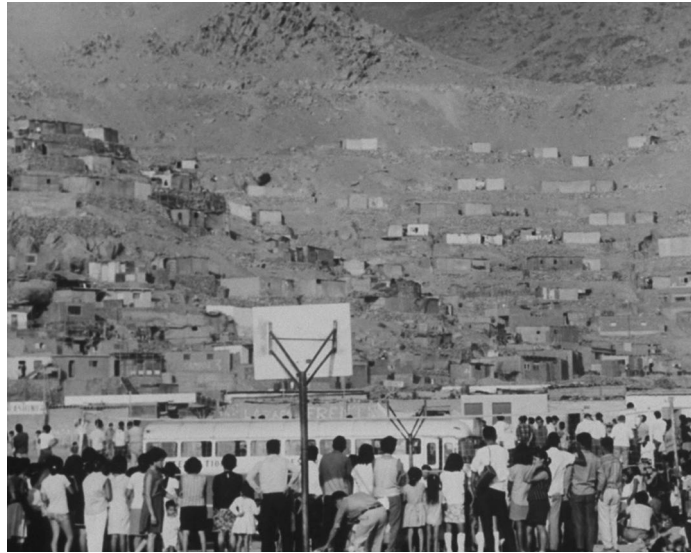


Fig.11 Processos de autoconstrução, periferia de Lima (Peru).

Record e *Architectural Design*, e restante mundo editorial que defendia a importância da arquitectura participada, ou seja onde o utilizador intervinha na elaboração do projecto.

*“Se a arquitectura contemporânea sabia enfatizar a continuidade histórica da identidade de cada lugar, também poderia dar a entender ao homem da rua que é algo que admite a sua participação.”*²⁸

Posteriormente transfere-se para Boston como investigador de Joint Center for Urban Studies e como professor do MIT, estudando neste período a relação entre os problemas habitacionais dos países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento. Em 1972 são publicados os resultados obtidos pela equipa de Turner tendo estes sido discutidos em 1971 no Centro Interamericano de Documentación de Ivan Illich em Cuernavaca. Em 1973, regressa a Londres onde ensina no College of London continuando no entanto a trabalhar como consultor de variadas agências nacionais e internacionais na América Latina, África e Ásia.

Noutros países da América Latina, ocorrem experiências análogas entre as quais se salienta, pelo interesse da sua obra e pela proximidade pontual com a situação portuguesa, o arquitecto Carlos Nelson dos Santos nas favelas do Rio de Janeiro.²⁹

Em 1964 tem o primeiro contacto com a realidade das favelas quando, integrado num grupo de estudantes esquerdistas, apoia e aconselha a FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara). No ano de 1965 começa a trabalhar em operações de reabilitação deste tipo de construção como é o caso da conhecida favela de Brás da Pina.

Carlos Nelson partilhava a visão de Turner: o acompanhamento técnico deveria assistir sem criar restrições ou inibições; portanto não havia limitações à construção das habitações em si. Apesar do aconselhamento

²⁸ MONTANER, Josep Maria - *Después del Movimiento Moderno*. p. 18. (Tradução do autor).

²⁹ Cf. PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno – “Entre a crise e a crítica da cidade moderna”. In VALENTE, Mário, coord., *Lisboscópio*. p. 76.

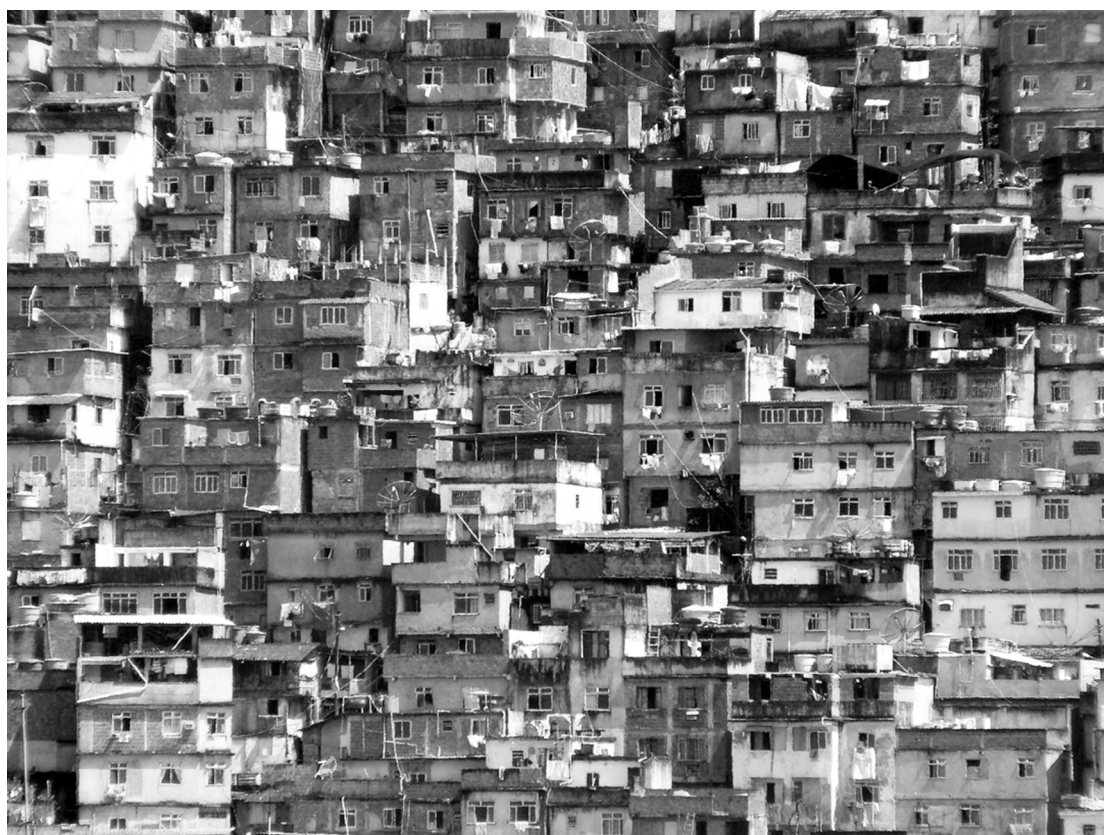


Fig.12 Autoconstrução, favela do Rio de Janeiro (Brasil).

por parte dos arquitectos, a intenção era deixar que as opções da casa fossem tomadas pelos próprios moradores ou seja que a intervenção fosse totalmente liberalizada.³⁰

Havia porém algumas diferenças entre os dois. Turner ao dar inteira liberdade de escolhas na construção das habitações acabava por se demitir da função do arquitecto o qual era, no fundo, impossibilitado de introduzir melhorias técnicas ou arquitectónicas no desenvolvimento do processo construtivo. Achava aliás que eram os conhecimentos do planeamento e construção que tinham a ganhar com os saberes dos habitantes. Por outro lado, Carlos Nelson reconhecia no seu trabalho e no dos seus colegas uma oportunidade para acompanhar e guiar os moradores na introdução de benefícios de ordem racional e nunca meramente estética, o que não prefigurava de modo algum a imposição de propostas.³¹

De certa forma, através do trabalho directo com as comunidades, compreendendo as suas necessidades e consultando-as nas opções de desenho, tentava-se devolver à arquitectura e ao planeamento urbano a base ética e social que foram perdendo.³²

“Eles partem de uma premissa básica: toda a gente pode desenvolver a capacidade de ser o arquitecto dos seus próprios espaços.”³³

³⁰ Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 51.

³¹ *Ibidem*.

³² SILVA, David da - *O problema da habitação*. p. 55.

³³ MONTANER, Josep Maria - *Después del Movimiento Moderno*. p. 130. (Tradução do autor).



Fig.13.

2. Pelo direito à Habitação

Contextualização nacional

*“O restabelecimento das condições democráticas em Portugal após quase meio século de ditadura conservadora e colonial, veio pôr o problema da habitação da maioria das famílias urbanizadas na primeira linha das reivindicações com que se tiveram que defrontar os primeiros governos provisórios. A política de baixos salários e de minimização do investimento nos sectores sociais manteve Portugal durante as últimas décadas na cauda dos indicadores das políticas da habitação...”*³⁴

Portugal era, na década de 60, um país de crescimento irregular, envolvido numa guerra colonial e em que “o alojamento clandestino se tornara fenómeno urbano emergente”³⁵. A partir de 1969 houve um crescente volume de auto-construção e só a partir desse período é que o governo constatou a impossibilidade de continuar a insistir na ideia de uma habitação unifamiliar para todos os portugueses. Cerca de 25% da população portuguesa vivia em condições habitacionais sem qualquer espécie de indicadores de segurança, conforto, higiene e privacidade, ou seja, espaços sobrelotados, edifícios degradados, “ilhas”³⁶ ou barracas;

³⁴ PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas*. p. 269.

³⁵ GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 218.

³⁶ As ilhas surgiram como resposta ao aumento da procura de habitação de baixo custo na cidade do Porto. Desenvolviam-se no interior dos quarteirões, segundo filas de pequenas casas em banda. Cf. capítulo “A condição do Porto”.

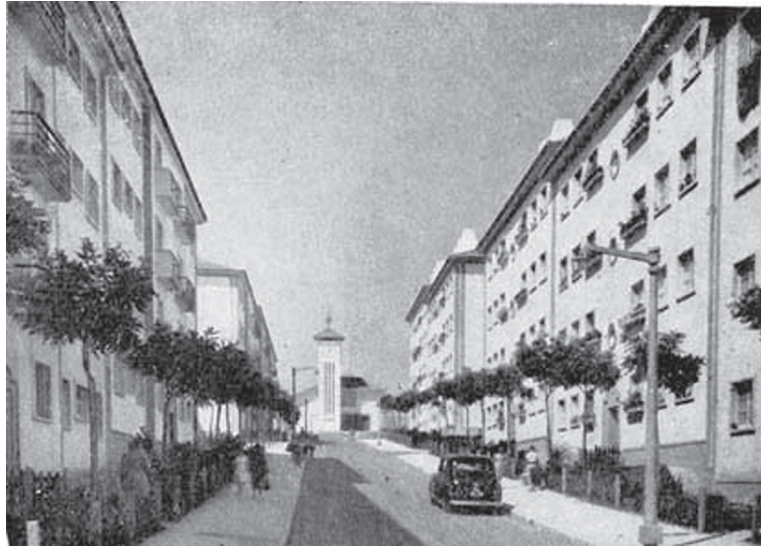


Fig.14 Bairro de Alvalade, Lisboa, 1947.

situações onde eram visíveis todos os meios de produção habitacional alternativa com carências muito elevadas.

Antes do golpe militar de 25 de Abril de 1974 estavam em falta cerca de 600.000 fogos com tendência para um agravamento, colocando assim o país numa situação preocupante.³⁷ As difíceis condições de vida nos bairros informais foram a característica predominante das décadas de repressão política e exploração económica das populações forçadas a emigrar e que vieram a urbanizar-se, como podiam, nas duas maiores áreas metropolitanas do país.

As experiências estatais, ao nível da habitação social colectiva, eram escassas e tardias, sendo uma das primeiras grandes intervenções, o bairro de Alvalade já nos anos 50.³⁸ Não sendo esse o caso do bairro de Alvalade, a maioria dos bairros sociais, apesar de poucos em quantidade, eram quase todos na periferia, segregados social e geograficamente. Situando-se nos subúrbios, estavam condenados a ficar subequipados por largos anos o que agravava ainda mais as condições habitacionais.³⁹

Segundo Nuno Portas, o “*bairro de Alvalade marca, em Lisboa, a última extensão do ensanche do princípio do século e a primeira destinada a habitação social*”⁴⁰, constituindo assim um importante laboratório de inovações técnicas.⁴¹

Costuma dizer-se que o 25 de Abril começou em 1969.⁴² A sociedade

³⁷ Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 68.

³⁸ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXV.

³⁹ Cf. PORTAS, Nuno - *Os tempos das formas*. p. 271.

⁴⁰ PORTAS, Nuno - “A Arquitectura da Habitação no Século XX Português”. In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 119.

⁴¹ É no bairro de Alvalade (1947), desenhado por Faria da Costa, que pela primeira vez em Portugal se propõem edifícios colectivos destinados à habitação social e apoiados por diversos equipamentos. Este conjunto constitui uma mudança de paradigma já que os tradicionais bairros de promoção estatal não passavam de associações de casas unifamiliares com logradouros. O princípio de mistura de diferentes tipos de construção, desde casas de renda económica até casas de renda limitada ou renda livre, será, posteriormente, o ponto de partida para outras realizações como os planos de Olivais e de Chelas. Cf. TOSTÕES, Ana - *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*.

⁴² Pedro Hespanha, Seminário LENA 1969: *Um encontro Nacional de Arquitectos de 1969: Etapa de um percurso*, organizado pelo Centro de estudos sociais de Coimbra, 2010.



Fig.15 Encontro Nacional de Arquitetos, 1969.

tinha iniciado um conjunto de mudanças estruturais e viviam-se tempos de grandes contradições, sendo a profissão do arquitecto, uma das com maior consciência dos problemas da sociedade.

É neste contexto que é importante referir o Encontro Nacional de Arquitectos (ENA), realizado no princípio de Dezembro de 1969. O ENA foi convocado por um grupo de arquitectos desvinculados institucionalmente da direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Tinha como desígnios principais o aproveitamento do ambiente geral de “*debate de alguns dos grandes problemas nacionais muito para além dos círculos limitados em que tais problemas ficam geralmente circunscritos*”⁴³ com o objectivo de análise das estruturas sócio, económicas e políticas a fim de accionar uma tomada de consciência do papel do arquitecto na sociedade portuguesa. A reivindicação de uma habitação para “*um maior número*” e a consequente responsabilização social do arquitecto, é o principal motor de reflexão disciplinar lançada pelo Encontro Nacional de Arquitectos de 1969.⁴⁴

O ano de 69 teve três acontecimentos que emolduraram as discussões do ENA, sendo eles: o II Congresso Republicano⁴⁵ (Aveiro, Maio de 1969), o Colóquio sobre Políticas de Habitação (LNEC⁴⁶, Setembro de 1969) e as eleições legislativas (Outubro de 1969).

O Colóquio sobre Políticas de Habitação correspondeu aliás a uma atitude charneira no modo institucional de encarar os problemas do alojamento em Portugal, quer sendo analisado como acontecimento individual, quer em função das consequências que veio a ter no sector da habitação social portuguesa.

Nos debates realizados no Colóquio, procurou-se encontrar

⁴³ Carta circular da Comissão Preparatória do Encontro. In BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 86.

⁴⁴ Susana Lobo, Seminário L.ENA 1969: *Um encontro Nacional de Arquitectos de 1969: Etapa de um percurso*, organizado pelo Centro de estudos sociais de Coimbra, 2010.

⁴⁵ O II Congresso Republicano incluiu um debate político abrangente de onde se distinguiram algumas teses nomeadamente “As casas dos trabalhadores nos centros urbanos” e “Habitação – problema social”.

⁴⁶ LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.



Fig.16 Nuno Teotónio Pereira no seu escritório.

alternativas aos bairros convencionais, cuja aplicação em extensão estava muito condicionada, analisando novas tipologias urbanas e habitacionais.⁴⁷ Algumas das ideias discutidas representaram quase rigorosamente as perspectivas mais avançadas do debate teórico internacional como é o caso do reconhecimento da gravidade de situações geradas por grandes operações de realojamento, em que as pessoas se viam forçadas a deslocarem-se para sítios distantes de onde viviam com graves consequências sob o ponto de vista físico e sociológico, ou a ideia da participação das populações na construção das suas próprias casas.⁴⁸

Na divulgação de experiências do “*Housing*”⁴⁹ ocorridas na América Latina ou mesmo no resto da Europa no período do pós-guerra assim como pelo seu empenho na denúncia do problema da habitação em Portugal, evidencia-se o papel do arquitecto Nuno Teotónio Pereira.

*“Mas a nossa acção não deve tomar o aspecto de uma vulgar, ainda que legítima, luta reivindicativa; devemos mostrar bem que os motivos que nos movem estão acima de simples reivindicações de classe. São exigências postas por toda uma população mal alojada de que nós, por termos disso a consciência mais esclarecida, temos de ser fiéis intérpretes.”*⁵⁰

Nuno Teotónio Pereira, compreendeu desde muito cedo a necessidade real de partir para o terreno, para os sítios onde as carências habitacionais, de infra-estruturas e de equipamentos se faziam sentir intensamente e de trabalhar com as populações, como arquitecto.

Antes do 25 de Abril, havia uma linha de arquitectos de tradição

⁴⁷ Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 80.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 80 e 81

⁴⁹ As inovadoras teorias de “*Housing*” consistiam numa linha de rumo processual que se contrapunha ao tradicional fornecimento massivo de habitações acabadas que o movimento Moderno e, de uma certa maneira, as visões progressistas de esquerda convencional, tinham elegido como cânone. In *Ibidem* p. 113. Cf. capítulo “O papel do arquitecto”.

⁵⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos: 1947-1996, selecção*. p. 39.

moderna, que achava que era impossível resolver a questão da habitação com o actual regime. Seria preciso, segundo estes, primeiro alterar o regime e depois então pensar na resolução do problema habitacional.⁵¹ Teotónio Pereira tinha uma posição completamente divergente: achava que sendo arquitecto tinha a obrigação de trabalhar mesmo num plano clandestino sem estar directamente ligado com as câmaras municipais. Esta consciência, também cultivada nas intensas discussões entre o seu grupo de trabalho no atelier da Rua da Alegria, resultava da sua posição política que de certa maneira foi também secundada por Nuno Portas que desde muito cedo começou a trabalhar com Teotónio.

Nuno Portas também defendia esta atitude, de certo modo de uma forma ainda mais radical.⁵² Apesar de não ter estado presente no ENA, envia uma mensagem aos arquitectos presentes através de um texto no qual considerava que a questão do regime terá sido usada como álibi para não agir face aos problemas da habitação. Apelava à urgência da prática, relegando a teoria para um segundo plano, dando como exemplos Le Corbusier e o Team X. Lançava o repto para que partissem para as periferias e trabalhassem não através da superação da dicotomia cidade/campo mas tendo em vista a uniformização centro/periferia.⁵³

O ENA em si, já referido anteriormente, não teve uma conclusão do debate, contudo na sequência de mobilização de grupos de trabalho, mais propriamente do grupo “Participação Popular e Actividade do Arquitecto”, formou-se o GRIMU (Grupo de Intervenção no Meio Urbano). Este grupo, apoiando-se numa ideia de propaganda e efervescência, estava empenhado na acção social junto de bairros sem condições de habitabilidade e com privação de equipamentos, localizados na periferia de Lisboa.

⁵¹ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXIX.

⁵² *Ibidem.*

⁵³ Nuno Portas citado em BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 87 e 88.

O GRIMU era constituído por uma equipa interdisciplinar (arquitectos, estudantes, estagiários, assistentes sociais e engenheiros) de cerca de 30 pessoas que trabalhavam essencialmente sobre a área suburbana de Lisboa. Procuravam, denunciavam e esclareciam, junto das populações, as causas dos problemas habitacionais, criando posteriormente contra-propostas tecnicamente apoiadas que, *“em oposição às tendências vigentes, planeadas ou não, corporizassem as aspirações locais”*.⁵⁴

Em Janeiro de 1969 (ano em que também decorreu o Colóquio sobre Política de Habitação e o ENA), Teotónio Pereira participa no Colóquio de Urbanismo realizado no Funchal com um texto que vem a ter uma importância fundamental no desenvolvimento da questão da habitação, denominado “Habitações para o maior número”. Neste, defende que o problema da habitação não está apenas relacionado com a quantidade, existindo um aspecto qualitativo igualmente importante. Com esta ideia Teotónio mostra que *“para enfrentar o problema da habitação para o maior número, será necessário construir muitas centenas de milhar de casas – aspecto quantitativo; mas além disto, algo mais será necessário resolver: para quem as construir? Onde as construir? Como as construir? E mais ainda: construir não somatórios exaustivos de habitações, mas conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados.”*⁵⁵

Compreende-se assim que a construção para o maior número não é apenas sinónimo de um elevado volume de construção; ainda que inicialmente se construa pouco, este objectivo pode ser atingido investindo em empreendimentos piloto de cariz inovador, programas de expansão urbana ordenada ou inseridos em reformas estruturais no sector. Estas acções teriam como objectivo último a aquisição de instrumentos jurídicos, técnicos ou administrativos passíveis de permitirem um acréscimo

⁵⁴ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 92.

⁵⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos: 1947-1996, selecção*. p. 80.

acelerado da produção de habitações, integrando ao mesmo tempo “*franjas marginais e recuperando zonas degradadas*”.⁵⁶

Especialmente relevante é outro excerto do texto, em que Teotónio foca a sua atenção nos recursos desaproveitados afirmando que a opção da auto-construção, usada nos bairros clandestinos como processo marginal aos sistemas convencionais do mercado, não está devidamente aproveitada como possibilidade alternativa de resolução do défice habitacional.⁵⁷ Apela à mudança dos programas habitacionais convencionais e de atitude por parte das entidades públicas evocando exemplos de países no norte de África, médio Oriente e América Latina.

Nestes países de economia subdesenvolvida e com elevados défices habitacionais, os recursos financeiros e técnicos das entidades públicas atingiam um maior número de famílias do que os programas comuns (contribuindo rapidamente para a diminuição dos défices existentes), devido à contribuição dos moradores com mão-de-obra. As autoridades apoiariam o processo com equipas técnicas e por vezes com materiais de construção ficando a cargo dos habitantes a construção, num primeiro momento, de uma célula que posteriormente poderia ser completada e aumentada conforme as necessidades de cada família - habitação evolutiva.⁵⁸

“*Nuno Teotónio Pereira enunciava, assim e desde logo, as inovadoras propostas da auto-construção assistida, as quais, uns meses mais tarde, viriam a assumir foros de proposição institucional no Colóquio sobre Política de Habitação*”⁵⁹. As actas deste Colóquio consideram-se aliás muito próximas das posições defendidas neste texto de Teotónio; contudo, este distancia-se dos resultados reais do colóquio uma vez que acredita na possível reforma das instituições, não sendo necessária uma revolução para que se caminhe

⁵⁶ *Ibidem*, 86.

⁵⁷ Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 67.

⁵⁸ Cf. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos: 1947-1996, selecção*. pp. 94 e 95.

⁵⁹ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 68.

no sentido da resolução do problema existente.⁶⁰

Estes projectos de habitação de baixo custo utilizando tipologias experimentais e inovadoras, pelo menos no contexto português, já vinham a ser pensados e desenvolvidos desde 1957 no Atelier da Rua de Alegria⁶¹, já referido anteriormente. As discussões entre os colaboradores, fossem elas do domínio teórico ou prático, “*eram feitas sempre em cima do estirador, sempre com um projecto como fundo, sempre com as questões humanas em primeiro plano.*”⁶² Procurava-se uma relação directa com o contexto social, com os moradores e utilizadores e se a preocupação em integrar, responder e se colocar em diálogo com a envolvente física constituiu “*motor da concepção, do mesmo modo o desejo de responder a um dado social e humano foi transformado em estímulo conceptual.*”⁶³

No início da década de 70, o atelier de Teotónio começa a desdobrar-se como local de reunião de diferentes grupos de agitação e de reflexão, os quais ansiavam pelo deflagrar dos movimentos urbanos de forma semelhante ao que ocorria nas principais cidades europeias.

Apesar de tanto Teotónio Pereira como Nuno Portas terem conhecimento dos ensaios mega estruturais dos países tecnologicamente desenvolvidos, o trabalho e estudos realizados no atelier focavam-se não nas grandes metrópoles mas justamente no sentido oposto “*para experiências de cariz micro estrutural, do tipo site-and-service, em curso na América Latina*”, como já foi referido anteriormente. Consideravam que as políticas de *Housing* praticadas nestes países - baseadas “*numa infra-estruturação de grau zero*” e interligadas com “*uma construção evolutiva, auto-promovida e tecnicamente assistida*”⁶⁴ - podiam ser adaptadas em Portugal. O objectivo consistia em estagnar e reestruturar as formas

⁶⁰ *Ibidem*, p. 84.

⁶¹ Cf. GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 217.

⁶² AZEVEDO, Carlos - *Moderno contaminado*. p. 101.

⁶³ TOSTÕES, Ana - “Obra aberta: entre experimentalismos e contexto, um sentido de escola”. In TOSTÕES, Ana, coord. - *Arquitectura e cidadania: atelier Nuno Teotónio*. p. 22.

⁶⁴ GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 218.

inconsistentes de crescimento dos clandestinos, respondendo assim “à procura dos estratos sociais mais carenciados e incapazes de alcançar a oferta corrente do mercado imobiliário.”⁶⁵

Embora tenham tido grandes dificuldades em fazer com que o regime despertasse para a realidade das expansões ilegais e para as ideias de “*associativismo popular na auto-gestão habitacional*” (entre outras), por eles defendidas, ainda assim puderam verificar-se consequências das lutas travadas, nomeadamente com alguma legislação produzida mas acima de tudo com a criação, em 1969, do Fundo de Fomento da Habitação (FFH)⁶⁶, também consequência colateral do ENA.⁶⁷

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil foi outra fonte de investigação de ponta tendente às políticas de habitação em vigor nesse período temporal anterior ao 25 de Abril, principalmente durante o Marcelismo⁶⁸. Nuno Portas e Alexandre Alves Costa, como seu colaborador, tiveram a oportunidade de trabalhar no LNEC onde se levava a cabo investigação sobre tipologias de habitação económica numa tentativa de, tendo em conta as áreas reduzidas que era obrigatório cumprir, encontrar a organização espacial do fogo que melhor correspondia às novas exigências das famílias. Segundo Alexandre Alves Costa⁶⁹, não se pensava muito na habitação modular e evolutiva, os seus estudos focavam antes bairros populares tradicionais.

Após o bairro de Alvalade, o bairro dos Olivais, em Lisboa, veio a ser o segundo laboratório de experimentação. Foi com a intervenção de Olivais-

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ O organismo Fundo de Fomento de Habitação passou a associar todos os anteriores mecanismos de promoção de alojamento social (principalmente as Caixas de Previdência), e que serviria de braço operativo e congregador do envolvimento profissional dos arquitectos na questão da habitação, nos anos seguintes. In GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 218.

⁶⁷ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXVIII.

⁶⁸ O Marcelismo foi o nome dado ao período em que o professor Marcelo Caetano governou Portugal, desde 1968 até 1974 (data em que caiu a ditadura em Portugal).

⁶⁹ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. VII.

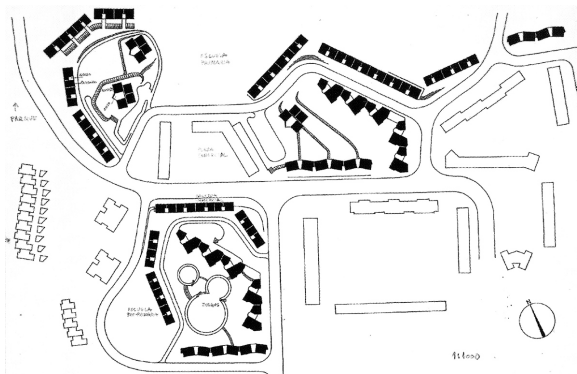


Fig.17 Conjunto de Olivais Sul desenvolvido por Bartolomeu da Costa Cabral e Nuno Portas, 1959.

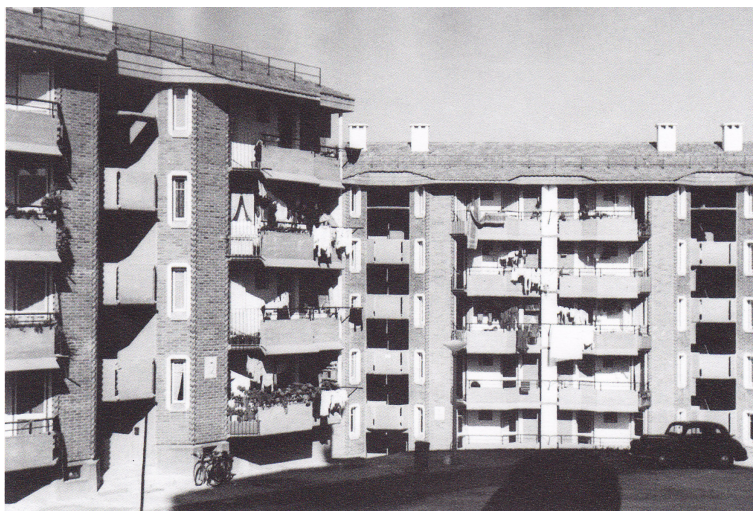


Fig.18 Conjunto de Olivais Sul desenvolvido por Bartolomeu da Costa Cabral e Nuno Portas, 1959.

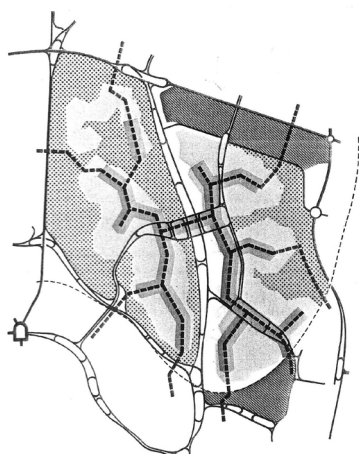


Fig.19 Planta de eixos do Plano de Chelas, Rafael Botelho e Francisco Silva Dias, Lisboa, 1966.

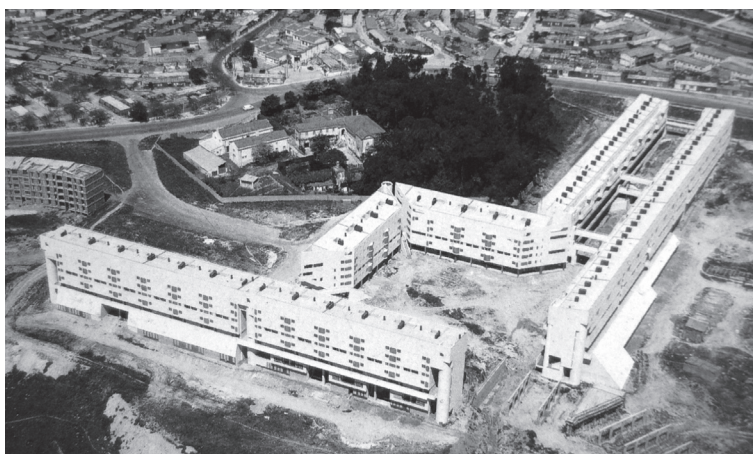


Fig.20 Conjunto de habitação "Pantera cor-de-rosa", Gonçalo Byrne e Reis Cabrita, Chelas, 1974.

Sul, e depois de Chelas (também em Lisboa), que a questão da cidade se pôs com maior proeminência, quer pela grandeza da operação, quer pela urgência de integrar uma área periférica.

Os Olivais, assim como Chelas de uma forma ainda mais carregada, “*é o primeiro grand-ensemble português de e por arquitectos, reflectindo mais o experimentalismo das linguagens particulares do que uma matriz urbana unificadora que num e noutro caso tinham sido propostas mas não resistiram à pulverização tipológica e compositiva.*”⁷⁰

“*Estávamos a fazer bairros sociais de custo baixíssimo com requintes de malvadez ao nível do tratamento de materiais, artesanato, etc.*”⁷¹

No dia 25 de Abril de 1974, quinta-feira, deu-se o golpe militar que pôs termo a 48 anos de regime autoritário e ditatorial.⁷²

A ruptura política e social gerada pela Revolução de 25 de Abril de 1974, apanharia alguns programas ambiciosos em ritmo demorado, como é o caso de Chelas ou do Plano de Urbanização do Restelo, este último do atelier de Teotónio Pereira. Enquanto os arquitectos e gestores públicos andavam absorvidos e entusiasmados com a experimentação tipológica e linguística destinada a menos de 10% do défice habitacional, a maioria da população por ele afectada tinha construído nos arredores das grandes cidades, “*uma cidade espontânea em extensão, sobre centenas de loteamentos clandestinos*”⁷³.

Contudo, esta ruptura e o seu reflexo no aparelho de Estado durante o período de clarificação política e ideológica que imediatamente lhe seguiu, criou as condições necessárias à reformulação das políticas de urbanismo.

⁷⁰ PORTAS, Nuno – “A Arquitectura da Habitação no Século XX Português”. In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 120.

⁷¹ Nuno Portas em conversa numa aula da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

⁷² BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 109.

⁷³ PORTAS, Nuno – “A Arquitectura da Habitação no Século XX Português”. In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 120.



Fig.21 Ocupação de apartamentos devolutos particulares, Fevereiro de 1975.



Fig.22 Ocupação de apartamentos devolutos particulares, Fevereiro de 1975.



Fig.23 Ocupação de apartamentos devolutos particulares, Fevereiro de 1975.

Após a Revolução sentia-se, nas ruas, nos cafés, nos locais de trabalho, em qualquer lado, um ambiente em transformação, uma nova forma de estar. A população foi-se consciencializando das novas liberdades e direitos que possuía, nomeadamente de expressão e de igualdade, podendo agora reivindicar abertamente por melhores condições de trabalho e de habitação.⁷⁴

As classes mais desfavorecidas começaram a alimentar a esperança numa mudança radical das condições de vida; tudo podia, devia e ia mudar num ápice. Esta expectativa foi rapidamente confrontada com as “*limitações objectivas*” e insuficientes meios materiais de “*um país dependente*”, assim como pelas contradições herdadas do anterior aparelho de Estado que “*apesar do centralismo não mudaria de direcção nem de velocidade, apenas pela relativa mudança do vértice político e as crescentes pressões na base*”.⁷⁵ Os efeitos de mudança, mesmo nas esferas mais altas de poder, inicialmente pouco se fizeram notar.

Entretanto a população que se encontrava a viver em condições precárias, consciente da liberdade de acção que ganhara, parte para formas mais ou menos espontâneas de insurreição. Numa primeira fase, há uma onda de ocupações de todo o tipo de fogos: inabitados, construídos, em construção ou devolutos incluindo bairros sociais, de promoção pública e semi-pública, recentemente acabados. Esta onda expandiu-se inclusivamente para fábricas, associações culturais, etc.

As primeiras ocupações que houve, principalmente em Lisboa, eram muito desorganizadas, contudo, a partir de uma certa altura também havia ocupações ordenadas em que os moradores organizados em associações, ocupavam as casas em grupo de uma forma muito mais regulada.⁷⁶ O

⁷⁴ Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 109.

⁷⁵ PORTAS, Nuno; GRANDE, Nuno - “Entre a crise e a crítica da cidade moderna”. In VALENTE, Mário, coord., *Lisboscópio*, p. 45.

⁷⁶ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XIII.



Fig.24 Cartaz reivindicativo.

problema da habitação era tão grave e o salto que a sociedade portuguesa deu em dois ou três dias tão desmedido que estes movimentos de ocupação eram inevitáveis.⁷⁷

A oportunidade política para avançar com as ideologias que Teotónio e Portas defendiam, apareceu com a nomeação de Nuno Portas para Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, menos de um mês após a Revolução, logo no primeiro governo provisório. Esta circunstância facultou-lhe a possibilidade de conjugar, num país que aclamava pelo direito à habitação, os seus conhecimentos e vasta experiência como *“analista das lutas urbanas, com o poder real de as fazer cumprir”*.⁷⁸

Nos primeiros três meses no cumprimento das suas novas funções, Portas fez várias reuniões, chamou a Portugal as pessoas mais influentes da época na disciplina - como John Turner ou Carlos Nelson dos Santos - numa tentativa de corrigir e actualizar as ideias e conclusões que anteriormente já havia formulado.⁷⁹ Tinha como objectivo estabelecer ligações com a cultura arquitectónica internacional, principalmente em torno dos programas de Housing, *“de forma a encontrar princípios de actuação que permitissem o envolvimento disciplinar dos arquitectos portugueses no processo revolucionário em curso.”*⁸⁰

*“Sem o Teotónio o SAAL não tinha nascido por mais que eu andasse a pintá-lo.”*⁸¹

O SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, nasce assim a 6 de Agosto de 1974, alguns meses apenas após a Revolução de Abril, com a promulgação do decreto de lei criado por Nuno Portas que ratificava um documento anteriormente entregue, a 24 de Julho, por Teotónio Pereira ao FFH. Nesse documento *“já estava definido de um modo claro e sucinto,*

⁷⁷ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXI.

⁷⁸ GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 219.

⁷⁹ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXI.

⁸⁰ GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 219.

⁸¹ Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 10 de Maio de 2010. Anexos, p. XLIII.



Fig.25 Cartaz de Vieira da Silva. Homenagem às pessoas que saíram à rua gritando pelos ideais em que acreditavam, 1974.

os *objectivos, o âmbito de acção e a orgânica operativa*” do SAAL.⁸² Nuno Portas, toma esta iniciativa legislativa dentro das suas funções como secretário de Estado do II Governo provisório, e no novo documento, apenas especifica e circunscreve campos, prioridades e competências que tinham ficado em aberto devido à necessidade de lhe conferir coerência orgânica e credibilidade legal.

O SAAL, criado como sistema alternativo de promoção pública, baseava-se na organização independente de procura social e nas capacidades virtuais de auto-gestão. Contudo não foi o único programa criado com esse objectivo; originado também em 1974 surge o programa de cooperativas habitacionais (CHES). Ambos os sistemas pretendem beneficiar programas descentralizados através de organizações de moradores e cooperativas, as quais orientam directamente as operações, *“incluindo o relacionamento com os técnicos, inicialmente indicados pelo Estado.”*⁸³ Por outro lado pretendia-se que os projectos já em curso no FFH, assim como os projectos de empresas privadas apropriados ao referido programa, continuassem em desenvolvimento, mesmo que de uma forma moderada.⁸⁴

Um dos objectivos do SAAL, que distinguiu este programa de outras políticas de alojamento do sector público, consistia em apoiar as câmaras municipais nas iniciativas das populações com condições habitacionais precárias no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros.⁸⁵ Aqui o ponto de partida era a prévia organização social da procura; era essencial que a iniciativa partisse dos próprios moradores, da sua vontade de mudar as condições em que viviam e da sua capacidade em

⁸² Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. pp. 118 e 119.

⁸³ PORTAS, Nuno - *Nuno Portas Nuno Portas : Prémio Sir Patrick*. p. 33.

⁸⁴ Cf. MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno - *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta*. p. 46.

⁸⁵ Cf. COSTA, Alexandre Alves – “1974-1975 O SAAL e os anos da Revolução” In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 67.



Fig.26 Imagem recolhida do documentário *Os Índios da Meia Praia*, Lagos 1975.

se auto-organizarem. Acreditava-se que estas condições eram fundamentais para o empreendimento, facultando “*uma dinâmica de gestão democrática*” que se orientava “*para uma melhoria progressiva, não só das condições habitacionais casa a casa, mas sobretudo das condições urbanísticas do próprio bairro e da sua inserção integral na cidade.*”⁸⁶

Como o programa era um organismo reconhecido pelo Estado, este transferiu-lhe competências normalmente exclusivas dos órgãos estatais sendo estas: capacidade de escolha do lugar, definição do programa e seu faseamento, nomeação e assistência dos técnicos envolvidos no programa, atribuição dos encargos financeiros e distribuição de alojamentos.

“*A proposta do SAAL é, assim, a de instaurar um processo conflitual entre o Estado e os habitantes*”⁸⁷ uma vez que aos cidadãos não interessa que o Estado se demita das suas competências e deveres essenciais para com as classes subordinadas mas este também não as pode cumprir sem que as populações se organizem de forma a controlarem e gerirem as iniciativas que devem responder às suas necessidades.

Por outro lado, ao transferir para as associações de moradores assim como para as cooperativas, o “*papel de promotor de habitação*” que até aí tinha sido executado, ainda que mal, por um serviço público central (FFH) ou por serviços camarários, ambicionava-se também, “*baixar os custos médios das casas sem baixar a sua qualidade, milagre que seria possível desde que a condução dos projectos e das obras fosse feita localmente, sem burocracia e pelos próprios interessados.*”⁸⁸

Partiu-se do princípio que este tipo de operações iria originar construções de menor escala, melhor integradas na malha urbana e adequadas a empresas de construção mais pequenas. Uma vez que deteria projectos concebidos especialmente para cada local, seria de esperar

⁸⁶ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 121.

⁸⁷ MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno - *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta*. p. 46.

⁸⁸ PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas*. p. 284.



Fig.27 Cartaz reivindicativo.

consequentemente bairros melhor adaptados aos seus contextos físicos e às sociedades a que se dirigiam.⁸⁹

Outro dos princípios do SAAL baseava-se na ideia de edificar ou renovar a própria área degradada em que os moradores da associação já habitassem, garantido a sua fixação nos terrenos urbanos. Este princípio pretendia evitar a especulação fundiária ou imobiliária assim como permitia a permanência dos habitantes nos espaços cujas referências urbanas e de vizinhança já tinham sido adquiridas. Este princípio não se aplicaria sempre que do ponto de vista técnico a manutenção não fosse viável.⁹⁰

Uma terceira particularidade do processo consistia na tentativa de “*adaptação da arquitectura ao contexto social e físico*”, “*uma característica metodológica com o objectivo de se libertar de preconceitos da criação formal, de forma a integrar a procura social e a participação dos moradores no projecto.*”⁹¹ Assim, a orientação dos processos administrativos e técnicos seria transferida dos técnicos para os utilizadores criando desta forma novas relações na gestão do projecto.

Esta característica traduziu-se numa experiência inédita em Portugal de diálogo entre a população e a equipa técnica, a partir da qual o arquitecto foi aprendendo e ensaiando. Esta aprendizagem era conseguida através de sucessivos debates, acompanhamento da obra e com o seguimento do quotidiano das primeiras fases dos bairros.⁹²

Até ao aparecimento deste programa muito raramente alguém tinha perguntado aos moradores de baixa classe social como e onde gostariam de viver. Os bairros sociais, encomendados pelo governo, já estavam terminados antes da atribuição das casas ou antes de os inquilinos entrarem

⁸⁹ Cf. PORTAS, Nuno - Nuno Portas *Nuno Portas : Prémio Sir Patrick*. p. 37.

⁹⁰ Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 121.

⁹¹ PORTAS, Nuno - Nuno Portas *Nuno Portas : Prémio Sir Patrick*. p. 34.

⁹² Cf. MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno - *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta - anos oitenta*. p. 46.



Fig.28 Processos de autoconstrução, operação SAAL Algarve, Lagos.

nas instalações que iam habitar. Com o SAAL, estes tomavam contacto com as questões relativas à reestruturação do seu bairro antes de qualquer decisão ter sido tomada, quebrando o conceito tradicional de habitação social em que o construtor e conseqüentemente as equipas de projecto estão completamente separados dos moradores.⁹³

Esta particularidade, apesar de não dever subestimar ou tirar crédito à experiência que foi, por vezes criou situações de extremos: “*nalguns casos, a participação do cliente não terá sido mais que um álibi para avaliar ou mascarar a imposição da concepção ideológica do arquitecto sobre o modo de vida das populações*”, “*noutros casos ter-se-á dado, ao contrário, a demissão do projectista como técnico detentor de conhecimentos disciplinares, caindo-se no populismo, na consagração de soluções banais – de caricatura do modelo de cidade-jardim ou de aldeamento turístico.*”⁹⁴

O SAAL estipulava também o princípio da incorporação de recursos dos próprios moradores, provavelmente o factor que veio a revelar-se como o mais polémico. Nuno Portas afirma variadas vezes que o SAAL não instituía a autoconstrução como algo obrigatório. Os recursos próprios poderiam ser feitos através de dinheiro que complementasse os fundos públicos. Portas, assim como Turner, não abdicava da ideia de que quantos mais recursos próprios fossem empregues, maior seria o sentimento de apropriação relativamente à casa e ao bairro. “*Não era só a questão de querer uma casa, era a questão de mexer na casa.*”⁹⁵ Este princípio garantia também, por outro lado, uma taxa de execução mais realista tendo em conta o enorme défice de habitação em Portugal, uma vez que seria provável que o custo de produção fosse mais baixo o que de facto veio a comprovar-se.⁹⁶

⁹³ Cf. PORTAS, Nuno - Nuno Portas *Nuno Portas : Prémio Sir Patrick*. p. 35.

⁹⁴ MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno - *Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta*. p. 47.

⁹⁵ José António Bandeirinha - *Operações SAAL*, filme de João Dias.

⁹⁶ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 122.



Fig.29 Processos de autoconstrução, operação SAAL Algarve, Lagos.

Os moradores em geral, assumindo o que de positivo tinha o despacho do SAAL, começaram por recusar, quase genericamente, a autoconstrução, considerando-a como dupla forma de exploração. Gerou-se uma organização súbita de um movimento contra a autoconstrução, apesar de esta não ser imposta, o qual tinha como objectivo *“impedir que algumas associações de moradores optassem de alguma forma por essa via”*, facto que veio a acontecer no caso de Lisboa e Porto, *“apesar de numerosas acções de autoconstrução colectiva que, espontaneamente, foram iniciadas por todo o país, terem um sinal politicamente positivo com reforço da consciência comunitária, da criatividade colectiva e, também, de aceleração de realizações simples mais importantes para alterar a face do quotidiano das populações.”*⁹⁷

*“Se preferem fazer biscates para pagar a casa, mais valia fazer o biscate na própria casa.”*⁹⁸

*“O programa SAAL provou aos burocratas estatizantes, apesar de tudo o que fizeram, que os bairros de habitação social promovidos pelo Estado através de serviços centrais, além de quase sempre pior localizados e de recorrerem em geral, desnecessariamente, à construção em altura, são pagos, às empresas especializadas que os constroem, a preços injustificadamente elevados, preços que os serviços estatais provam ser incapazes de controlar. E ainda por cima nem as casas são melhores nem se acabam mais depressa. E este mérito reverte, inteiramente, para a capacidade de organização e a iniciativa dos moradores.”*⁹⁹

Em pouco tempo, apenas em alguns meses, o programa SAAL iniciou um notável conjunto de operações, espalhadas um pouco por todo o país, um número muito superior do que o conseguido através de outras formas de promoção pública.

⁹⁷ PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas*. p. 281.

⁹⁸ Nuno Portas - *Operações SAAL*, filme de João Dias.

⁹⁹ PORTAS, Nuno – *Os tempos das formas*. p. 285.

Nuno Portas pretendia que esta fosse uma iniciativa experimental, não havia um modelo que desejasse seguir, havia antes a percepção que as coisas poderiam evoluir por muitos caminhos diferentes. Mais do que criar uma lei-quadro, Portas ambicionava abrir caminhos os quais teriam que ser necessariamente avaliados ao longo do tempo. Esse foi um dos motivos porque o SAAL nunca passou de um despacho - a medida legislativa mais precária - o que, dois anos mais tarde, viria a tornar-se na sua maior fragilidade já que bastava apenas outro despacho para o primeiro ser revogado.¹⁰⁰

A cidade idealizada com o 25 de Abril oferece assim três circunstâncias “contraculturais” também debatidas à volta do Maio de 68¹⁰¹, um pouco por todo o mundo, de “*Paris a Milão*”, do “*Rio de Janeiro a Lima*”: “*a auto-determinação das populações no lançamento do seu habitat evolutivo, metodologicamente conducente a uma urbanização evolutiva; a interacção directa dessa procura popular com o apoio de vanguardas técnicas multidisciplinares, invertendo a anterior lógica tecnocrática estatal; e a manutenção cuidada, nessas operações, dos tecidos urbanos e dos habitantes autóctones, tomando como referencia as formas urbanas e as densidades preexistentes, ou seja, encarando a malha urbana com processo gerador de cidade.*”¹⁰²

A execução destas condições variou bastante entre as diferentes equipas do SAAL havendo uma maior discrepância entre as de Lisboa e as do Norte no que diz respeito à interpretação tanto morfológica como tipológica. Enquanto na capital se ocuparam principalmente áreas periféricas da cidade, no Porto, as operações consideraram antes tecidos existentes dentro

¹⁰⁰ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXI.

¹⁰¹ Em Maio de 68, deu-se uma revolta estudantil que percorreu Paris. Ainda que circunstancial, legou uma determinante mudança nos paradigmas políticos e culturais das sociedades ocidentais ao longo da década seguinte, dentro e fora do universo europeu. Maio de 68 assinalou a emergência definitiva de uma nova geração de “actores” sociais, resultante do “boom” demográfico do pós-guerra – mais jovens e com uma cultura política mais radical, comparativamente com a geração anterior. In GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 165.

¹⁰² GRANDE, Nuno - *Arquitecturas da cultura : política, debate, espaço*. p. 220.

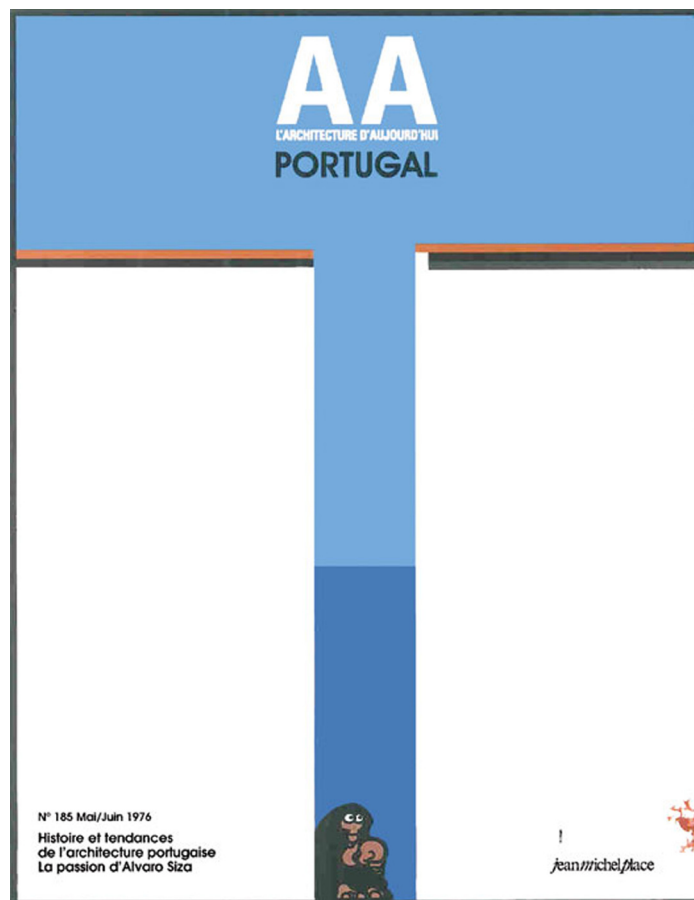


Fig.30 Capa da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 1976.

dos limites da cidade, completando como que por “*acupuncture urbana*” áreas que se encontrava vazias ou descaracterizadas.

Entretanto, o SAAL começa a ser conhecido perante as críticas internacionais. Em 1975, vários interessados no processo, como é o caso de Vittorio Gregotti, vêm a Portugal conhecer o processo. Este interesse, por parte da comunidade arquitectónica que participava nas operações, é visto como um reforço muito grande. Em Portugal, por esta altura, começavam a surgir dúvidas sobre as actividades realizadas no âmbito das brigadas, dúvidas de natureza política e económica, sendo o programa acusado de “*corrupção*”, de “*malbaratar dinheiro*”, de “*pagar brutalidades às brigadas*”¹⁰³, sendo inclusivamente objecto de um inquérito no parlamento. O apoio dos colegas internacionais, nomeadamente com artigos publicados nas revistas *L'Architecture d'Aujourd'hui*, *Casabella* e *Lótus*, dava, às equipas técnicas, força e garantias de que estavam no bom caminho.¹⁰⁴

O SAAL estava contudo em perigo. Uma série de razões levaram a que se criassem diversas resistências ao programa. Inicialmente uma oposição natural por parte dos poderes e organismos públicos uma vez que o SAAL apontava para processos de planeamento fortemente dinâmicos e com constantes acertos em relação às solicitações dos habitantes. Isto punha em causa os métodos clássicos de planeamento que partiam de premissas pré-definidas, a grande escala, para depois se concentrarem no terreno concreto onde iam operar; “*aqui o SAAL impunha um processo inverso, pois era a cidade e o seu planeamento que tinham que se adaptar às novas circunstâncias e à força mobilizadora das populações.*”¹⁰⁵ Por outro lado, havia também a questão dos proprietários que viam os seus terrenos serem

¹⁰³ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XVII

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ “Operações SAAL 1974-1976”. In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 266.



Fig.31 Cartaz reivindicativo.

ocupados perdendo assim o direito a eles, sendo que muitos nunca terão sido indemnizados.

O FFH, organismo que tutelava e financiava o SAAL, tendo em conta as crescentes críticas ao processo, a ascensão e legitimação do poder autárquico pelo voto de direito ao poder local, vai, através de uma reformulação das estruturas de apoio, provocar uma asfixia financeira nos processos que estavam a decorrer.¹⁰⁶

Segundo Alexandre Alves Costa,¹⁰⁷ e tendo em conta a situação de instabilidade política de Portugal, os participantes das equipas técnicas no Porto sempre sentiram que tinham que andar muito depressa, sempre tiveram a consciência que o futuro do SAAL dependia muito da evolução política do próprio país.

Os combates político-partidários acabam por conseguir dilacerar o SAAL a 5 de Novembro de 1976¹⁰⁸, Nuno Portas não conseguira evitar o seu fim prematuro.¹⁰⁹ Apesar da luta do SAAL não ser uma luta política, mas sim uma luta pela habitação, as duas componentes estavam interligadas e interdependentes.

Sentiu-se que as brigadas podiam perder a batalha e de facto perderam.¹¹⁰

¹⁰⁶ Cf. COSTA, Alexandre Alves – “1974-1975, o SAAL e os Anos da Revolução” In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 68.

¹⁰⁷ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XVII.

¹⁰⁸ A 5 de Novembro de 1976 saiu o despacho da Comissão Directiva do FFH que reequacionava a relação entre este organismo e as equipas do SAAL pondo em causa a acção das brigadas técnicas que no terreno levavam a cabo os projectos e o apoio às populações. In “Operações SAAL 1974-1976”. In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 266.

¹⁰⁹ Cf. BANDEIRA, Pedro - *Os tempos das formas*. p. 305.

¹¹⁰ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XVII.

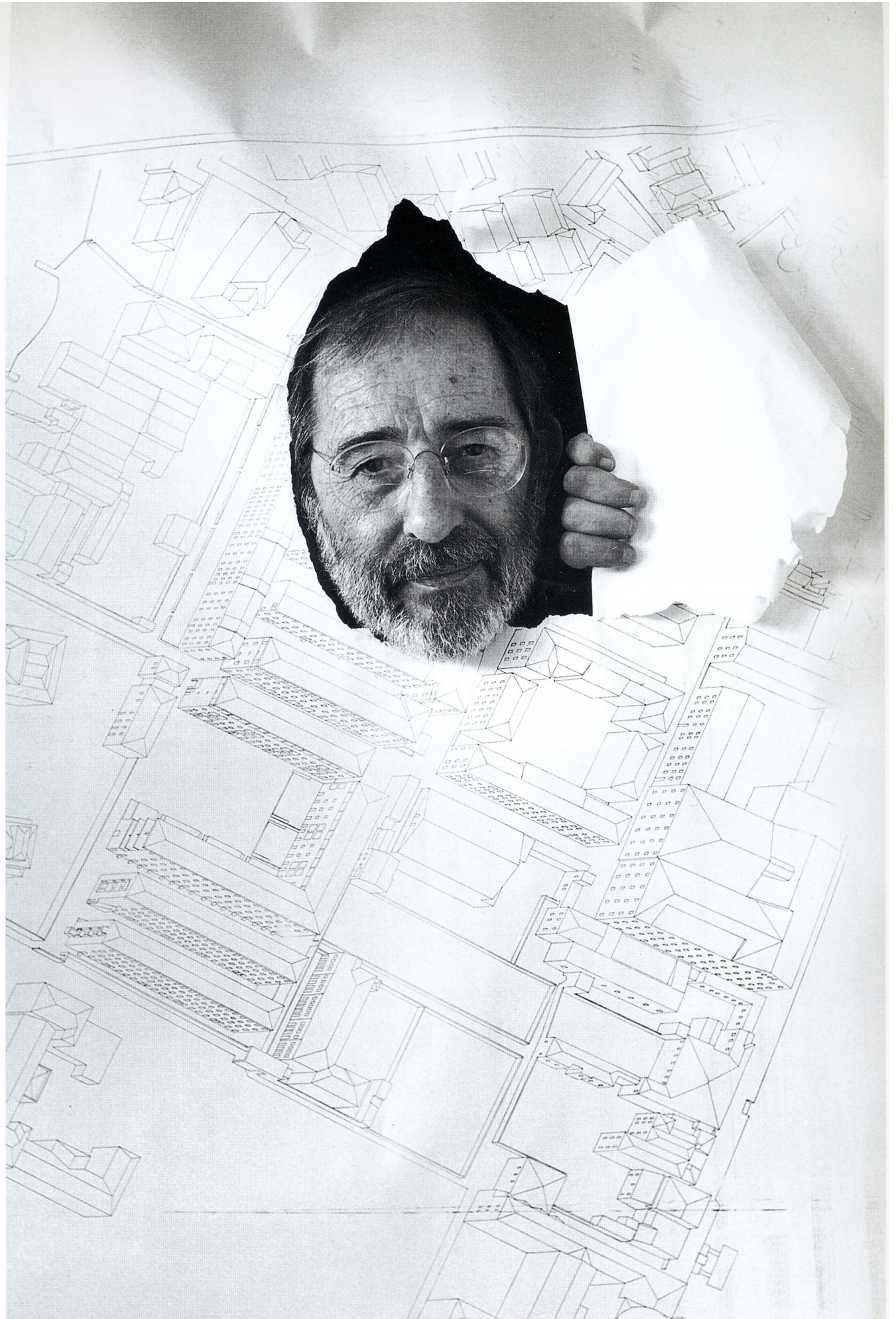


Fig.32.

3. A condição do Porto

O SAAL/Norte e o Bairro da Bouça



Fig.33 Reivindicação de novos direitos sociais – direito ao divórcio, à paridade sexual, à livre opinião, ao uso da cidade, à habitação.

“(...) no Porto, o SAAL constituiu um momento de grande importância como reflexão sobre a cidade histórica e o seu destino.”¹¹¹

Como já foi referido no capítulo anterior, o Porto e as comissões do SAAL/Norte tiveram condições de trabalho muito diferentes das de Lisboa, não só ao nível das equipas técnicas como também nas opções de projecto que foram sendo tomadas. Este factor iria conduzir a soluções muito diferentes entre as duas cidades.

O desenvolvimento habitacional em Lisboa crescera a partir de um núcleo principal, alargando o tecido urbano e acabando por urbanizar áreas inicialmente rurais, criando assim sucessivas periferias.¹¹² Em contrapartida, o crescimento da aglomeração urbana do Porto *“verificase a partir de um certo número de unidade sócio-ecológicas que, dispersas por uma área relativamente grande, vão crescer, em grande parte, de uma forma relativamente autónoma, ainda que sofrendo efeitos de indução de polarização de uma unidade ecológica privilegiada: o centro do Porto.”¹¹³*

Esta diferença no processo de crescimento urbano das duas cidades vai

¹¹¹ COSTA, Alexandre Alves – “1974-1975 O SAAL e os anos da Revolução” In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 66.

¹¹² Cf. FERREIRA, Vitor Matias - *Movimentos sociais urbanos e intervenção política*. p. 26.

¹¹³ *Ibidem*, p. 27.



Fig.34 Reivindicação de novos direitos sociais – direito ao divórcio, à paridade sexual, à livre opinião, ao uso da cidade, à habitação.



Fig.35 Primeira manifestação de moradores contra a sublocação. Porto, 30 de Novembro de 1974.

determinar características divergentes e diferenças decisivas entre o carácter das intervenções urbanísticas no Porto e em Lisboa, nomeadamente ao nível das operações SAAL. Assim, no caso de Lisboa, a maioria das operações decorre nos subúrbios, verificando-se uma transformação dos bairros clandestinos e eliminando as unidades de estrutura urbana existentes. No caso do Porto, pelo contrário, as operações decorrem no centro urbano, em vazios junto de antigos bairros operários, tentando renovar as zonas degradadas e reformando as estruturas urbanas.¹¹⁴

“O Porto era um caso muito à parte, diferente de tudo do resto do país porque para já a questão da habitação punha-se muito mais na densidade urbana do centro, densidades absolutamente aflitivas, construía-se cidade dentro da cidade com precárias condições.”¹¹⁵

Não só o crescimento urbano influencia a condição característica do Porto como também o problema da habitação, que aqui encontra várias vertentes, acaba por ser significativo. Se por um lado, tal como em Lisboa, devido ao desenvolvimento da cidade havia imensos bairros de lata, por outro havia a questão das casas sobreocupadas sendo possível encontrar habitações onde viviam entre oito a dez famílias, com três a quatro pessoas na mesma cama. A acrescentar a estes tipos de habitação precária havia ainda as pessoas que habitavam nas “ilhas” situações difíceis e algumas insalubres, condição que já se vinha arrastando desde o séc. XIX.¹¹⁶

As ilhas surgiram como consequência da industrialização da cidade do Porto e da sua necessidade de abrigar o crescente número de emigrantes que ali se estabeleciam, foram assim resposta ao aumento da procura de habitação de baixo custo.

Foi a pequena e média burguesia que veio a dar resposta à questão do alojamento apresentando uma solução habitacional diferente aos novos

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 28.

¹¹⁵ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXII.

¹¹⁶ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. V.

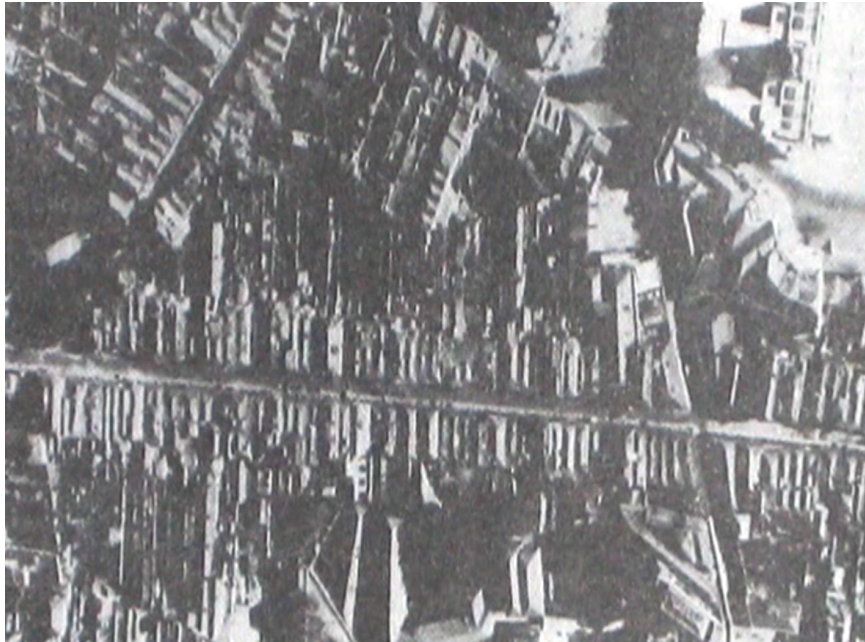


Fig.36 Vista aérea, onde é visível o desenvolvimento das ilhas para dentro dos quarteirões, Porto.

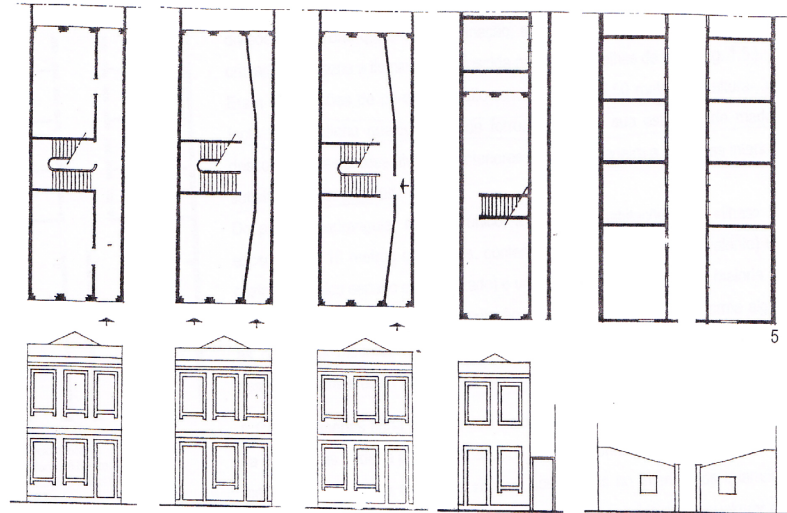


Fig.37 Diferentes formas de relacionamento entre a ilha e a rua.

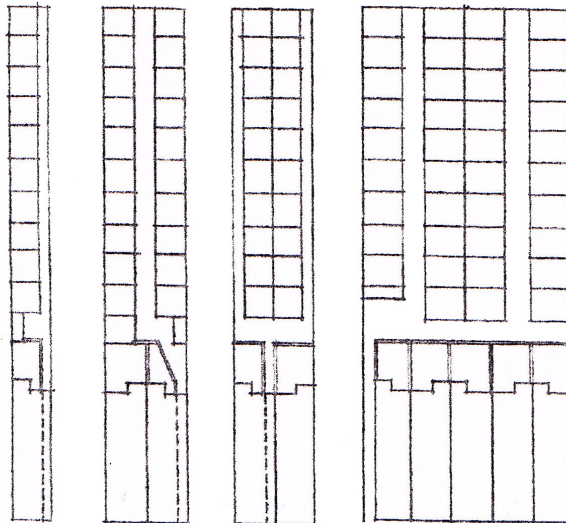


Fig.38 Diferentes formas de organização das ilhas no interior do quarteirão.

trabalhadores. As ilhas construía-se assim nos quintais das traseiras de habitações burguesas que desenhavam a frente da rua. Eram desenvolvidas segundo filas de pequenos alojamentos em banda sendo o acesso à rua feito por estreitos corredores. Como tal, devido a encontravam-se no interior de quarteirões, em terrenos privados, não era visível da rua a situação precária que muitas delas apresentavam. A cidade cresceu para dentro de si própria.¹¹⁷

Este tipo de habitação, que chegou mesmo a alojar grande parte da população portuense¹¹⁸, apesar de não reunir de forma alguma as condições mínimas de salubridade e higiene, era ignorado por parte do poder local, factor que apenas foi alterado quando estas passaram a constituir uma ameaça para a saúde pública. Embora tenham sido tomadas várias iniciativas por parte do poder local e central no sentido de colmatar este problema, que era agora também um problema público, não se conseguiu extinguir a totalidade das “ilhas”, que aliás ainda hoje se podem encontrar na cidade do Porto.

Uma das medidas tomadas a partir dos anos 60 foi a demolição deste tipo de construção após a construção de bairros sociais camarários destinados ao realojamento da população operária a viver em “ilhas”. Os bairros localizavam-se na periferia da cidade, longe do local de trabalho, e normalmente a deslocação, que era obrigatória e não opcional, tornava-se numa situação muito difícil para os moradores não só porque estavam habituados a viver numa zona urbana, como também porque viviam em comunidades fortemente enraizadas que eram assim desfeitas.

A acrescentar a esta situação, tendo em conta o regime político em vigor na época, era exercida uma forte vigilância na vida das pessoas que habitavam estes bairros com leis absolutamente repressivas; “*estas não*

¹¹⁷ Cf. RODRIGUES, Maria - *Pelo direito à cidade*. p. 16.

¹¹⁸ Após a realização de um inquérito às “ilhas”, que decorreu entre 1938 e 1939, os relatórios apontaram o número de 1.156 “ilhas”, alojando 45.243 habitantes em 13.510 casas, das quais 6.700 eram consideradas deficientes e 5.800 “más”. In RODRIGUES, Maria - *Pelo direito à cidade*. p. 20.



Fig.39 Bairro social camarário, anos 60 Porto.



Fig.40 Plenário de moradores no Palácio de Cristal, Porto 13 de Setembro de 1975.

tinham um aluguer do tipo normal, a casa era-lhes cedida a título precário, o que significa que em todo o momento as pessoas podiam ser despejadas e isso queria dizer que elas tinham que ter um bom comportamento de acordo com os critérios que a Câmara Municipal na altura definia.”¹¹⁹

A partir do 25 de Abril e motivados pela luta pela liberdade de expressão recentemente conquistada, os moradores que viviam nestas condições de enorme sufocação do meio habitacional ganharam uma consciência de luta e juntaram-se aos habitantes que ainda permaneciam no centro denso da cidade. Gerou-se um movimento de moradores pondo em diálogo os que tinham ido para fora (bairros camarários) e os que ficaram (no centro) com uma enorme unidade e capacidade de reunião. Clamavam pela permanência das suas habitações no centro, no próprio local ou o mais perto possível. Este cruzamento de vivências foi um factor absolutamente crucial para o SAAL/Norte, contribuindo para a constituição de um movimento muito específico no qual Alexandre Alves Costa se encontrava no centro da luta, enquanto co-coordenador regional do programa.¹²⁰

“Não se vislumbram vitórias fáceis, nem vitórias. Apenas se reconhece uma nova maturidade no movimento dos moradores na busca de diferentes tácticas, de forma a prosseguir defendendo o que já conseguiu no sentido da sua dignidade e a que se costuma chamar direito à cidade.”¹²¹

Desta forma, os arquitectos envolvidos nas equipas técnicas do SAAL/Norte tiveram em 1975, pela primeira vez a oportunidade de trabalhar no centro histórico. A acção das brigadas do Porto reflectia uma crítica em

¹¹⁹ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. VI.

¹²⁰ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXIII. A responsável pelo SAAL no Porto foi a arquitecta Margarida Coelho. Alves Costa foi posteriormente convidado para integrar o programa.

¹²¹ COSTA, Alexandre Alves – *Alexandre Alves Costa : candidatura ao Prémio Jean Tschumi : UIA 2005*. p. 29.

relação ao “*grande planeamento urbano de tradição moderna apontando para um novo tipo de urbanismo adequado a uma nova cultura e uma nova era*” que visava a conflitualidade de interesses com que a cidade contemporânea é regida.¹²² Faziam-se assim planos que aludiam a um modelo de cidade socialmente mais radical, uma cidade onde os pobres também tinham direito ao centro histórico, onde vários estratos sociais de moradores eram admitidos. Clamava-se enfim, por “*uma cidade onde novos tipos de habitação podem referir tipos antigos e, sendo diferentes deles pela forma, assumem carácter fragmentário da cidade, contrapondo o velho e o novo sem perca de um carácter geral solidificado pelo uso e o tempo.*”¹²³ Tratava-se portanto, não de um plano de expansão da cidade mas sim de consolidação e “*cerzimento*”.

Outra das particularidades do processo SAAL no Porto, à semelhança de outras zonas do país, foi a recusa da auto-construção como mecanismo de contribuição por parte dos moradores na resolução do problema da habitação. A população portuense encontrava-se insatisfeita com a promoção capitalista e considerava que não era seu dever a construção do seu habitat próprio. Argumentava nesse sentido que a maioria dos moradores trabalhava a tempo inteiro, não tendo tempo para depois ainda ir trabalhar na construção da sua própria casa, considerando a auto-construção uma dupla forma de exploração - “*Depois de um dia inteiro de trabalho a encher os bolsos dos capitalistas, tínhamos de ficar até às tantas a trabalhar na construção das casas*”¹²⁴. Por outro lado, tendo em conta a quantidade de pessoas desempregadas e a precisarem urgentemente de um trabalho, considerava-se que havia uma boa oportunidade para se abrirem novos postos de trabalho na construção de alojamentos de cariz social.

¹²² COSTA, Alexandre Alves - *Textos datados*, p. 43.

¹²³ *Ibidem*, p. 48.

¹²⁴ *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 119.

Segundo Alexandre Alves Costa,¹²⁵ o que variou essencialmente na posição das equipas do Porto relativamente ao despacho de Nuno Portas, foi o facto de considerarem que a participação dos moradores não deveria necessariamente incluir a participação financeira ou de mão-de-obra. Os moradores manifestavam-se contra a auto-construção e os arquitectos funcionavam como uma espécie de intérpretes técnicos dos residentes o que levou à existência de algumas divergências com Nuno Portas enquanto Secretário de Estado.

Em determinado momento do processo SAAL, a Câmara do Porto teve uma comissão administrativa das Forças Armadas à qual pertenciam algumas pessoas ligadas à “Escola do Porto” (ESBAP). Esta Escola mantinha uma ligação muito intensa com as comissões do SAAL uma vez que os estudantes eram enviados para as várias zonas degradadas da cidade tendo o problema da habitação como um dos seus temas pedagógicos centrais. Muitas vezes algumas equipas técnicas do SAAL, as chamadas brigadas, eram inclusivamente constituídas por alunos e professores da Escola do Porto. Deste modo, nesse período temporal, o SAAL e o movimento dos moradores, praticamente substituiu o poder decisivo da Câmara do Porto, no que respeitava à habitação.¹²⁶

“Partilhávamos com eles uma visão idêntica no que diz respeito ao futuro da cidade portuguesa.”¹²⁷

Os arquitectos do Porto acreditavam, então, na democracia objectiva e como tal favorecia-se a participação directa e integral dos moradores. Pode-se assim afirmar que a evolução do SAAL no Porto tomou um carácter mais participativo relativamente ao processo no resto do país. Apesar de o problema da habitação ser central, muito rapidamente a importância dos equipamentos de proximidade se revelou determinante. “O problema já

¹²⁵ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XI.

¹²⁶ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXIII.

¹²⁷ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XII.

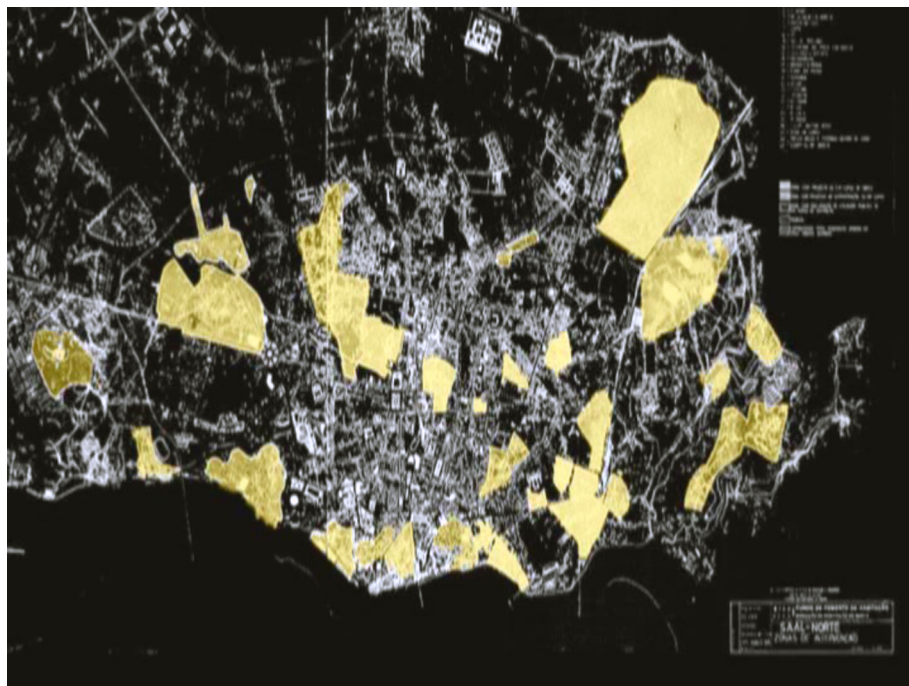


Fig.41 Distribuição das operações SAAL na área do Porto.

não era este bairro ou aquele, era a cidade, e portanto começa-se a considerar o papel dos equipamentos urbanos que eram a ligação entre os vários grupos organizados de associações de moradores.”¹²⁸

Juntando todos os projectos das variadas operações em curso do SAAL obtinha-se praticamente uma planta de toda a área urbana, espelhando o momento em que a cidade quase na sua totalidade era pensada e construída por arquitectos em função da vontade habitacional das populações.

“Uma cidade planeada a partir da habitação operária e não mais a partir das rentabilizações e dos lucros imobiliários, ou das imposições monumentalistas do poder.”¹²⁹

O começar a desenhar-se a cidade, em vez de apenas bairros, não tinha sido previsto ou planeado inicialmente, foi consequência do desenvolvimento da prática. Para Alves Costa, “*não se tentou nunca prefigurar a cidade*” ou a sua vida quotidiana, “*não se tentou nunca elaborar um contraplano*” exterior à consciência dos moradores, tratava-se sim de propor “*uma alternativa metodológica*” em que ela mesma fosse parte do processo e construtora da teoria. “*Do particular para o geral, do bairro à cidade, do direito ao lugar até ao direito à cidade.*”¹³⁰

A partir de 1976, depois das eleições e da instituição de um poder representativo, o poder participativo inerente ao processo SAAL no Porto, de certa maneira, estava a caminhar numa direcção que não era compatível com os interesses camarários. Havia um antagonismo complicado entre as vontades dos moradores, que praticamente dominavam toda a cidade em termos territoriais, e os interesses da Câmara Municipal que estavam muito mais ao lado das conveniências fundiárias dos próprios proprietários. Esta

¹²⁸ Álvaro Siza - *Operações SAAL*, filme de João Dias.

¹²⁹ BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 184.

¹³⁰ COSTA, Alexandre Alves - “1974-1975 O SAAL e os anos da Revolução” In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 68.

circunstância fez com que se gerasse um perigoso jogo de poder entre a Câmara Municipal do Porto e o SAAL:¹³¹

*“Nós estávamo-nos a aproximar de uma situação em que criávamos uma espécie de Câmara Municipal alternativa porque como tínhamos zonas de moradores que eram controladas pelo SAAL que quase cobriam o território da cidade não se podia fazer nada dentro dessas áreas sem a nossa opinião.”*¹³²

Tudo isto pressupunha uma dimensão política muito forte que não tinha sido prevista por Nuno Portas: *“O grande equívoco meu em relação ao SAAL, foi que eu sempre pensei que o SAAL era para tratar dos clandestinos, que seria para tratar dos clandestinos. Entretanto reparei que o SAAL estava todo a fixar-se nos centros históricos.”*¹³³

Portas considera também que o *“SAAL era para dar casas às pessoas, portanto não era para fazer planificação”*¹³⁴ e o que era lógico do seu ponto de vista era que, e nisso o despacho do SAAL era claro: logo que a constituição definisse as competências das Câmaras, o SAAL passaria a ser integrado nas políticas municipais. Seria também da competência do município, segundo o despacho comum, a disponibilização de terrenos para a construção dos bairros o que ocasionou que quase todos os terrenos no Porto tenham sido alvo de uma luta aberta uma vez que, como já foi referido anteriormente, as “ilhas” eram construídas em terrenos privados. Se por um lado os moradores queriam permanecer no local que já habitavam, por outro a Câmara não poderia expropriar a quantidade de terrenos necessários para as operações em curso, bloqueando assim o desenvolvimento do processo. Nesse sentido Nuno Portas responsabiliza em parte os arquitectos do Porto pelo abrandamento das operações.¹³⁵

¹³¹ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XI.

¹³² *Ibidem.*

¹³³ Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 10 de Maio de 2010. Anexos, p. XL.

¹³⁴ *Ibidem.* Anexos, p. XXXIX.

¹³⁵ *Ibidem.* Anexos, p. XLV.



Fig.42 Implantação do Bairro da Bouça na cidade do Porto.

Todos estes factores conduzem a um forte choque de opiniões entre Nuno Portas e Alexandre Alves Costa, no cumprimento das suas funções no SAAL. Era inevitável que estas duas posições colidissem, inclusivamente sob o ponto de vista da leitura arquitectónica dos bairros e dos edifícios. “*Essa é a grande frontalidade de oposição que o SAAL teve em Portugal.*”¹³⁶

O SAAL passa de um processo aparentemente claro para um aceso debate à escala nacional. No Porto, em Lisboa, em Setúbal e no Algarve as operações vão seguir caminhos diferentes dependendo do meio, das populações envolvidas, dos arquitectos e das suas convicções. O SAAL acaba por se desdobrar em muitos SAAL¹³⁷. No Porto, este programa, decorrente de todas as características referidas, encontra a sua expressão mais homogénea no que diz respeito às tipologias e expressões arquitectónicas, transformando esta cidade num caso único no país. O SAAL/Norte “*desenvolve um modelo de actuação vibrantemente anti-reformista e anti-capitalista no vislumbre de uma sociedade radicalmente alternativa.*”¹³⁸

Dentro do processo SAAL/Norte foram iniciadas 33 operações, construindo-se 374 habitações envolvendo 11 500 famílias.¹³⁹

Entre estas operações iniciadas encontrava-se o Bairro da Bouça. Este bairro tem características particulares uma vez que o seu projecto foi iniciado em 1973, portanto antes da Revolução e antes do início do processo SAAL. O projecto tinha sido encomendado pelo Fundo de Fomento de Habitação (FFH)¹⁴⁰ para habitação subsidiada da classe média

¹³⁶ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXV.

¹³⁷ Cf. BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 173.

¹³⁸ FERREIRA, Jorge Figueira - *Escola do Porto : um mapa crítico*. p. 64.

¹³⁹ COSTA, Alexandre Alves - “1974-1975 O SAAL e os anos da Revolução” In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. pp. 65 e 66.

¹⁴⁰ Cf. capítulo “Pelo direito à habitação”.



Fig.43 Bairro da Bouça em construção.

e o seu amplo terreno, situava-se entre a linha do caminho-de-ferro e a rua da Boavista; um dos principais eixos urbanos da cidade.¹⁴¹

Depois do 25 de Abril e com o desenvolvimento do SAAL, fazia todo o sentido integrar este projecto no programa.¹⁴² As equipas mais experientes do país perceberem desde logo que tinham que começar a construir, não se podia perder tempo. Como tal, após os residentes locais que viviam em condições deficientes se terem organizado como Comissão de Moradores e reivindicarem o terreno e o projecto, a Bouça foi quase imediatamente transferida para a esfera de acção do SAAL.¹⁴³

*“Em 1974, os moradores ocupam o solo, pedem apoio a uma brigada SAAL e exigem o antigo plano de Siza”*¹⁴⁴. Álvaro Siza fica assim responsável por duas operações integradas no processo SAAL, a Bouça e São Vítor¹⁴⁵, um dos bairros do lado Poente na cidade e outro do lado Nascente, o que lhe ajudará a criar uma visão global da cidade.

Como estava previsto pelo despacho do SAAL, e para que os moradores conhecessem e concordassem com a proposta já realizada para o FFH do Bairro da Bouça, foram levadas a cabo várias reuniões nas quais os moradores tiveram a oportunidade de participar em algumas alterações que foram feitas ao projecto. O projecto da Bouça integrado no SAAL data assim de 1975/1976.

¹⁴¹ BARATA, Paulo Martins - *Álvaro Siza : 1954-1976*. p. 177.

¹⁴² Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXVI.

¹⁴³ Cf. BARATA, Paulo Martins - *Álvaro Siza : 1954-1976*. p. 177.

¹⁴⁴ CASTANHEIRA, Carlos - *Álvaro Siza : exposição : arquitectura e renovação em Portugal*. p. 16.

¹⁴⁵ O projecto de São Vítor, também de Álvaro Siza, iniciado a partir de Novembro de 1974, envolvia a construção de 32 fogos, numa primeira fase, e 20 na segunda. A obra de infra-estruturas, relativamente ao SAAL/Norte, foi das primeiras a começar em Junho de 1975, embora a dos fogos só tenha arrancado a Outubro do mesmo ano. Apenas foi construída a pequena banda de habitações da Senhora das Dores, de difícil percepção porque alienada do restante contexto de intervenções e de arranjos urbanos previstos no projecto. In BANDEIRINHA, José António - *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. p. 247.

Uma vez que os habitantes do Porto recusavam a auto-construção, como já foi referido anteriormente, a participação era essencialmente realizada apenas num primeiro momento, no momento de projecto. Segundo Alves Costa,¹⁴⁶ a selecção do lugar, as questões de carácter programático, que podiam ir desde a discussão de tipologias, sistemas construtivos e materiais adequados, ou mesmo a gestão dos futuros bairros e processos de financiamento da obra, eram fundamentalmente os temas da responsabilidade dos moradores.

Desde o início, os projectos eram dificilmente compreendidos pelos moradores, mesmo utilizando modelos das habitações à escala 1:1 como forma de complementação dos desenhos. Tendo em conta a circunstância, a intenção das equipas técnicas do SAAL/Norte quando começaram a construir era que houvesse uma primeira fase em que estas casas iniciais não eram casas definitivas mas sim “*casas volantes*”. As pessoas iam viver para estas habitações até arranjam condições para terem as suas próprias casas e após a sua saída viriam outras. “*A experiência dessas pessoas nesses primeiros bairros, que é aliás o que resistiu do SAAL, ia com certeza permitir que os arquitectos repensassem os seus projectos.*”¹⁴⁷

Assim numa segunda ou terceira fase a experiência da construção inicial iria com certeza, aí sim, permitir uma certa inovação. Álvaro Siza fala disso claramente porque tem projectos para a segunda e terceira fase de São Vitor bastante distintos da primeira: “*Eu oiço-vos mas não vos obedeco. Nesta fase faço o que achar que vocês precisam, depois, na segunda fase vocês já têm experiência, já viram, falamos outra vez e eu incorporo essa experiência.*”¹⁴⁸

Para além da dificuldade que havia em fazer entender os projectos, havia outro factor que levou a que a participação dos moradores fosse

¹⁴⁶ Cf. COSTA, Alexandre Alves - *Textos datados*, p. 47.

¹⁴⁷ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p XV.

¹⁴⁸ Nuno Portas sobre Álvaro Siza - Operações SAAL, filme de João Dias.



Fig.44 Bairro operário de J. J. P. Oud. Kiefhoek, sul de Roterdão (Holanda), 1930.



Fig.45 Bairro social de J. P. P. Oud. Hoek van Holland, 1924/27.

apenas feita neste nível: os arquitectos do Porto consideravam que a arquitectura não se resolveria referendando-a, havendo uma parte técnica da exclusiva competência do arquitecto.

*“Eu costumo dizer que o SAAL não introduziu alterações de fundo na natureza dos projectos, os arquitectos fizeram aquilo que teriam feito em qualquer altura de qualquer forma, era isso que eles estavam interessados em fazer devido às referências que tinham da arquitectura europeia”.*¹⁴⁹

Estas referências aparecem na sequência do que tem vindo a ser abordado nos capítulos anteriores. A arquitectura portuguesa encontrava-se numa fase, não de introdução de grandes alterações de fundo, mas sim de tentativa de releitura do Movimento Moderno havendo uma certa reacção ao Estilo Internacional, muito burocratizado, muito igual em toda a parte.¹⁵⁰

Essa releitura redescobriu protagonistas e modelos históricos trazendo-os à prática, como por exemplo J. J. P. Oud e a arquitectura social holandesa (Hoek van Holland), ou Bruno Taut em Berlim (Siedlung Schillerpark ou GroBsiedlung Britz)¹⁵¹. A importância destes modelos estava na experimentação tipológica para as classes desfavorecidas, para a habitação social. Segundo Alves Costa, *“não havia outros modelos ou melhor havia mas não interessavam porque eram os modelos dos grandes conjuntos da arquitectura internacional.”*¹⁵²

¹⁴⁹ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XV.

¹⁵⁰ Cf. capítulo “O papel do arquitecto”.

¹⁵¹ Estes modelos consistem em grandes intervenções imobiliárias que procuram resolver o problema da habitação de baixo custo, em cidades em clara expansão. Caracterizaram o processo de expansão da cidade alemã, particularmente entre o início do séc. XIX até à Segunda Guerra Mundial. Surgem como alternativa de crescimento da cidade, desenvolvido nas periferias dos grandes centros urbanos e constituem um organismo urbano unitário. Tinha como preocupação a definição das áreas mínimas para cada tipologia habitacional, assim o aproveitamento dos espaços, o que era conseguido através da racionalização das funções dentro da casa e pela minimização das circulações. A forma linear dos edifícios Siedlung, segundo bandas de casas, reflectem a procura de igualdade de condições entre os residentes e os equipamentos surgem como colectivização dos serviços que vêm complementar os edifícios habitacionais do ponto de vista programático. In MELO, Leidy - *A unidade residencial da Bouça - a proposta, os espaços e a cidade*. pp. 121 e 122.

¹⁵² Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XX.



Fig.46 Großsiedlung Britz (Hufeisensiedlung) de Bruno Taut. Berlim (Alemanha), 1925/30.



Fig.47 Großsiedlung Britz (Hufeisensiedlung) de Bruno Taut. Berlim (Alemanha), 1925/30.

Uma vez que já tinham feito diversas incursões no tema da habitação social com limitações como áreas mínimas e financiamentos baixos, foram principalmente os arquitectos holandeses e alemães que foram tomados como referência. Estes modelos encaixaram bem na situação portuguesa, particularmente no caso do Porto, uma vez que para além de haver uma mesma vontade de construir “*formas de vida mínimas*” para “*o maior número*”, os moradores acabaram por adoptar uma tipologia de baixa altura e alta densidade, não querendo construir grandes bairros em torre - optando assim por manter o espírito do bairro tradicional.

A somar a este facto, no período temporal em que estes modelos apareceram, ou seja anos 20/30 (período entre as duas guerras), as cidades do norte de Europa - como por exemplo da Alemanha e da Holanda - tinham uma gestão progressista. Os governos destes aglomerados urbanos estavam intimamente ligados com os partidos social-democratas, então imbuídos pela ideia de transformação da sociedade e de abolição das classes sociais. É portanto natural que seja na gestão urbana desses centros, que se poderia de uma forma mais coerente, prefigurar o que seria a cidade de amanhã, uma sociedade socialista, uma cidade, de novo, sem classes sociais.¹⁵³

Álvaro Siza, que havia visitado recentemente Berlim, nomeadamente as obras de Bruno Taut, vinha repleto destas ideias sendo clara a sua opção pela readaptação destes modelos a um novo momento revolucionário.¹⁵⁴

Assim é possível encontrarmos algumas semelhanças com Taut na proposta de Siza para os bairros de São Victor e da Bouça. Este último era constituído por quatro blocos, os quais, tal como nos Siedlungen, eram paralelepípedicos e lineares. A tipologia e organização destes blocos,

¹⁵³ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXVI.

¹⁵⁴ Álvaro Siza - *Operações SAAL*, filme de João Dias.

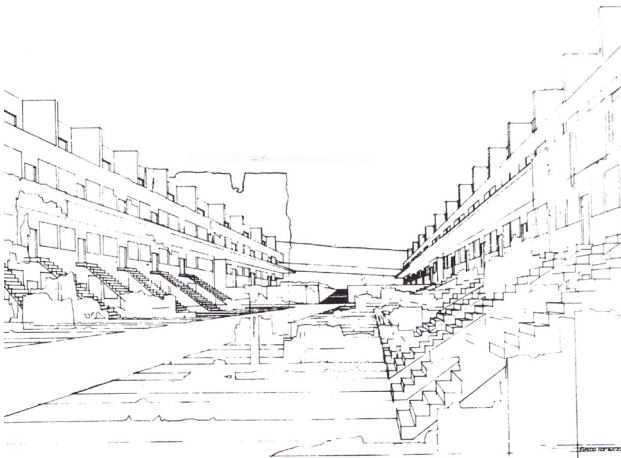


Fig.48 Esboço do Bairro da Bouça, Álvaro Siza.



Fig.49 Planta de implantação mostrando os cheios e os vazios.

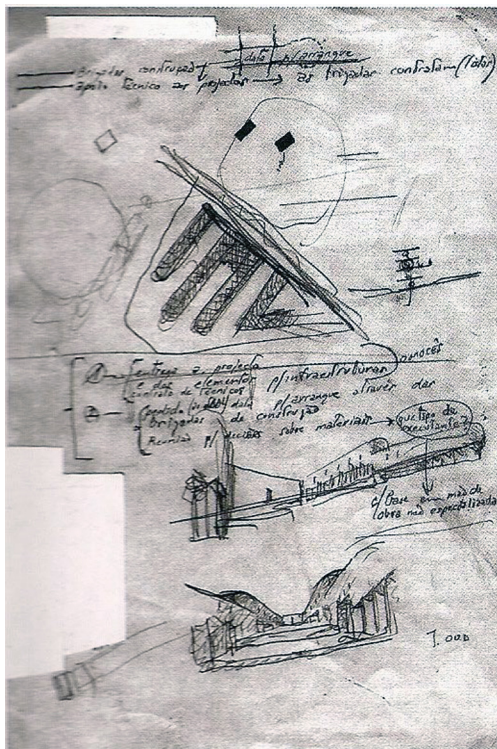


Fig.50 Esboço do projecto, Álvaro Siza.

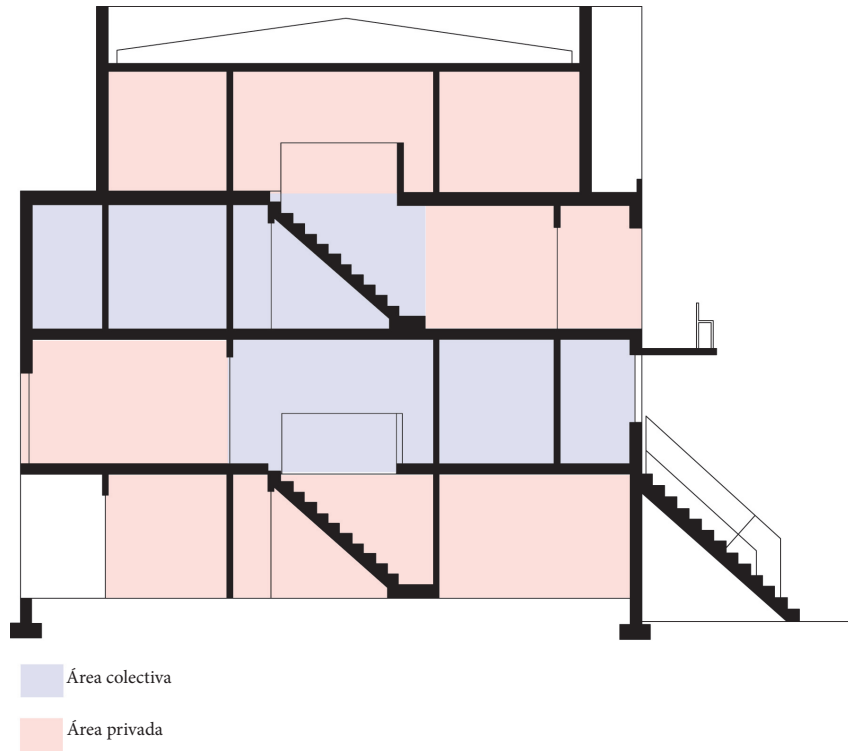


Fig.51 Corte longitudinal por um dos quatro blocos habitacionais mostrando os dois apartamentos duplex.

de baixa altura e compostos por quatro pisos, consistia em dois duplex sobrepostos em que o acesso ao exterior era feito directamente, no caso das habitações inferiores, e por galerias, nas superiores. “*A continuidade entre interior e exterior da parcela é feita através da transposição da escala da rua para o interior do quarteirão*”.¹⁵⁵

As habitações duplex constituem a unidade de módulo de cada um dos blocos, sendo o T3 a unidade habitacional tipo do bairro mas podendo variar entre o T2 e o T5. Salvo algumas excepções, cada apartamento tem uma área total de cerca de 96m², modulado segundo três quadrados de 4x4m. A organização habitacional dos fogos é invertida em altura, ou seja: enquanto no duplex inferior os espaços comuns situam-se no primeiro piso e os quartos no rés-do-chão; nos apartamentos superiores é o contrário, quartos no primeiro piso e as zonas colectivas no rés-do-chão.

Os blocos habitacionais organizam-se, tal como nas “ilhas”, de modo a ocuparem a profundidade total do terreno dando origem a três pátios longitudinais todos eles encerrados a norte mas abertos para a cidade no lado oposto. Para além destes blocos principais, o projecto ainda incluía um pequeno conjunto de habitações que fariam frente com a Rua da Boavista. Neste bloco o piso térreo seria preenchido por comércio dando continuidade às preexistências da rua.

Os quatro blocos principais encontravam-se unidos por um “muro” que acabaria por se tornar numa parte realmente importante do projecto. Para além de ser um elemento que congrega toda a proposta e determina um término preciso e físico no topo norte, agarra, pelo seu lado exterior, a galeria de acesso superior aos vários blocos. Porém a sua existência também se deve a uma regra que assim o impunha: “*Existe uma escola de crianças delinquentes nas proximidades e existia uma norma que estipulava que as casas próximas à escola não poderiam ter janelas que dessem vista para ela.*”

¹⁵⁵ MELO, Leidy - *A unidade residencial da Bouça – a proposta, os espaços e a cidade.* p. 74.

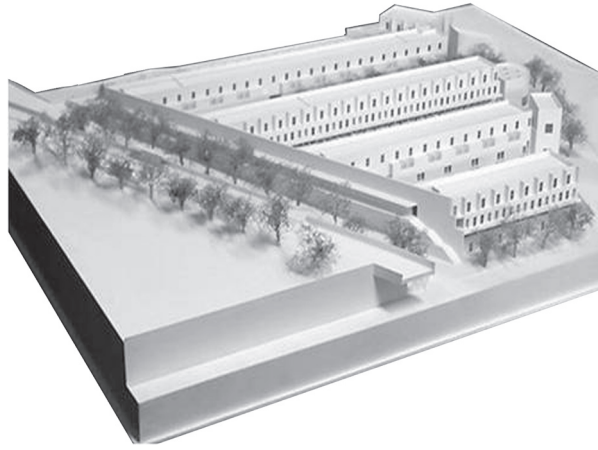


Fig.52 Maqueta do projecto para o Bairro da Bouça, Álvaro Siza.



- Área colectiva
- Área privada

Fig.53 Habitação tipo para o duplex inferior (piso 0 e 1).



0 10

Fig.54 Habitação tipo para o duplex superior (piso 2 e 3).

*Outra razão era o caminho-de-ferro que passa ao lado e que o “muro” iria isolar acusticamente.”*¹⁵⁶ Este elemento acaba por funcionar assim, como corpo separador do exterior.

*“Tornou-se uma forma coerente, um elemento importante, mas o princípio era mais rico do que a ideia formal.”*¹⁵⁷

Rematando os edifícios de habitação, do lado oposto ao muro, surgem os equipamentos colectivos e comunitários com o objectivo de melhorar o funcionamento do bairro, oferecer melhores condições de serviços e promover a sociabilização entre os moradores. Esta convivência entre os habitantes, já vinha do tempo das “ilhas”, onde o exterior era um lugar privilegiado de intensas relações de vizinhança, constituindo uma extensão natural da casa. Deste modo, estes equipamentos vinham preservar a identidade e modos de vida dos habitantes que aqui iam residir.¹⁵⁸ Por outro lado, acabavam por, ao mesmo tempo, estabelecer a ligação do novo conjunto à malha urbana existente.

Estes equipamentos organizam-se segundo três corpos que funcionam como elementos de excepção independentes. As suas plantas são bem distintas, um triângulo, um semi-círculo e um rectângulo.

Com o fim do SAAL, suspende-se em 1979 a construção do Bairro da Bouça, sobretudo por razões políticas. Da primeira fase apenas dois dos quatro blocos do conjunto previsto foram construídos, o correspondente a 56 fogos dos 128 projectados.¹⁵⁹ Do mesmo modo ficaram também de fora os respectivos remates e o muro de protecção. Não foram realizados quaisquer arranjos exteriores nem os acessos definitivos às galerias das habitações superiores. A falta deste último elemento foi de enorme

¹⁵⁶ CASTANHEIRA, Carlos – *Álvaro Siza : exposição : arquitectura e renovação em Portugal*, pp. 21 e 22.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 16.

¹⁵⁹ Inês Nadais em artigo publicado na revista *Ipsílon*, destacável do jornal *Público*, 07.05.2009.



Fig.55 Bairro da Bouça antes da 2ª fase, inacabado.



Fig.56 Bairro da Bouça antes da 2ª fase, inacabado.



Fig.57 Bairro da Bouça antes da 2ª fase, inacabado.



Fig.58 Bairro da Bouça antes da 2ª fase, inacabado.

relevância uma vez que consistia no acesso principal das habitações do primeiro piso sendo simultaneamente um elemento agregador de toda a proposta.

Ficando o projecto inacabado, e no sentido de colmatar estas e outras faltas prioritárias, foram sendo construídos elementos provisórios, nomeadamente escadas que, com o tempo, foram responsáveis pela sucessiva detracção da imagem do Bairro da Bouça.

O projecto da Bouça, assim como outros projectos do SAAL igualmente inacabados, acabaram por ficar à margem da cidade deixando as suas marcas isoladas e descaracterizadas no território urbano. As parcelas foram tomadas erradamente pelo todo, como se representassem obra acabada.¹⁶⁰

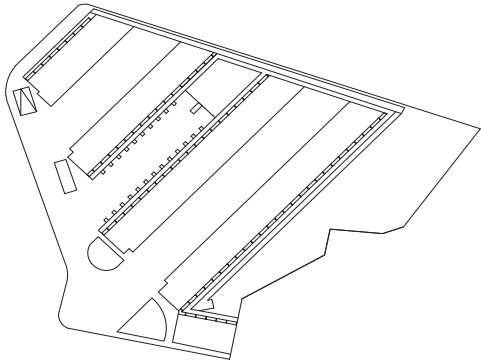
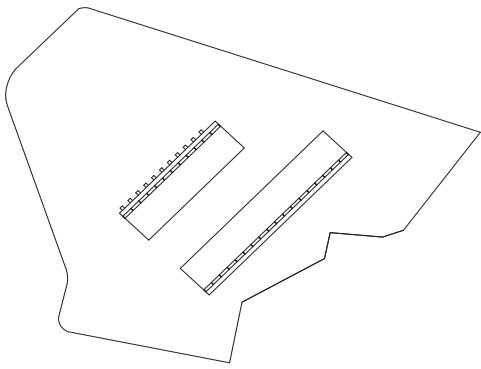
O que sobreviveu não representava as expectativas que as equipas técnicas tinham; representava, muito menos, os projectos já elaborados de momento e que nunca chegaram a ser construídos. A interrupção levou inclusivamente Alves Costa a afirmar: “*Em certo sentido o SAAL não chegou a tomar forma, tinha potencialidades para mas não chegou a concretizá-las.*”¹⁶¹

Estavam porém outros valores em jogo. No caso do Bairro da Bouça, localizado num terreno central de grande valor na cidade e tendo em conta que se destinava a pessoas carenciadas estando por isso associado a uma imagem de marginalidade, a sua localização sempre tinha sido contestada. Publicaram-se jornais e revistas com fotografias do edifício “*incompleto, degradado, incompreensível para quem não conhecesse o projecto*” e escolhendo o pior ângulo, como prova da incompetência do arquitecto e do próprio SAAL.¹⁶²

¹⁶⁰ Cf. COSTA, Alexandre Alves – “1974-1975 O SAAL e os anos da Revolução” In BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WIELFRIED, Wang, coord. - *Arquitectura do século XX : Portugal*. p. 66.

¹⁶¹ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, pp. XVIII e XIX.

¹⁶² Álvaro Siza citado por Inês Nadais em artigo publicado na revista Ipsilon, destacável do jornal Público, 07.05.2009.



0 100m



Fig.59 Diferença entre área construída na 1ª fase e 2ª fase do Bairro da Bouça.



Fig.60 Planta do conjunto, piso 0.



Fig.61 Planta do conjunto, piso 1.

A Bouça 30 anos depois

Inesperadamente, passados cerca de 30 anos após a interrupção da construção do Bairro da Bouça (ano 2000) e devido ao empenho da Federação das Cooperativas¹⁶³, a Câmara Municipal do Porto decide incentivar a conclusão do projecto.

Assim, nesta segunda fase da Bouça, além das 72 casas que nunca tinham sido construídas, pretendia-se edificar também os equipamentos originalmente previstos (uma biblioteca geral, uma lavandaria e uma sede da cooperativa), a galeria de acesso que a norte da parcela fecha o terreno e o muro. Ambicionava-se ainda recuperar as 56 casas já existentes.

Foi no entanto difícil convencer os residentes em prescindir das intervenções improvisadas que entretanto se tinham realizado. *“Sentia-se a dificuldade em aceitar a interrupção no magnífico isolamento em que viviam, no centro da cidade, embora em ambiente degradado; e também o receio de um eventual aumento de renda.”*¹⁶⁴

Tornou-se necessário restabelecer o diálogo com as famílias residentes e deste modo para Álvaro Siza, a segunda fase do Bairro da Bouça foi novamente um projecto “participado”. Este diálogo resultou em algumas cedências e inovações mas tornou-se claro desde o início a necessidade, salvo algumas excepções, de manter quase integralmente o projecto inicial.

A revisão do projecto exigia que se tivesse em conta a evolução profunda dos residentes relativamente ao contexto anterior, sendo então inconcebível a necessidade de garagens ou a previsão do grau de exigências

¹⁶³ A associação de moradores do bairro da Bouça passou a integrar um sistema de cooperativa, com o nome Águas Férreas. Reúne não só os moradores da Bouça mas também da Ceta e da Sete Bicas.

¹⁶⁴ SIZA, Álvaro - SAAL: conjunto habitacional da Bouça. *Jornal Arquitectos*, p. 86.

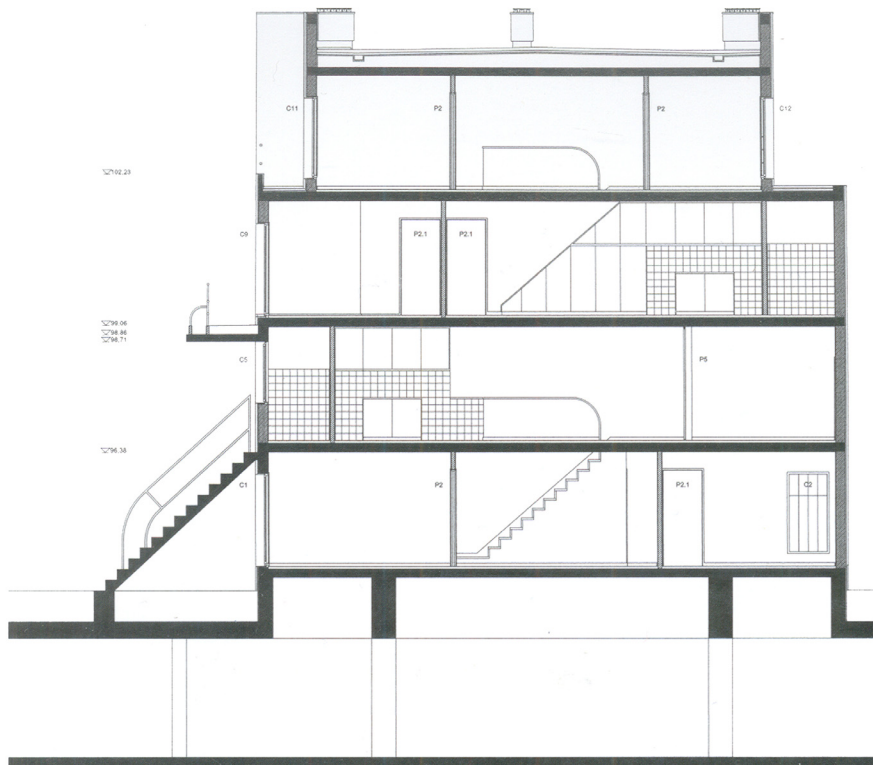


Fig.62 Corte longitudinal, 2ª fase do projecto. São visíveis algumas alterações, como é o caso do estacionamento subterrâneo.

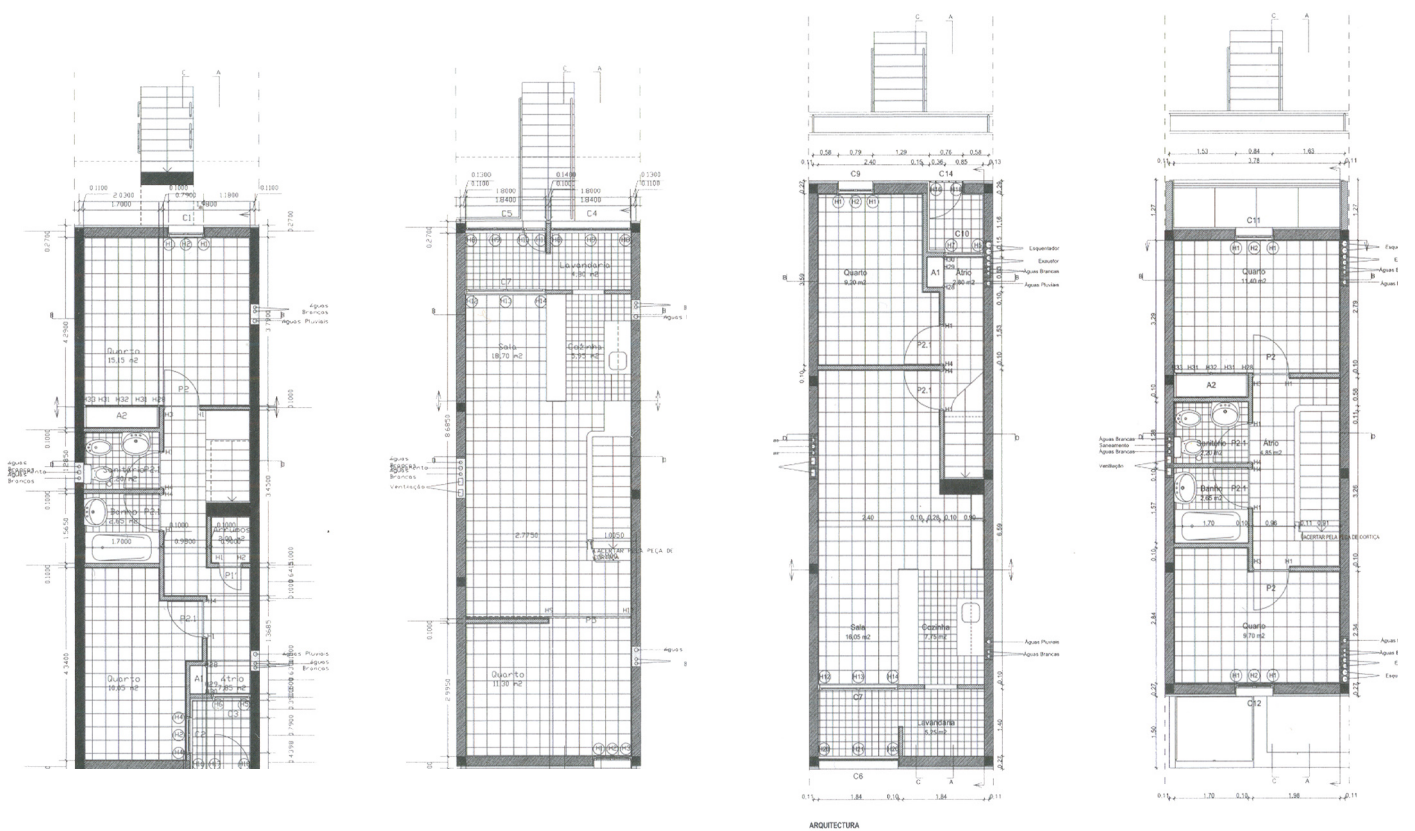


Fig.63 Plantas das habitação tipo (inferior e superior), 2ª fase do projecto.

dos regulamentos actuais, o que levou a aperfeiçoamentos pontuais de qualidade e conforto como é o caso das marquises, estacionamento subterrâneo e melhorias construtivas (em termos térmicos e acústicos).

Para Siza, nas alterações feitas, perde-se de certa forma alguma da integridade do desenho inicial mas por outro lado existe actualmente uma estação de metro mesmo ao lado, ligando o bairro com toda a cidade.¹⁶⁵ A Bouça é agora atravessada todos os dias por um fluxo de gente e os seus equipamentos encontram-se abertos às ruas envolventes havendo assim uma maior penetração da vida da cidade no bairro e vice-versa.

A segunda fase da Bouça gerou porém alguma controvérsia. Deixaram-se passar demasiados anos de inoperância e portanto as pessoas para quem as habitações que faltavam estavam destinadas, acabaram por dispersar.

Os sócios da Associação de Moradores tinham direito de preferência para a compra das casas da segunda fase de construção do bairro da Bouça; contudo muitos deles já não estavam interessados, ou já tinham adquirido outra casa, ou não queriam mais uma ligação com memórias do tempo em que tiveram de se manifestar por um direito à habitação.

“Quando o bairro foi terminado, foi posto em hasta pública uma grande parte do bairro porque já não havia quem o quisesse. As pessoas tinham resolvido a sua vida no entretanto e não foi quem mais lutou para que aquilo se fizesse que teve direito às casas.”¹⁶⁶

Para Alexandre Alves Costa, esta é a questão principal nesta nova fase da Bouça. Apesar de concordar que o projecto tenha sido retomado, questiona a maneira como tudo aconteceu. Não percebe porque é que a Câmara Municipal apenas retomou este projecto de Álvaro Siza quando havia tantos outros pertencentes ao SAAL/Norte com qualidade. Dá

¹⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁶ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XXII.



Fig.64 Vista aérea do Bairro da Bouça.

como exemplo o bairro do Leal, do arquitecto Sérgio Fernandez, que foi inclusivamente demolido.

“Faz-me impressão que isto tenha sido terminado por essa razão, tão fora de época que as pessoas que lutaram e viveram aquilo de uma maneira muito intensa, já não puderam aproveitar.”¹⁶⁷

José António Bandeirinha concorda com Alves Costa, a *“perversão não está no projecto em si mas na forma como a situação evoluiu.”*¹⁶⁸ Acrescenta ainda o facto do processo SAAL no Porto ter sido interrompido de uma forma abrupta o que gerou divisões indissolúveis entre os moradores. Os fogos construídos eram uma parte ínfima dos previstos e portanto o processo de divisão das poucas casas construídas foi penoso.

Para Bandeirinha, na Bouça, cumpriu-se a arquitectura. Todo o processo evoluiu de uma outra forma, a sociedade sofreu alterações, não seria de forma alguma possível reconstituir a vida urbana dos moradores de outrora. *“As lutas dos moradores foram também só naquele espaço de tempo, a história não se repete, nunca se repete.”*¹⁶⁹ Sob o ponto de vista urbano é preferível esta situação do que a ruína que existia, assim pelo menos ficou ali a intenção plasmada de ali *“coser a cidade”*.

Outro dos pontos polémicos da segunda fase do bairro foi o facto dos equipamentos originalmente previstos para uso colectivo, que deveriam funcionar como elementos de reforço da comunidade (uma biblioteca local, uma lavandaria e uma sede para a cooperativa), terem sido utilizados para outras funções completamente díspares (uma clínica dentária, gabinetes de arquitectura e uma agência de trabalho temporário). Voltou-se a questionar o papel social deste bairro; porém, houve várias complicações, nomeadamente devido a regulamentação de segurança, que impediram que

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXVII.

¹⁶⁹ *Ibidem.*



Fig.65 Bairro da Bouça após conclusão das obras de 2ª fase, 2008.

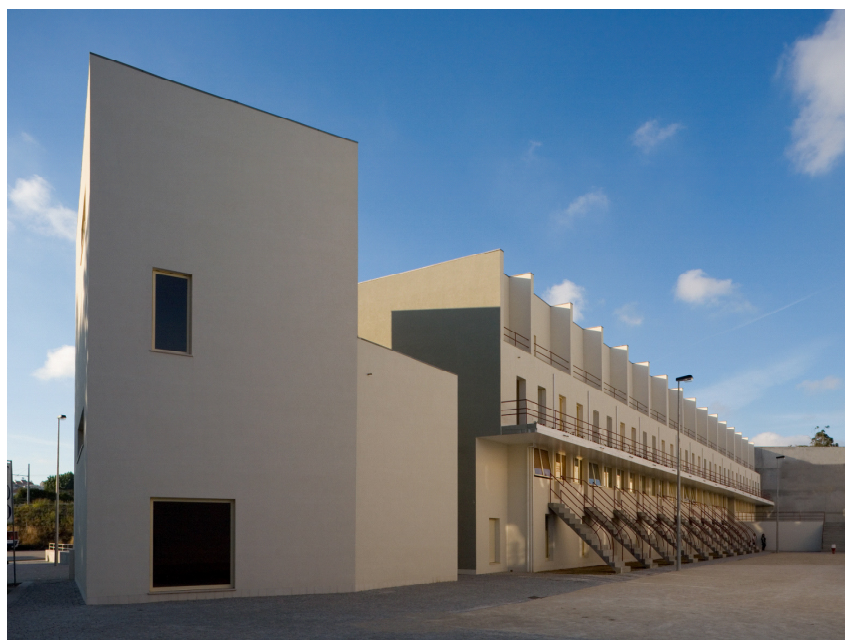


Fig.66 Bairro da Bouça após conclusão das obras de 2ª fase, 2008.

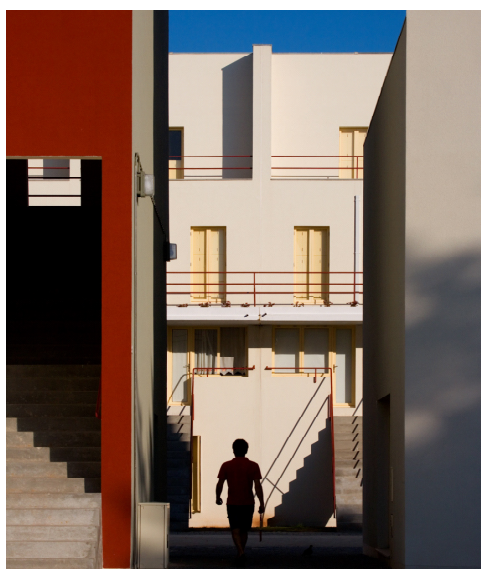


Fig.67 Bairro da Bouça após conclusão das obras de 2ª fase, 2008.



Fig.68 Bairro da Bouça após conclusão das obras de 2ª fase, 2010.

o programa previsto pudesse ser cumprido naqueles espaços acabando estes por serem também vendidos ou arrendados.

Não havendo compradores suficientes pertencentes à Associação de Moradores, é decidido colocar em hasta pública os novos apartamentos - a alternativa a esta opção seria a anulação da segunda fase. Deve-se assim a esses novos moradores (estudantes, profissionais jovens, famílias recém-formadas – “*protagonistas da mobilidade característica da cidade contemporânea*”¹⁷⁰), o sucesso das vendas dessa segunda fase.

Para Álvaro Siza, é compreensível e saudável que as novas casas sejam ocupadas por pessoas provenientes de diferentes classes sociais e dá como exemplo o Bloco de Marselha de Corbusier onde se passou algo semelhante: “*durante anos esteve degradado e foi considerado um fracasso, uma arquitectura socialmente inaceitável. Neste momento está a funcionar porque houve uma geração – de professores, de arquitectos, de intelectuais – que quis ir para lá viver. Enquanto era para os pobrezinhos aquilo era um desastre. Agora é um sucesso.*”¹⁷¹

À semelhança desta Unidade de Habitação, Nuno Brandão Costa, proprietário de uma das casas da segunda fase, considera a Bouça como tendo o espírito da melhor habitação social, uma vez que neste bairro a arquitectura conseguiu criar uma “*cidade plural e democrática em que pessoas de proveniências diferentes vivem em casas todas iguais.*”¹⁷²

Assim, a obra acabada, apesar de não representar o espírito do SAAL, é um “*belíssimo projecto de arquitectura*” e veio valorizar o próprio espaço, correspondendo de momento ao que deve ser a cidade, uma

¹⁷⁰ SIZA, Álvaro – SAAL : conjunto habitacional da Bouça. *Jornal Arquitectos*, p.86.

¹⁷¹ Álvaro Siza, citado por Inês Nadais em artigo publicado na revista *Ipsílon*, destacável do jornal Público, 07.05.2009.

¹⁷² Nuno Brandão Costa, citado por Inês Nadais em artigo publicado na revista *Ipsílon*, destacável do jornal Público, 07.05.2009.

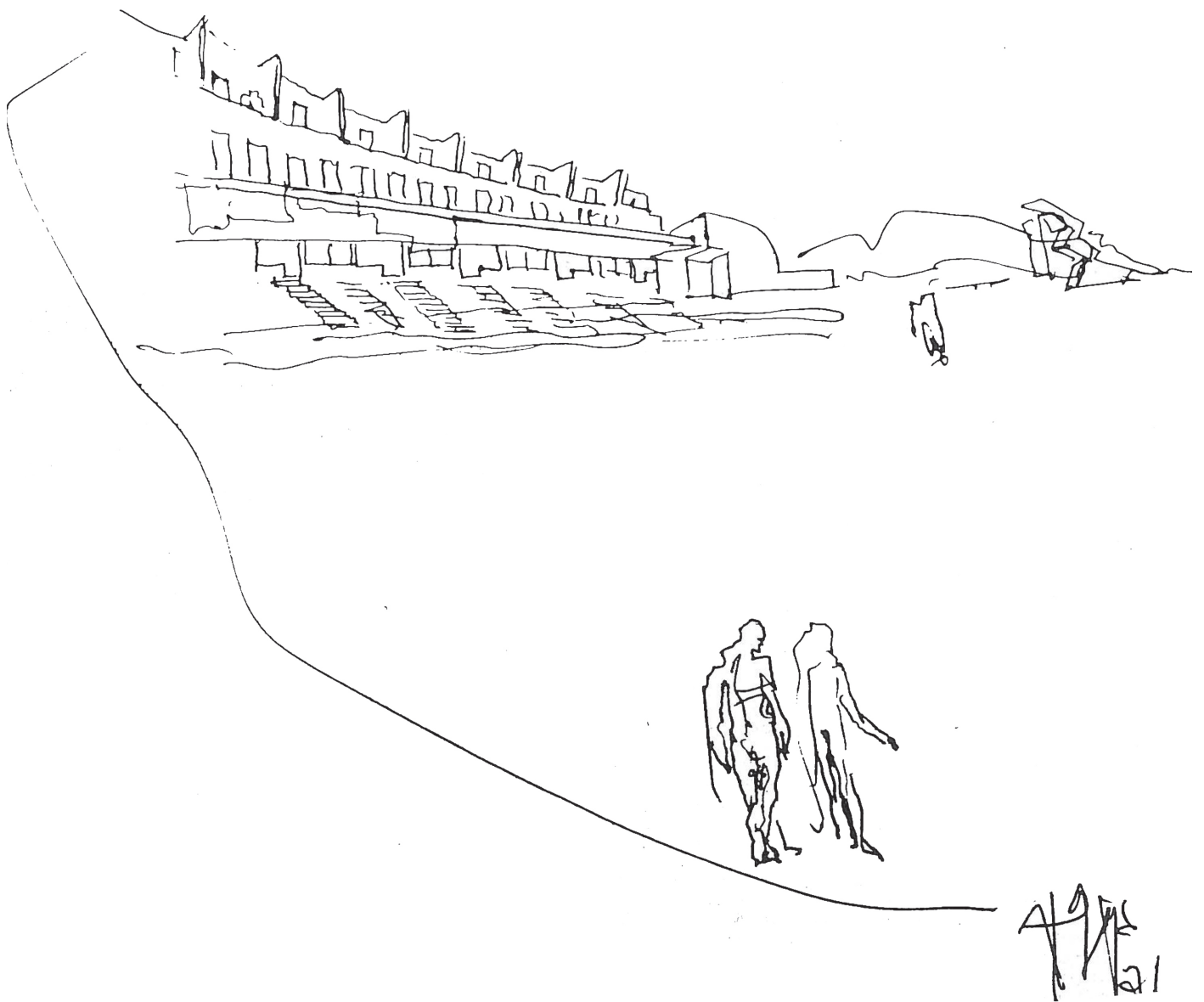


Fig.69 Esquisso do projecto, Álvaro Siza.

cidade interclassista.¹⁷³ Inclusivamente as pessoas que já viviam no bairro ganharam com esta conclusão da obra, não só porque puderam ver as suas casas recuperadas, como estas perderam a imagem que tinham de “gueto”.

Sobre certos aspectos o bairro é um bom exemplo de cruzamento social onde se interceptam diferentes modos de vida. Apesar das diferenças não há conflitos de vizinhanças. Embora tenha havido uma desconfiança inicial, os antigos moradores conseguem, agora, reconhecer os aspectos positivos dos novos vizinhos.

“Inclusive uma das senhoras que pertencia à associação disse que têm aprendido imenso com os novos moradores, umas das coisas que aprenderam foi a falar mais baixo. Achei isto fantástico, até me reconciliei um bocado com o bairro depois de ouvir isto.”¹⁷⁴

¹⁷³ Entrevista feita a Alexandre Alves Costa, gravada a 01 de Março de 2010. Anexos, p. XXII.

¹⁷⁴ *Ibidem*. Anexos, p. XXIV.

Conclusão

“Durante muitos anos, de 1979 a 2006, o Bairro da Bouça também foi ficção científica: uma coisa que tinha de acabar a bem ou a mal, mas que acreditávamos tanto como no teletransporte”.¹⁷⁵

Hoje, quem passa junto do Bairro da Bouça, não é capaz de imaginar o percurso desta obra de arquitectura, parece tão encaixado no seu lugar, tão natural naquele pequeno espaço da cidade que não deixa antever o seu passado complicado e com um futuro que esteve em vias de nunca acontecer. É apenas depois de se percorrer, ao longo deste trabalho, os caminhos que nos trazem ao presente, que se percebe o seu contexto invulgar.

Podemos questionar-nos se o Bairro da Bouça em particular ou o processo SAAL no geral foi inovador. Para Paulo Varela Gomes, o projecto da Bouça falha, entre outros motivos, *“por razões formais ou de linguagem provenientes do vanguardismo de Siza”*¹⁷⁶ afirmando que a Bouça é Bruno Taut ou J. J. P. Oud mostrando assim que o processo SAAL/Norte e mais propriamente a Escola do Porto *“não estava preparada para enfrentar*

¹⁷⁵ Inês Nadais em artigo publicado na revista Ipsílon, destacável do jornal Público, 07.05.2009.

¹⁷⁶ FERREIRA, Jorge Figueira - Escola do Porto : um mapa crítico. p. 66.

*problemas concretos com respostas não estereotipadas.*¹⁷⁷

E de facto, se isolarmos cada um dos seus elementos do todo, o SAAL não é particularmente inovador: “*a referência às experiências racionalistas da habitação social, a rua como novo endereço da cultura arquitectónica, o envolvimento político-social do arquitecto, são questões internacionalmente levantadas e reconhecidas.*”¹⁷⁸ Não são assim estas características que fazem do SAAL, e consequentemente do Bairro da Bouça, uma experiência singular; é o seu contexto. Em geral, nas experiências habituais de habitação social ou desaparece a arquitectura ou desaparece o habitante, neste caso nenhuma das partes envolvidas foi desistente, nem os moradores, nem os arquitectos.

Para Nuno Portas “*o processo SAAL retrata um duplo compromisso: o do projecto social e o da arquitectura num processo social*”¹⁷⁹, tentando-se assim um improvável equilíbrio entre estas duas, muitas vezes antagónicas, determinações. E se para Jorge Figueira “*No SAAL/Norte tenta-se impossivelmente que ambos se reconheçam e sobrevivam*”¹⁸⁰ já José António Bandeirinha pensa que, relativamente à possibilidade de se “construir para um maior número” e fazer de arquitectura de autor, algum SAAL prova que é realizável.

O Bairro da Bouça aparece no meio deste debate e apesar de, como já foi referido no terceiro capítulo, ser resultante de um projecto anterior ao SAAL, foi em todas as suas fases participado e alterado tendo como último desígnio o fim social, sem que Álvaro Siza se tenha demitido das suas competências técnicas.

Pode-se ainda questionar se valeu a pena a construção da segunda fase da Bouça, tendo em conta toda a controvérsia gerada em seu torno.

¹⁷⁷ *Ibidem.*

¹⁷⁸ FERREIRA, Jorge Figueira - Escola do Porto : um mapa crítico. p. 67.

¹⁷⁹ MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno - Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta – anos oitenta. p. 47.

¹⁸⁰ FERREIRA, Jorge Figueira - Escola do Porto : um mapa crítico. p. 67.

As novas casas não foram entregues a quem lutou por elas na altura do SAAL; foram colocadas em hasta pública de modo a que qualquer pessoa interessada as pudesse comprar, não se destinando deste modo exclusivamente às classes desfavorecidas da sociedade.

Deste modo, o que realmente pode ser questionável é se a Bouça ainda representa o espírito do SAAL. Tendo em conta a forma como o processo foi abruptamente interrompido, nem toda a gente teve a possibilidade de acesso às casas e nesse sentido o projecto de hoje não cumpriu o que se pretendia inicialmente com o SAAL. Segundo Bandeirinha, *“cumpriu-se a arquitectura, a única coisa que não foi feita foi entregar aquilo à gestão dos moradores, foi entregue à lei de mercado, isso sim é perverso.”*¹⁸¹

Porém, de um bairro em que inclusivamente a Câmara do Porto reuniu esforços para o denegrir, onde não só a sua imagem como o seu projecto e conceito de arquitectura assim como a forma como se integra na cidade eram postos em causa, a Bouça hoje tornou-se num ícone da cidade.

Actualmente a presença da Bouça deixou de ser uma desvantagem, os espaços do bairro passaram a ser vividos não só pelos que ali habitam mas também por quem os cruza, em parte devido ao acesso à recente paragem do metro, ganhando maior vivência e interacção. Na cidade, a Bouça é desejada, contemplada, é possível encontrar pessoas a visitá-la, fotografá-la fazendo deste bairro praticamente uma referência na cidade do Porto.

É curioso assistirmos a estas mudanças e observar como numa década se consegue mudar a imagem de um bairro. Outrora visto como um “gueto” e espaço de segregação social, hoje consegue misturar-se com a cidade envolvente. Cria o seu pedacinho de cidade mas sem se desligar da restante.

Apesar de a obra ter sido projectada em 1975, com pequenas alterações entretanto, mantém-se completamente contemporânea. Respondeu às

¹⁸¹ Entrevista feita a José António Bandeirinha, gravada a 20 de Abril de 2010. Anexos, p. XXXVII.

necessidades de quando foi inicialmente projectada e continua a responder às da actualidade.

*“Não há perversão nenhuma. Os tempos mudaram e as pessoas que ali estão são jovens, estudantes, recém-licenciados que tiveram ali a oportunidade de comprar uma boa casa, barata. Hoje as pessoas que lá estão há 30 anos convivem tão saudavelmente com os novos moradores que até já é difícil distingui-los.”*¹⁸²

À semelhança do bairro de Alvalade, referido no primeiro capítulo, esta mistura de classes facultou que hoje seja imperceptível distinguir onde vive quem. Em parte esta mistura e cruzamento de classes sociais ajudou também na alteração da imagem do bairro.

Quem percorrer hoje a Bouça, apesar da chegada destes novos moradores, provenientes de outros meios sociais, consegue ainda sentir a convivência próxima entre os moradores e o espírito bairrista, um pouco como se viva nas “ilhas”. As crianças brincam na rua, os vizinhos conversam na galeria de acesso às suas casas, as portas são deixadas abertas de par em par, fazem-se churrascos nos pátios...

Pode já não representar o espírito do SAAL, pode não ter os mesmos objectivos da sua primeira fase, mas esta nova “vida” da Bouça, valeu, sem dúvida, a pena.

*“Não é obra perfeita. Mas seria isso o principal?”*¹⁸³

¹⁸² Nuno Brandão Costa, citado por Inês Nadais em artigo publicado na revista Ipsilon, destacável do jornal Público, 07.05.2009.

¹⁸³ SIZA, Álvaro - SAAL: conjunto habitacional da Bouça. *Jornal Arquitectos*. p. 86.

Bibliografia

«AA: L'architecture d'aujourd'hui». Paris. 1976, vol.185. ISSN 0003-8695.

«AA: L'architecture d'aujourd'hui». Paris. 1980, vol.211. ISSN 0003-8695.

«Arq./a». Lisboa. 2008, vol.58. ISSN 1647-077X.

AZEVEDO, Carlos – **Moderno contaminado: a revisão do movimento moderno nos contextos nacional e internacional**. Coimbra : Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2009. 153 p. Dissertação de Mestrado.

BANDEIRINHA, José António - **O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007. 447 p. ISBN 9789728704766.

BARATA, Paulo Martins - **Álvaro Siza: 1954-1976**. Lisboa : Blau, 1997. 216 p. ISBN 9728311117.

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WIELFRIED, Wang, coord. - **Arquitetura do século XX: Portugal**. Lisboa : Portugal-Frankfurt 97 : Centre Cultural

de Belém, 1997. 352 p. ISBN 3791319108.

BENEVOLO, Leonardo – **O último capítulo da arquitectura moderna**. Lisboa : Edições 70, 2009. 235 p. ISBN 9789724414027.

CANOTILHO, Pedro - **Habit: arquitectura e a problemática da habitação**. Coimbra : Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2008. 126 p. Prova Final de Licenciatura.

CASTANHEIRA, Carlos – **Álvaro Siza: exposição: arquitectura e renovação em Portugal**. Lisboa : M.C., 1984. 29 p.

COSTA, Alexandre Alves – **Alexandre Alves Costa: candidatura ao prémio Jean Tschumi: UIA 2005**. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006. 149 p. ISBN 9728897073.

COSTA, Alexandre Alves - **Textos datados**. Coimbra : EDARQ, cop. 2007. 271 p. ISBN 9789729982149.

«El Croquis». Madrid. 2008, vol.140. ISSN 978-84-88386-49-6.

FERREIRA, Jorge Figueira - **Escola do Porto: um mapa crítico**. Coimbra : EDARQ, cop. 2002. 147 p. ISBN 972973836X.

FERREIRA, Jorge Figueira - **A periferia perfeita : pós-modernidade na arquitectura portuguesa, anos 60-anos 80**. Coimbra : FCTUC, 2009. 537 p. Tese de doutoramento.

FERREIRA, Vitor Matias - **Movimentos sociais urbanos e intervenção política: a intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa**. Porto : Edições Afrontamento, 1975. 66 p.

FRAMPTON, Kenneth - **Modern architecture: a critical history**. 3rd ed. London : Thames and Hudson, 1992. 376 p. ISBN 9780500202579.

GRANDE, Nuno - **Arquitecturas da cultura: política, debate, espaço : génese dos grandes equipamentos culturais da contemporaneidade portuguesa**. Coimbra : FCTUC, 2009. Tese de Doutoramento.

GOLDHAGEN, Sarah Williams; LEGAULT, Réjean; ed. - **Anxious modernisms**. Cambridge (Mass.) : The MIT Press, 2000. 335 p. ISBN 0262072084.

GONÇALVES, António - **Arquitectura de causas: uma arquitectura social na era da globalização económica**. Coimbra : Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2009. 147 p. Prova Final de Licenciatura.

GONÇALVES, José Fernando - **Edifícios modernos de habitação colectiva 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa**. Barcelona : UPC - Department de Projectos d'Arquitectura, 2007. 437 p. Tese de Doutoramento.

MELO, Leidy - **A unidade residencial da Bouça: a proposta, os espaços e a cidade**. Porto : FAUP, 2007. 147 p. Prova Final de Licenciatura.

MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno - **Arquitectura portuguesa contemporânea: anos sessenta - anos oitenta**. Porto : Fundação de Serralves, 1991. 125 p.

MONTANER, Josep Maria - **Después del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX**. Barcelona : Gustavo Gili, 1993. 271 p. ISBN 8425215099.

PEREIRA, Nuno Teotónio - **Escritos: 1947-1996: selecção**. Porto : FAUP, 1996. 317 p. ISBN 9729483191.

PORTAS, Nuno - **Arquitectura(s): história e crítica, ensino e profissão**. Porto : FAUP, 2005. 489 p. ISBN 9729483728.

PORTAS, Nuno - **Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto**. Porto : FAUP, 2005. 497 p. ISBN 972948371X.

PORTAS, Nuno - **Arquitectura para hoje, seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal**. Lisboa : Livros Horizonte, 2008. 238 p. ISBN 9789722415668.

PORTAS, Nuno – **Nuno Portas: prémio Sir Patrick Abercrombie**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2005. 130 p. ISBN 972889712X.

PORTAS, Nuno - **Os tempos das formas**. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005. ISBN 9729982201.

RODRIGUES, Maria - **Pelo direito à cidade: o movimento de moradores no Porto (1974/76)**. Porto : Campo das Letras, 1999. 159 p. ISBN 9726101247.

ROWE, Peter G. – **Modernity and housing**. Cambridge (Mass.) : MIT Press, cop. 1995. 408 p. ISBN 0262181517.

RUDOLFSKY, Bernard - **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture**. Albuquerque (New Mexico) : University of New Mexico Press, 1995. 156 p. ISBN 0385074875.

SANTOS, Carlos Nelson - **A Cidade como um jogo de cartas**. Niteroi : Universidade Federal Fluminense, 1988. 192 p.

Serviço de Apoio Ambulatório Local – **Livro Branco do SAAL / Serviço de Apoio Ambulatório Local : 1974-1976**. [Porto] : C.N.SAAL, 1976. 477 p.

SILVA, David da - **O problema da habitação: interpretação operativa de um caso de estudo em Bissau**. Coimbra : Departamento de Arquitectura da FC-TUC, 2009. 121 p. Dissertação de Mestrado.

SIZA, Álvaro - **Álvaro Siza: uma questão de medida**. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2009. 277 p. ISBN 9789896580100.

SIZA, Álvaro – SAAL: conjunto habitacional da Bouça, Porto. Jornal Arquitectos. Lisboa. ISSN 0870-1504. 234 (2009), 86-93.

SIZA, Álvaro - Um projecto participativo também pode ser manipulável. Jornal Arquitectos. Lisboa. ISSN 0870-1504. 234 (2009), 16-19.

TOSTÕES, Ana, coord. – **Arquitectura e cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira**. Lisboa : Quimera, 2004. 333 p. ISBN 9725891279.

TOSTÕES, Ana – **Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50**. 2ª ed. Porto : Faculdade de Arquitectura, 1997. 349 p. ISBN 9729483302.

TURNER, John - **Housing by people: towards autonomy in building environments**. London : Marion Boyars, 1991. 162 p. ISBN 0714525693.

VALENTE, Mário, coord. – **Lisboscópio**. Lisboa : Instituto das Artes, 2006. 169 p. ISBN 9729932263.

LINKS:

Foi bonita a festa do SAAL, pá. [Em linha]. [Consult. 2009]. Disponível em WWW: <URL:<http://ipylon.publico.pt/cinema/texto.aspx?id=230547>>.

FILMES:

As Operações SAAL. Realização de João Dias. Lisboa : MIDAS FILMES, 2007. 1 filme : color; son.

Os Índios da Meia Praia. Realização de António da Cunha Telles. Lisboa : COSTA DO CASTELO FILMES, 1976. 1 filme : color; son.

Paredes Meias. Realização de Pedro Mesquita. Lisboa : MUZZAK / CINEMACTIV, 2009. 1 filme : color; son.

Fontes das imagens

- 1 RUDOFISKY, Bernard - Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. p. 54.
- 2 RUDOFISKY, Bernard - Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. p. 41.
- 3 RUDOFISKY, Bernard - Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. p. 38.
- 4 MONTANER, Josep Maria - Después del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. p. 18.
- 5 "Rassegna 52", p.47.
- 6 TURNER, John - Housing by people: towards autonomy in building environments. p. 133.
- 7 BANDEIRINHA, José António - O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. p. 45.
- 8 TURNER, John - Housing by people: towards autonomy in building environments. p. 74.
- 9 TURNER, John - Housing by people: towards autonomy in building environments. p. 74.
- 10 TURNER, John - Housing by people: towards autonomy in building environments. p. 25.
- 11 <http://www.life.com/image/50539586>.
- 12 <http://www.flickr.com/photos/limewave/4000856088/>.
- 13 "AA: L'architecture d'aujourd'hui", p. 58.
- 14 <http://aen.com.sapo.pt/Nacional/bairro%20social.jpg>
- 15 <http://www.oasrn.org/mensagem.php?id1=392&id2=5567>
- 16 <http://www.ica-ip.pt/Admin/Files/Images/1image682.jpg>
- 17 TOSTÕES, Ana, coord. - Arquitectura e cidadania: atelier Nuno Teotónio Pereira. p. 172.
- 18 PORTAS, Nuno - Nuno Portas: prémio Sir Patrick Abercrombie. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2005. p. 18.
- 19 LISBOA. Câmara Municipal. Gabinete Técnico de Habitação - Plano de urbanização de Chelas.
- 20 VAZ MILHEIRO, Ana, coord. - Arquitectos Portugueses Contemporâneos. Lisboa: Público, 2004.
- 21 FRANCISCO, Luís - As casas que o povo quis. Pública, 25.04.10. p. 23.
- 22 FRANCISCO, Luís - As casas que o povo quis. Pública, 25.04.10. p. 23.
- 23 FRANCISCO, Luís - As casas que o povo quis. Pública, 25.04.10. p. 23.
- 24 <http://www.flickr.com/photos/lunagirl1/22572804684/>.
- 25 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ano1974>.
- 26 "Os Índios da Meia Praia", documentário de António da Cunha Telles.
- 27 COSTA, Alexandre Alves - Alexandre Alves Costa: candidatura ao prémio Jean Tschumi: UIA 2005. p. 21.
- 28 "As Operações SAAL", documentário de João Dias.
- 29 "Os Índios da Meia Praia", documentário de António da Cunha Telles.
- 30 <http://www.archilivres.com/article-2-L-Architecture-d-Aujourd-hui-na-185.html>.
- 31 COSTA, Alexandre Alves - Alexandre Alves Costa: candidatura ao prémio Jean Tschumi: UIA 2005. p. 21.
- 32 «El Croquis». vol. 140.
- 33 <http://www.esfcastro.pt:8079/users/franciscosilva/Manif5.jpg>.
- 34 COSTA, Alexandre Alves - Alexandre Alves Costa: candidatura ao prémio Jean Tschumi: UIA 2005. p. 25.
- 35 BANDEIRINHA, José António - O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. p. 130.
- 36 "As Operações SAAL", documentário de João Dias.
- 37 MELO, Leidy - A unidade residencial da Bouça: a proposta, os espaços e a cidade. p. 18.
- 38 MELO, Leidy - A unidade residencial da Bouça: a proposta, os espaços e a cidade. p. 18.
- 39 "As Operações SAAL", documentário de João Dias.
- 40 BANDEIRINHA, José António - O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. p. 161.
- 41 "As Operações SAAL", documentário de João Dias.
- 42 BANDEIRINHA, José António - O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. p. 416.
- 43 «El Croquis». vol. 140.
- 44 http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rotterdam_grootelindtstraat2-8.jpg.
- 45 <http://www-users.rwth-aachen.de/Timon.Frank/>.
- 46 http://1.bp.blogspot.com/_VRJgso9Cyew/RrCbmNZeql/AAAAAAAAABmU/Oi4emonvngQA/s1600-h/Hufeisen_Siedlung_Bild_11.jpg.
- 47 http://1.bp.blogspot.com/_VRJgso9Cyew/RrCbyNZeql/AAAAAAAAABmC/p47E-Fb_XpU/s1600-h/siedlung_01_view.jpg.
- 48 "AA: L'architecture d'aujourd'hui", p. 4.
- 49 BANDEIRINHA, José António - O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974. p. 416. Planta tratada pela autora.
- 50 FRAMPTON, Kenneth - Álvaro Siza: tute le opere. p. 142.
- 51 BARATA, Paulo Martins - Álvaro Siza: 1954-1976. p. 179. Corte tratado pela autora.
- 52 <http://fotos.sapo.pt/ZNJKGjyzMqygdONTvAYp/s500x500>.
- 53 BARATA, Paulo Martins - Álvaro Siza: 1954-1976. p. 180. Planta tratada pela autora.
- 54 BARATA, Paulo Martins - Álvaro Siza: 1954-1976. p. 180. Planta tratada pela autora.
- 55 <http://www.flickr.com/photos/kuartzo/3983438933/in/photostream/>.
- 56 <http://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189014/in/photostream/>.
- 57 <http://www.flickr.com/photos/kuartzo/3983430769/in/photostream/>.
- 58 <http://infohabitar.blogspot.com/2006/04/finalmente-concluso-da-boua-de-siza.html>.
- 59 Plantas tratadas pela autora.
- 60 «El Croquis». vol. 140. p. 68.
- 61 «El Croquis». vol. 140. p. 70.
- 62 «El Croquis». vol. 140. p. 78.
- 63 «El Croquis». vol. 140. p. 78.
- 64 «El Croquis». vol. 140.
- 65 SIZA, Álvaro - SAAL: conjunto habitacional da Bouça. Jornal Arquitectos. p. 93.
- 66 SIZA, Álvaro - SAAL: conjunto habitacional da Bouça. Jornal Arquitectos. p. 90.
- 67 Arq./a». 2008, vol.58.
- 68 Fotografia Carlos Azevedo.
- 69 BARATA, Paulo Martins - Álvaro Siza: 1954-1976. p. 176.

Anexos

Ficha técnica

I

Entrevista ao Atelier da Bouça

III

Entrevista a Alexandre Alves Costa

V

Entrevista a José António Bandeirinha

XXV

Entrevista a Nuno Portas

XXXIX

Ficha técnica

Obra: Conjunto habitacional da Bouça - Cooperativa das Águas Férreas

Localização: Porto

Projecto Geral de Arquitectura: Álvaro Siza Vieira com António Madureira

1ª fase do projecto

1973

1º projecto para o Fundo de Fomento de Habitação

Colaboração: Arquitecto Francisco Guedes de Carvalho

1976

1º projecto para o SAAL

Brigada SAAL: Arquitecta Annie Gunther Nonell, Arquitecto Sérgio Gamelas; Colaboradores: Arquitecto António Madureira, Arquitecto Francisco Guedes de Carvalho; Data do projecto: 1975/1976 | Data de construção: 1977/1978; Dono da obra: Associação de Moradores da Bouça; Projecto geral de arquitectura: Álvaro Siza; Colaboradores: António Madureira, Francisco Guedes de Carvalho, Adalberto Dias, Miguel Guedes de Carvalho, Eduardo Souto Moura, Maria Manuela Sambade, Nuno Ribeiro Lopes, José Paulos dos Santos; Projecto de estruturas: João Araújo Sobreira | Projecto de instalações e equipamentos eléctricos: Jorge Malta; Empreiteiros: Soares da Costa

2ª fase de projecto

2000

Projecto para a Federação de Cooperativas

Data do Projecto: Novembro-2000/Outubro-2003 | Data de construção: Abril-2004/Abril-2006; Dono da obra: Cooperativa Águas Férreas; Projecto geral de arquitectura: Álvaro Siza e António Madureira; Colaboradores: Rosário Borges de Pinho, Raquel Paulino, João Cabeleira, Paulo Sousa, Ana Costa e Silva; Projecto de estruturas: João Maria Sobreira | Projecto de instalações e equipamentos de água e saneamento: Raquel Fernandes | Projecto de instalações de equipamentos eléctricos e segurança: Alexandre Martins, Raul Serafim Costa; Projecto de instalações e equipamentos mecânicos: Raul Bessa | Projecto do regulamento das características de comportamento térmico: Raul Bessa; Empreiteiro geral: FDO

Entrevista ao Atelier da Bouça

Porto, 24 de Janeiro de 2010

Esta entrevista teve como objectivo principal a abordagem da questão social do bairro da Bouça do ponto de vista dos moradores de segunda fase, os quais não participaram no processo da luta pela habitação que tomou lugar em Portugal a partir do 25 de Abril de 1974. Houve porém a oportunidade de ao longo do encontro se abordarem outras particularidades tanto do projecto em si como da experiência pessoal da vivência neste bairro.

Inicialmente falou-se da transição da associação de moradores para cooperativa a qual terá acontecido em 2001. Passou a chamar-se cooperativa das Águas Férreas e reúne não só os moradores da Bouça mas também da Ceta e da Sete Bicas.

Os sócios da associação tinham direito de preferência para a compra das casas da segunda fase de construção do bairro da Bouça contudo muitos deles já não estavam interessados, ou porque já tinham adquirido outra casa, ou porque não queriam mais uma ligação com memórias do tempo em que tiveram de se manifestar por um direito à habitação, ou porque preferiam uma tipologia de direito/esquerdo “igual à dos outros”. Eram poucos os que ainda continuavam interessados em ter uma casa ali.

“Era muito difícil um não arquitecto entrar neste jogo. Isto estava num estado terrível. Era preciso ter uma percepção do que ia acontecer quando pronto. Saber também que íamos viver com os tipos das ilhas e não ia ser o caos. Os pobres não queriam isto agora porque era disto que eles queriam sair. Saíam da ilha para a galeria e agora da galeria para o esquerdo

direito, é o progresso.” Tiago Correia

Num total de 128 fogos, 56 estão ocupados por habitantes da primeira fase e os restantes 72 pelos da segunda fase. Uma vez que se trata de habitação de baixo custo e para baixos rendimentos, os moradores se pretenderem vender a casa antes de serem concluídos 20 anos após a compra, o INH tem preferência de compra pelo preço de tabela estabelecido. Isto para que não haja especulação imobiliária, sendo também proibido o arrendamento das casas.

Relativamente aos edifícios destinados a apoio social, estava previsto que estes pertencessem à cooperativa, sendo apenas as lojas vendidas. Houve várias complicações nomeadamente devido a regulamentação dos bombeiros, que impossibilitaram que o programa previsto pudesse ser cumprido naqueles espaços acabando estes por serem também vendidos. Não foi, porém, um processo muito transparente.

Alexandre Alves Costa e alguns moradores da primeira fase de construção do bairro, no filme “Paredes Meias” de Pedro Mesquita, denunciam o facto destas casas terem sido agora construídas para “os meninos do papá”, pessoas que não necessitam verdadeiramente deste tipo de habitação. Contudo Tiago Correia afirma que “se não fossem os chamados filhos dos papás nem tinha havido esta segunda fase”, uma vez que a obra esteve para não avançar por falta de interessados na compra das casas e só porque não haviam interessados suficientes da primeira fase é que se entrou no processo da cooperativa. Remata ainda que *“ganhamos 500 euros por mês, não somos filhos dos papás”, “o povo de momento se calhar somos nós e pessoas como nós”.*

Poderá ser posta em causa é a forma como depois a cooperativa organizou a venda das casas. Filipa Guerreiro afirma que uma pessoa realmente sem poder financeiro, dificilmente conseguia entrar no processo uma vez que depois da escolha das casas as pessoas tinham muito pouco tempo para darem o primeiro sinal.

“Queriam que isto continuasse a ser a casa do revolucionário. Qual é o sentido disto?”

Tiago Correia

Entrevista a Alexandre Alves Costa

Porto, 1 de Março de 2010

A entrevista divide-se em três partes: o período anterior ao SAAL, o período SAAL e o pós-SAAL à luz do Bairro da Bouça e da intervenção de Siza no processo.

Margarida Leitão - Como sentia o problema da habitação no Porto antes do 25 de Abril? Tinha consciência das condições precárias em que viviam muitas famílias?

Alexandre Alves Costa - Sim, tinha uma fortíssima consciência do problema da habitação no Porto por variados motivos. Em primeiro lugar a cidade tinha-se desenvolvido bastante e havia imensos bairros de lata à volta da cidade por outro lado havia um fenómeno também muito grave no Porto que era o facto de haver muitas casas sobreocupadas, principalmente na zona do Barredo, onde casas unifamiliares eram ocupadas por oito ou dez famílias. Além disto havia o caso das pessoas que viviam já há muitos anos e de uma forma muito conhecida, nas “ilhas”, que eram situações muito difíceis, algumas insalubres que já existiam desde o século XIX. Portanto era-me muito claro que havia um problema gravíssimo com a habitação no Porto para resolver. Por outro lado, a partir dos anos 60, a câmara tinha desenvolvido um projecto de realojamento de pessoas que viviam nas “ilhas”, estas eram demolidas e uma série de bairros camarários foram construídos para onde as pessoas eram obrigatoriamente transferidas. Construíram-se nessa altura fogos para cerca de 50 000 pessoas. Estes bairros camarários eram muito periféricos, e normalmente a ida para um destes bairros correspondia a uma situação

muito difícil para os moradores, não só porque estavam habituados a viver numa zona urbana uma vez que habitavam nas “ilhas”, como por outro lado, tinham comunidades fortemente enraizadas em termos de solidariedade e etc., essas comunidades eram desfeitas. A acrescentar a isto, nestes bairros camarários exercia-se uma feroz vigilância sobre a vida das pessoas, estas não tinham um aluguer do tipo normal, a casa era-lhes cedida a título precário, o que significa que em todo o momento as pessoas podiam ser despejadas e isso queria dizer que elas tinham que ter um bom comportamento de acordo com os critérios que a Câmara Municipal na altura definia. Esse bom comportamento tinha a ver com um bom comportamento moral, por exemplo uma mulher sozinha não podia receber um homem à noite ou uma família não podia ter um animal de estimação que não fosse autorizado. Mas este bom comportamento ia desde estas questões de natureza moral e comportamental até questões políticas onde também havia uma grande vigilância. As pessoas viviam nestes bairros numa situação de tensão muito grande com medo de perder a casa, portanto isto é um panorama absolutamente trágico. A cidade tinha um claríssimo problema de habitação na altura anterior ao 25 de Abril.

M.L. - E este problema era discutido na Escola do Porto no seu quotidiano?

A.A.C. - Sim, este problema era discutido muitas vezes porque a maior parte dos trabalhos que se lançavam na Escola, nos princípios de 70, eram muito relacionados com a cidade. Os estudantes eram enviados para as várias zonas degradadas da cidade e o problema da habitação era um tema central da Escola. Portanto os estudantes faziam estudos e inquéritos sobre as condições de habitação e simultaneamente ou posteriormente faziam um projecto que tentava resolver a questão. Ou optavam por reabilitar as “ilhas”, ou reabilitar as casas clandestinas, ou demolir bairros de lata e construir outros, enfim tudo isto eram projectos da Escola, o que significa que os alunos estavam muito envolvidos nesta questão.

M.L. - Sei que trabalhou com Nuno Portas no LNEC nos anos 60. Foi aí que, de algum modo, despertou para o problema da habitação social? Trabalhar neste período com Nuno Portas influenciou a sua perspectiva relativamente à questão da habitação modular e evolutiva?

A.A.C. – Não especialmente, nós no laboratório o trabalho que fazíamos era um trabalho de investigação sobre tipologias de habitação económica, numa tentativa de, tendo em conta as áreas que eram obrigatórias cumprir (as quais eram muito pequenas), encontrar a organização espacial do fogo que melhor correspondia às novas exigências das famílias. A mulher começa a trabalhar fora de casa, as próprias relações internas do fogo estavam em discussão em toda a parte, em toda a Europa e aqui nós também fizemos um estudo numa tentativa de encontrar quais eram as soluções que melhor respondiam com as áreas que nós tínhamos. A habitação modular e evolutiva era uma hipótese mas nunca se pensou nisso, estávamos a pensar para os bairros tradicionais, para os bairros populares tradicionais. Havia um projecto em Lisboa bastante grande ligado à Câmara Municipal, e ao Gabinete Técnico de Lisboa (GTL) que fazia bairros de realojamento. Houve também uma intervenção muito grande nos Olivais Norte e nos Olivais Sul, portanto havia ali muita matéria para se estudar. O objectivo era verificar se aqueles prédios com aquela organização dos fogos correspondiam ou não às necessidades, numa tentativa de encontrar soluções melhores para a organização do fogo. Claro que isso aguçou o meu interesse pelo aspecto da habitação social tanto assim que quando sai do laboratório vim trabalhar para a Câmara Municipal do Porto e estive encarregado exactamente nos serviços da habitação. Houve aí duas entradas do meu interesse pela habitação, por um lado esse trabalho em Lisboa o qual realmente que me levou a pensar no assunto, por o outro a consciência que no plano mais político e ideológico era preciso fazer alguma coisa, as pessoas aqui no Porto viviam de facto em situações muito difíceis.

M.L. - Nessa altura tinha contacto com o trabalho realizado por Teotónio Pereira no campo da habitação?

A.A.C. – Sim, Teotónio Pereira era um arquitecto que já há vários anos, desde o congresso de 48, se preocupava muito com o problema da habitação. Publicou textos, livros, actuou em várias circunstâncias, houve vários colóquios, foi fundado entretanto o Fundo de Fomento de Habitação, houve um colóquio de habitação também bastante interessante realizado no laboratório de engenharia civil onde foram ouvidos vários especialistas desde sociólogos, arquitectos, etc. Nós estávamos mais ou menos ao corrente

desses acontecimentos tanto a nível nacional como a nível internacional.

M.L. - A partir da Primavera Marcelista, em que se criou uma expectativa de uma possível reforma do regime em Portugal, ao nível das políticas de habitação (como o FFH) acreditou que era possível reformar o Estado Novo? Achou que a única maneira possível era a via revolucionária?

A.A.C. – Não, nunca acreditei que fosse possível. Estava claríssimo que não era possível, tanto mais que essa democratização era quase inevitável. A falta de democracia tanto nas escolas, como nas fábricas, como na vida social inteiramente, era um entrave ao desenvolvimento. As pressões para o desenvolvimento a nível europeu eram muito fortes e portanto Portugal tinha que se democratizar, não era possível aguentar mais uma situação de bloqueio e de marginalidade em relação ao resto dos países desenvolvidos. Nunca acreditámos nessas reformas que aparentemente democratizavam a sociedade portuguesa, embora fossem vantajosas porque havia certas coisas que não se podia fazer e passaram a poder fazer-se como por exemplo livros que não eram acessíveis e passaram a ser, filmes, etc. Mas havia aqui um problema fundamental e gravíssimo que o governo não alterou um milímetro que foi a questão da guerra colonial. Era impossível acreditarmos que a sociedade portuguesa se ia regenerar naturalmente mantendo-se como potência colonial e mantendo uma guerra aberta com as chamadas províncias ultra marinas e com os movimentos de libertação. A guerra trouxe portanto uma espécie de reverso da medalha dessa democratização porque podia-se fazer quase tudo menos falar da guerra, menos participar em movimentos de solidariedade com os povos africanos. Houve uma repressão muito grande sobre as escolas, muito maior até do que tinha havido no tempo de Salazar, com fiscais, vigilantes, agentes da PIDE e uma chantagem muito grande sobre os estudantes masculinos. Reprovar significava ir para a guerra. Para mim, que nessa altura entrei para a faculdade como assistente, era um problema moral muito complicado reprovar um aluno porque sabíamos que reprovar um aluno significava mandá-lo para a guerra. O ambiente não era, assim, de modo nenhum optimista. Só as pessoas que não tinham nenhuma formação política, não estavam ligadas a zonas mais delicadas como é o caso da Universidade, é que tiveram essas ilusões. Eu nunca tive essa ilusão,

achámos que o que o marcelismo trouxe era uma inevitabilidade que tinha que ver com o desenvolvimento. O problema era que tipo de desenvolvimento, que tipo de sociedade é que se estava a construir e fundamentalmente uma sociedade que mantinha de uma forma extremamente violenta e injusta colónias. Era uma coisa absolutamente inacreditável.

M.L. - Como é que Nuno Portas o convida para integrar o processo do SAAL/Norte? E como entendeu esse convite? Percebeu logo a perspectiva de Portas?

A.A.C. – Não, isso não foi bem assim. Eu não fui convidado pelo Nuno Portas. O Nuno Portas foi Secretário de Estado da Habitação, criou o SAAL, nomeou um responsável em Lisboa e outro no Porto. A responsável no Porto foi a arquitecta Margarida Coelho e ela é que propôs ao arquitecto Nuno Portas a constituição de uma espécie de comissão. Não se sentia com forças suficientes para desenvolver um trabalho com estas proporções sozinha e convidou mais duas pessoas para colaborarem com ela. Convidou-me a mim como arquitecto e convidou Machado Coelho que era advogado. Precisávamos claramente de ter alguém que mexe-se nas questões legislativas devido aos problemas das expropriações de propriedade e etc. Portanto eu fui convidado por ela, ela propôs a constituição desta comissão coordenadora ao Nuno Portas o qual aceitou mas ele não me nomeou directamente.

M.L. – Manteve-se em contacto permanente com Nuno Portas, enquanto coordenador do SAAL/Norte?

A.A.C. – Sim, mantive sempre contacto com Nuno Portas, as questões eram diárias, foi tudo muito intenso. Era indispensável que saísse legislação com alguma rapidez, principalmente para libertar os terrenos para se poder construir (que era a questão mais importante), a libertação relacionada com concursos para adjudicação das obras, mas também era necessária uma lei de financiamento que permitisse às associações de moradores terem dinheiro para começarem a construir, o que era muitíssimo importante. O atraso na saída de decretos, sobretudo este decreto de financiamento (que até ao fim do SAAL nunca chegou a ficar bem definido), obrigava-nos a contactos directos com o governo. Deslocávamo-nos inúmeras vezes a Lisboa para falar com Nuno Portas e muitas

vezes ele vinha também ao Porto, não só nós do serviço mas também os moradores.

M.L. - O que fazia, afinal, um coordenador regional do SAAL? Que tarefas tinha?

A.A.C. - Eu pertencia à parte do planeamento, do contacto com os arquitectos e com os restantes membros das brigadas técnicas. Estava relacionado com a questão dos projectos, com a natureza dos projectos, a metodologia da intervenção, a natureza das propostas que tinham que ser aprovadas. Dentro do SAAL tínhamos um serviço, do qual eu era o responsável, aprovávamos os projectos, garantíamos que os projectos tinham qualidade do ponto de vista de resposta às questões e tínhamos que garantir também que as associações de moradores tinham discutido o assunto e portanto que havia uma aceitação por parte destas associações da proposta dos arquitectos. Posteriormente tentávamos coordenar as intervenções para que elas não ficassem cada uma do seu género para se criar uma certa convergência nas posições tomadas. Nós tínhamos uma espécie de uma estrutura, que não era uma estrutura oficial, mas que funcionava razoavelmente, consistia numa linha geral das brigadas onde se discutia todas as questões de natureza técnica e projectual e chegava-se a caminhos mais ou menos próximos. A grande diferença que houve entre o Porto e outras zonas é que no Porto houve uma coordenação muito forte da actividade projectual e também da luta dos moradores. A situação do Porto fortaleceu-se muito rapidamente porque havia uma convergência muito grande de interesses e posições que eram debatidas e acordadas em conjunto.

M.L. - É possível afirmar que o Alexandre Alves Costa quis ler, no despacho que instituiu o SAAL, uma “via revolucionária” de resolver o problema da habitação, quando na verdade, o que lá estava escrito, pelo ideário de Nuno Portas, era uma “via reformista” que visava a reestruturação da tecnocracia do Estado e dos Municípios?

A.A.C. - Não, nós lemos o despacho tal como ele era. O que variou fundamentalmente na nossa posição em relação ao despacho é que para o Nuno Portas a participação dos moradores tinha que ver também com a participação em termos financeiros e em termos de trabalho. Os moradores no Porto, assim como noutras zonas do país, recusaram a auto-construção. Nós passámos a ser uma espécie de intérpretes técnicos dos moradores

e nesse sentido tivemos algumas questões com o Portas enquanto Secretário de Estado, mas isso não se prende com vias revolucionárias ou vias reformistas. Não quer dizer que ele não tivesse uma via mais reformista e eu pensasse politicamente em vias diferentes mas isso não tem a ver com o serviço. No que diz respeito ao serviço não havia vias mais revolucionárias ou vias menos revolucionárias, havia vias que nós achávamos que eram mais ou menos correctas do ponto de vista dos interesses dos moradores. Estávamos numa fase em que acreditávamos bastante na democracia directa, favorecíamos muito a participação dos moradores, não através da delegação mas sim a participação directa dos moradores. Evidentemente que a evolução que o SAAL tomou no Porto, pode-se dizer que tomou um carácter mais agressivo em relação à situação vigente porque começou-se pelo problema da habitação mas muito rapidamente se passou para o problema dos equipamentos de proximidade e daí para os equipamentos que interessavam a várias associações. A partir de um certo momento as associações de moradores tiveram que se organizar por zonas, criando uma espécie de pequenas federações que cobriam praticamente o território da cidade. Isto significava que havia aqui um antagonismo muito grande e muito complicado entre os interesses dos moradores, que praticamente dominavam toda a cidade em termos territoriais, e os interesses da Câmara Municipal que estavam muito mais ao lado dos interesses fundiários dos próprios proprietários. Como nós assumimos sempre a posição do movimento dos moradores, fomos sempre considerados revolucionários, esquerdistas, etc., mas acho que a nossa posição é que estava correcta porque de facto a Câmara Municipal funcionava aqui como uma espécie de elemento de bloqueio em relação ao processo. Nós estávamo-nos a aproximar de uma situação em que criávamos uma espécie de Câmara Municipal alternativa, como tínhamos zonas de moradores controladas pelo SAAL que quase cobriam o território da cidade, não se podia fazer nada dentro dessas áreas sem a nossa opinião o que significa que houve aqui um jogo de poder entre a Câmara Municipal e o SAAL complicado. Teve um momento muito bom em termos de resolução de questões que foi quando o governo nomeou para a Câmara Municipal uma comissão administrativa militar. Conseguimos uma relação muito boa com os militares que nos deram bastante força, simplesmente essa situação durou

muito pouco tempo. Houve eleições e a partir daí começou-se a legislar sobre a questão das Câmaras Municipais. Quando se criou uma legislação sobre as autarquias essas comissões administrativas foram substituídas pelos presidentes das Câmaras eleitos. Ou seja tivemos ali um momento de paz pouco duradoura enquanto estiveram os militares na câmara. Nós partilhávamos com eles uma visão idêntica no que diz respeito ao futuro da cidade portuguesa.

M.L. - Acha que o SAAL foi uma medida para estancar e regular os movimentos de ocupação de casas, algo que na altura estava a ficar fora de controlo?

A.A.C. - Não penso que tenha sido expressamente para isso. Realmente houve muitos intérpretes da questão que disseram que o SAAL tinha sido criado pelo governo exactamente para parar com as ocupações. Eu não creio que tenha sido exactamente isso, embora tenha parado com as ocupações. De facto, as primeiras ocupações que houveram de casas, sobretudo em Lisboa, eram operações de ocupação muito desorganizadas, um pouco caóticas. As pessoas ocupavam as casas em grupo ou individualmente e a partir de uma certa altura, quando os moradores se organizaram em associações de moradores continuou a haver ocupações de casas, simplesmente estas ocupações eram muito mais reguladas pela própria direcção da associação. As habitações que a partir daí sofreram ocupações foram quase todas transformadas em sedes das associações de moradores e, geralmente eram grandes palacetes que estavam vazios há muitos anos e que ninguém reivindicava não fazendo assim grande impressão. Relativamente a ocupações de bairros, aqui no Porto que me lembre assim importante, houve apenas uma que foi no bairro do Aleixo, uma ocupação feita pelos moradores do Barredo que nem se quer estavam ligados ao SAAL.

M.L. - Quais as suas influências conceptuais e ideológicas neste período no que respeita ao problema da Habitação? Que livros poderíamos encontrar em cima da sua mesa de coordenador SAAL/Norte?

A.C. - Poucos livros, nós nunca baseámos as nossas teorias em livros. A nossa teoria de intervenção nunca foi prévia à própria intervenção, fomos construindo a teoria da intervenção ao longo do desenvolvimento da prática. Não tínhamos uma teoria prévia para

impor à situação, um pouco ao contrário dos italianos quando tiveram movimentos deste género. Os italianos tinham uma teoria muito clara sobre esta matéria, inclusivamente os arquitectos faziam uma espécie de plano, ao que eles chamavam contra-plano, e depois discutiam à posteriori com os moradores fazendo com que estes aceitassem as suas ideias. Nós nunca fizemos isso. Não tínhamos uma prefiguração clara da cidade do futuro nem da sociedade do futuro, estávamos a montá-la a par e passo da própria organização das pessoas, íamos ganhando consciência juntamente com as pessoas. Livros, a haver alguns, eram livros que relatavam experiências noutros países, por exemplo no Peru, o Turner era uma pessoa muito lida mas até já antes do 25 de Abril; alguns clássicos marxistas, por exemplo há um livro do Engels onde se referia a situação da classe operária em Inglaterra. Falava do problema da habitação e explicava que era difícil de resolver este problema para toda a gente dentro do regime capitalista e portanto era preciso fazer uma alteração de regime para que esse problema fosse resolvido, nós tínhamos essa ideia porque de facto a luta pelas casas era uma luta anti-capitalista. Os próprios moradores também tinham esta consciência, aparecem imensos cartazes a dizer “Casas para todos contra o capital”, ora isto não fomos nós que inventámos, foi toda a gente mais ou menos em conjunto. Verificámos que o regime capitalista não permitia uma coisa muito importante que era a libertação fundiária e sem isto não era possível construir, os interesses fundiários eram tão fortes que dominavam praticamente a política urbana.

M.L. - De que maneira foram montadas as brigadas técnicas? Siza diz que foi convidado pelos estudantes para integrar a brigada de São Victor, a força vinha mais dos estudantes ou dos professores da Escola do Porto?

A.A.C. – O que acontece é que os estudantes estavam muito presentes, estavam nos sítios onde podiam haver intervenções. Quando saiu o despacho do Nuno Portas, os primeiros a tomarem conhecimento desse decreto e a perceberem a sua importância foram os estudantes. Estes funcionaram como uma espécie de mensageiros dessa hipótese de remodelação das casas e da possibilidade de melhoria das condições de vida para os moradores o que significa que os lugares onde estavam estudantes a trabalhar, foram os que avançaram em primeiro lugar propondo ao serviço a constituição de uma brigada

técnica. Os moradores tinham confiança nos estudantes que lá estavam, queriam que estes estudantes continuassem a trabalhar com eles. Aos estudantes era pedido que indicassem um arquitecto com quem gostassem de trabalhar e que aceitasse trabalhar com eles. Houve logo um grupo que estava a trabalhar em São Vítor (foram depois todos futuros colaboradores do Siza) como por exemplo Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Adalberto Dias. Quando os moradores lhes pediram para indicar um arquitecto eles indicaram o Siza. Em muitas circunstâncias foi assim. No Leal por exemplo, também os estudantes que lá estavam eram colaboradores deste ateliê e indicaram o Sérgio Fernandez para trabalhar lá. Houve muitas situações deste género, de facto as primeiras brigadas que se constituíram foram constituídas com base nos estudantes.

M.L. - Advogava algum método de relação entre as brigadas e as populações? Ou seja, relativamente ao desenho das suas casas, 1º as pessoas davam as suas opiniões e depois os arquitectos desenhavam ou vice-versa? Variava conforme a brigada?

A.A.C. – Nós construímos de facto um método que foi aceitar um debate generalizado com as populações em termos de estabelecimento do programa, não tanto no estabelecimento do desenho propriamente dito mas sim no campo programático, ou seja questões como: onde é que vamos construir, que tipo de casas vamos ter, se em altura, baixas, juntas ou não, se têm lavadouros, lavadouros colectivos ou individuais, etc. A única coisa que nós exigíamos às brigadas é que elas estabelecessem um programa de ocupação do território e de transformação do bairro onde estavam e que isso tivesse sido discutido e apoiado pelas populações. Depois ao nível do projecto em si e da casa desenhada, embora também fosse discutido, era muito difícil as pessoas entenderem. Foram utilizadas formas muito variadas de tentar explicar às populações os modelos arquitectónicos adoptados como por exemplo maquetas, o Siza chegou a construir quase uma casa à escala real na zona de São Vítor. Os arquitectos iam utilizando os meios disponíveis mas a parte de discussão fundamental era a parte relacionada com o programa, a tipologia que também era muito importante, as futuras localizações das casas se tivéssemos que construir casas novas e os terrenos que eram necessários expropriar. Tudo isto era discutido muito profundamente com os moradores e as associações de moradores tinham que aprovar

todos os projectos ou seja não entrava um projecto no serviço que não tivesse sido previamente aprovado pelas comissões de moradores, mesmo quando era de arquitectura porque eles ou aceitavam as propostas dos arquitectos ou entendiam-nas se o arquitecto fosse mais capaz de comunicar a sua ideia. De qualquer maneira havia um compromisso prévio de aceitação do que estava a ser proposto.

M.L. - Siza (segundo Nuno Portas) diz que relativamente à questão da participação que “os ouve mas não os obedece. Nesta fase faria o que achava que a população precisava e numa segunda fase (que não chegou a existir), incorporaria a experiência dos utilizadores”...

A.A.C. – A ideia era bastante essa porque como havia alguma dificuldade em fazer entender os nossos projectos e, por outro lado, nós achamos que a arquitectura não se resolve referendando-a, há uma parte técnica que compete ao arquitecto. Por isso é que estou a reforçar a questão do programa, a questão do programa era o tema que nós achávamos que era da responsabilidade fundamentalmente dos moradores e nós seguíamos o programa rigorosamente. Quanto à forma das próprias casas, a nossa ideia quando começámos a construir, é que aquelas primeiras casas que se iam fazer não eram casas definitivas, eram casas volantes. As pessoas iam para lá viver até terem as suas casas próprias, depois mudavam-se e vinham outros e a experiência dessas pessoas nesses primeiros bairros, que é aliás o que resistiu do SAAL, ia com certeza permitir que os arquitectos repensassem os seus projectos. Eu costumo dizer que o SAAL não introduziu alterações de fundo na natureza dos projectos, os arquitectos fizeram aquilo que teriam feito em qualquer altura de qualquer forma, era isso que eles estavam interessados em fazer devido às referências que tinham da arquitectura europeia. Não quer dizer que numa segunda ou terceira fase não se fosse alterar o projecto, e o Siza fala disso claramente porque ele tem projectos para segunda e terceira fase para São Vítor que são bastante diferentes da primeira. O que ele diz é que a própria experiência da construção da primeira fase iria com certeza, aí sim, permitir uma certa inovação. A inovação ficou por acontecer porque como os processos não tiveram desenvolvimento o que se fez foi a primeira fase e pouco mais, exceptuando o caso da Bouça.

M.L. - Tinha uma consciência de um plano geral para o SAAL/Norte? Um desígnio global para todo o processo, ou ia gerindo cada caso como um caso autónomo?

A.A.C. – Não, nós íamos gerindo, íamos percebendo o que era necessário. Como nós tínhamos uma coordenação muito forte e estávamos permanentemente em contacto com as brigadas todas, essa gestão era feita de uma forma muito democrática e participada seja pelos moradores seja pelos arquitectos e os restantes membros das equipas técnicas. A coordenação foi-se fazendo, não havia uma ideia clara do que se ia fazer mas fomos construindo uma metodologia na prática. Nenhum de nós tinha experiência neste tipo de trabalho, quase ninguém tinha no mundo inteiro, portanto era algo em que nós percebemos que o processo era muito importante e que provavelmente ia trazer instrumentos bastante inovadores. Contudo não tínhamos consciência total de como as coisas iam decorrer devido à situação política em Portugal que era muito instável, não se sabia bem o que isto ia dar. Nós deixámos que a experiência no fundamental fosse marcando a nossa vida em termos de coordenação e fomos fazendo sucessivos encontros, alguns regionais e alguns nacionais, com outras brigadas e aí sim íamos começando a produzir algumas coisas escritas mas sempre com base na leitura daquilo que estávamos a fazer e nunca lançando pistas para o futuro. Nunca fomos muito de fazer uma teoria e depois aplicá-la na prática. A teoria nasceu da prática, foi completamente diferente.

M.L. - Quando começou a sentir que o SAAL ia falhar? As bombas foram um sinal do fim?

A.A.C. – Nós sentimos que o SAAL ia ser sempre uma situação muito instável porque percebemos imediatamente que a legislação não estava a sair com a regularidade que era preciso. Era necessária legislação principalmente nas questões das tomadas de posses dos terrenos as quais não estavam garantidas, sem elas não se podia começar a construir mas sobretudo não estava garantida ainda uma lei de financiamento em que se percebesse bem o que é que o Estado efectivamente ia pagar. Por outro lado a própria situação política de Portugal era uma situação bastante instável. Nós tivemos sempre a sensação que era necessário andar muito depressa, tivemos sempre consciência desde o primeiro dia que a situação iria depender muito da evolução política do próprio país. Nós não estávamos

na luta política, estávamos na luta pela habitação mas percebemos que as coisas estavam muito interligadas e interdependentes. Em determinado momento em Portugal quase que houve uma guerra civil, não houve mas esteve próximo de haver. As pessoas começaram a colocar-se em posições diferentes, percebemos que podíamos perder a batalha e de facto perdemos.

M.L. - Como é que no papel de coordenador do SAAL/Norte via o interesse da crítica internacional no processo? Uma nostalgia da esquerda europeia pela ideia de Revolução, ou a possibilidade de, a partir de ali, criar verdadeiras políticas e metodologias de actuação?

A.A.C. - A crítica internacional apareceu um bocadinho mais tarde, não apareceu logo ao princípio. Vinham cá visitar-nos, gostavam muito, achavam muita graça às manifestações dos moradores mas não aparecia muita coisa escrita. Quando começou a aparecer, já em 1975, principalmente com Gregotti e Bohigas que nos visitaram durante o processo, nós víamos essa crítica como um reforço muito grande. Em Portugal surgiam suspeitas sobre a nossa actividade, dúvidas de natureza política e económica, fomos acusados de corrupção, de malbaratar dinheiro, de pagar brutalidades às brigadas as quais não ganhavam quase nada, fomos objecto de um inquérito no parlamento, fomos sujeitos a coisas absolutamente inacreditáveis. Digamos que o apoio que os nossos colegas internacionais nos deram, como nomeadamente os franceses na revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, o Gregotti e a Casabella, a Lótus, etc., para nós era muito importante porque não só nos dava força como também nos dava alguma garantia que estávamos a fazer bem, não estávamos errados, que estávamos no bom caminho. Nós incentivámos muito a visita dessa gente, que viessem cá ver-nos e comessem a escrever. Embora só tenham começado a escrever já isto ia bastante adiantado mas quando começaram realmente a escrever para nós foi muito positivo.

M.L. - Relativamente ao resultado do SAAL, Nuno Portas diz que o SAAL valia por aquilo que ia continuar a ser, no seu discurso diz que o SAAL valeu pelo que foi, num determinado processo histórico. Em que medida?

A.A.C. – Eu não digo isso exactamente. Eu acho que o SAAL, nas circunstâncias em que foi vivido, funciona ainda hoje como uma referência importante mas também acho que nunca se chegou a concretizar. Como já referi, o pouco que se construiu era exactamente aquilo que nós não queríamos que prevalecesse, o que nós queríamos que prevalecesse eram as segundas, terceiras e quartas fases. Aquela primeira fase era provavelmente para ser destruída ou ser demolida portanto eu acho que o SAAL teria valido se tivéssemos tido a oportunidade de o prolongar. Não tendo essa oportunidade, acho que o SAAL não demonstrou concretamente aquilo que poderia ter sido, ficou entre parêntesis. Do meu ponto de vista, o processo estava extremamente bem encaminhado e com projectos muito interessantes. As pessoas estavam muito envolvidas, toda a gente de qualidade de facto estava a trabalhar neste processo. Podia-se esperar realmente uma revolução urbana no verdadeiro sentido da palavra e de facto ela não chegou a acontecer. Em determinado momento eu até disse provocatoriamente algumas vezes que se deviam demolir certos projectos.

M.L. – Como no caso de São Vítor?

A.A.C. – Exactamente como no caso de São Vítor. Este projecto claramente está absolutamente pervertido. Mais valia demolir do que dizer às pessoas que aquilo era o SAAL quando não representa o que foi o SAAL. O SAAL era o que vinha a seguir e além do mais como deixou de haver controlo sobre o próprio uso das casas, as associações de moradores desfizeram-se e as casas foram sofrendo alterações. A própria Câmara introduziu alterações importantes nos arranjos exteriores, demoliu as ruínas e alguns muros, fez concursos, colocou outros arquitectos a trabalhar no projecto portanto a Câmara favoreceu também essa degradação. Em determinado momento a degradação do que tinha sido construído pelo SAAL era tal que a mim custava-me imenso. As pessoas vinham cá ao Porto ver os bairros do SAAL, iam ver uma desgraça e eu dizia-lhes “Não vão ver, não interessa para nada, aquilo devia ser demolido.” O que sobreviveu não representa de facto as expectativas que nós tínhamos e representa muito menos os projectos que já tínhamos elaborado de momento que podiam ter sido construídos sem nunca o chegarem a ser. Em certo sentido o SAAL não chegou a tomar forma, tinha potencialidades para

mas não chegou a concretizá-las.

M.L. - No que diz respeito ao Bairro da Bouça, acompanhou o processo? Participou nas reuniões do Siza com os moradores?

A.A.C. – Sim, acompanhei sempre o processo no tempo do SAAL, depois não. O projecto da Bouça era um projecto que já vinha de trás, do Fundo de Fomento de Habitação e portanto estava garantida a existência de um terreno e já havia um projecto. O que os moradores da Bouça fizeram foi apropriarem-se desse projecto fazendo uma proposta ao SAAL para a integração do bairro na operação porque aí teriam garantias de um financiamento melhor e garantias de poderem controlar todo o processo, coisa que não tinham até então. Como queriam ter uma posição activa, propuseram a integração do projecto no SAAL e passou a ter que cumprir todas as delimitações que o SAAL impunha, isto é: a aprovação da associação dos moradores, os debates, etc. Simplesmente começaram mais à frente uma vez que já tinham um projecto mais ou menos elaborado, o qual foi aceite pelos moradores assim como a sua localização. Havendo financiamento andava-se. Essa parte toda acompanhei, até a construção da primeira fase incluindo a integração do projecto no SAAL, fui eu que dei um parecer sobre a vantagem de aquele projecto ser incluído no SAAL porque era um processo que já estava mais desenvolvido. O Siza também não via nenhum inconveniente em se integrar na metodologia que o SAAL impunha portanto foi uma integração simples.

M.L. - Na Bouça, Siza tem como influência obras que visitou em Berlim e o trabalho de Bruno Taut nos anos 20/30 – os seus famosos Siedlungen. Porquê ir buscar uma arquitectura de políticas reformistas do início do século e do Movimento Moderno, e trazê-las para um período revolucionário, pós-funcionalista, onde se advogava a auto-determinação e a auto-construção? O Modelo do Siedlung, era afinal um modelo historicamente dirigido pelo Estado ou pelos Municípios, não um modelo de autodeterminação. Como reagiu à adopção desse modelo em S. Vitor e na Bouça?

A.A.C. – Porque a fase em que se estava nessa altura na arquitectura portuguesa genericamente era uma fase de tentativa de releitura do Movimento Moderno nas suas

vertentes mais diversas e complexas. Havia uma certa reacção ao Estilo Internacional, muito burocratizado, muito igual em toda a parte e em determinado momento, momento esse de reforma da linguagem do Movimento Moderno, uma das primeiras coisas que se fez (e aqui no Porto era muito claro porque a nossa Escola tinha bastante essa tradição moderna), não foi introduzir grandes alterações de fundo mas foi fazer uma releitura. Essa releitura trouxe novos protagonistas, que não eram conhecidos, Peter Oud e a arquitectura social holandesa a qual teve uma enorme importância, Bruno Taut em Berlim com o modelo do Siedlung, etc. Aparecem como modelos que tinham experimentado a construção para as classes desfavorecidas, para a habitação social, não havia outros modelos ou melhor havia mas não interessavam porque eram os modelos dos grandes conjuntos da arquitectura internacional. Portanto foi-se atrás não só na habitação mas também na arquitectura religiosa, etc. Evidentemente que foram os arquitectos que trabalharam na habitação social que funcionaram aqui como referências, particularmente os holandeses e os alemães os quais trabalharam com áreas mínimas, financiamentos baixos e para classes muito desfavorecidas. Eram as referências que tínhamos e que eram procuradas. Elas de alguma maneira serviram bem porque como os moradores acabaram por adoptar uma tipologia de baixa altura, não quiseram construir grandes bairros, preferiram viver no centro da cidade cosendo a malha urbana, esses modelos menos densos, menos violentos funcionavam bem. Evidentemente que se fez também uma releitura da arquitectura italiana neo-realista, etc., era um momento que se estava a retomar uma leitura mais complexa do Movimento Moderno no sentido irreversível da sua própria revisão mas quando se fala nesta revisão do Movimento Moderno, fala-se fundamentalmente da revisão de uma parte escassa do moderno que era a parte que se burocratizou, que impunha códigos de funcionamento e que na altura os arquitectos estavam a discutir nomeadamente nos CIAM. Eram modelos reformistas, sim eram reformistas mas a arquitectura não é revolucionária, os sistemas é que são revolucionários ou não, a arquitectura é uma resposta possível a um programa que é dado, não é através da arquitectura que se faz a revolução.

M.L. – Isso leva-me a uma outra questão... Na publicação da revista Ípsilon do Público,

Inês Nadais diz que foi um “tempo em que a arquitectura portuguesa queria mudar o mundo, antes do mundo a mudar a ela.” Considera que de facto a arquitectura fez parte do processo revolucionário? Mas será que conseguiu fazer a revolução?

A.A.C. – De alguma maneira fez parte, é evidente que está por estudar completamente aqui no caso de Portugal contudo percebe-se perfeitamente que a partir dos anos 60 há aqui uma espécie de uma luta interna entre os arquitectos que estão mais comprometidos com as grandes empresas, com os bancos, com o sistema financeiro, etc., que começam a montar os grandes ateliês e os chamados arquitectos de “vão de escadas” que faziam pequenas arquitecturas para clientes especiais e que iam de alguma maneira, não digo reformando ou reformulando o mundo mas pelo menos reformulando a arquitectura. Houve um encontro muito importante em Lisboa em 1969 em que estive Gregotti e em que ele disse aos arquitectos portugueses que não era com a arquitectura que se mudava o mundo, era com outros processos. A arquitectura tinha a obrigação era de se auto-regenerar, isto é de fazer buscas em termos de linguagem arquitectónica e etc. Portanto em certo sentido os arquitectos mais interessados na alteração das coisas começaram a trabalhar para clientes que não eram os grandes clientes do mundo financeiro e económico, que o que queriam era fazer uma arquitectura comercial, entrar claramente na especulação imobiliária. Os arquitectos que estavam contra o sistema procuravam outro tipo de clientes, por vezes clientes da alta burguesia, mas que permitiam que o arquitecto desenvolvesse algumas experiências linguísticas inovadoras. Portanto nós sabíamos perfeitamente que não era com a arquitectura que se alterava o mundo mas que a arquitectura poderia acompanhar essa alteração, isto é poderia estar preparada para essa alteração e para responder a essa alteração mas esta alteração seria obviamente feita por outros meios. Nunca tivemos essas ilusões.

M.L. – Voltando ao Bairro da Bouça, acha que foi uma má sina para a Associação de Moradores da Bouça ter integrado um sistema cooperativo, 25 anos depois do 25 de Abril? Como vê o sistema cooperativo habitacional em Portugal? Este é o contrário do espírito do SAAL, ou a sua continuidade?

A.A.C. – Eu não sei, não conheço bem o processo interno da Bouça. Sei que os antigos

membros da direcção da associação, não estão satisfeitos com o que aconteceu, mas o que aconteceu do meu ponto de vista não se deve ao facto de ser cooperativa ou ser associação, deve-se ao facto principalmente de terem passado muitos anos. Não se fez absolutamente nada durante esses anos todos, deixou-se as pessoas dispersarem. Quando o bairro foi terminado foi posto em hasta pública uma grande parte do bairro porque já não havia quem o quisesse. As pessoas tinham resolvido a sua vida no entretanto e não foi quem mais lutou para que aquilo se fizesse que teve direito às casas. Muitas dessas pessoas foram viver para sítios longe, para onde não queriam ter ido mas tiveram que ir porque entretanto o problema não se resolveu e quando se resolveu evidentemente já não estavam interessadas. Esta para mim é a questão principal, o que me choca na Bouça é principalmente isso. Acho muito bem terem acabado o projecto, o projecto é maravilhoso mas de facto faz-me um bocado impressão que aquele projecto tenha sido uma espécie de uma flor que a Câmara em determinado momento resolveu fazer porque era um projecto do Siza, aos outros não fizeram isso. Não concluíram mais nenhum projecto, antes pelo contrário, em alguns bairros como é o caso do Leal, deitaram tudo abaixo e fizeram outras coisas. Não tiveram esse cuidado com outros arquitectos e com outros sítios, tiveram naquele caso em particular porque era uma obra do Siza e portanto com algum valor mediático, a Câmara quis fazer ali boa figura. Faz-me impressão que isto tenha sido terminado por essa razão, tão fora de época que as pessoas que lutaram e viveram aquilo de uma maneira muito intensa, já não puderam aproveitar. Em certo sentido a recuperação da Bouça é muito boa por algumas razões, é uma óptima oportunidade para termos um projecto daqueles concluído mas por outro lado tem o seu lado negativo e perverso que é um bocadinho irritante para quem viveu aqueles momentos. Para mim e para os moradores que na altura eram da associação. Estivemos juntos quando o filme “Paredes Meias” estreou em Lisboa, num debate. Estava a direcção da associação do tempo do SAAL, eu e outros ligados ao serviço e tivemos uma espécie de discussão em que eles manifestaram claramente uma espécie de repulsa. Independentemente de acharem que as pessoas que vieram não chateiam nada, não tem mal nenhum estarem lá estudantes mas custa-lhe que alguns familiares tivessem ido para longe e agora já não queiram voltar nem tenham

essa hipótese. Ou seja há aqui duas faces, por um lado é bom que tenha acontecido, as pessoas podem ir ver um bairro do SAAL completo embora não esteja completo porque entretanto os equipamentos que estavam previstos não foram feitos, lavandaria, etc., está tudo arrendado a ateliês ou dentistas e etc. Esses equipamentos colectivos que deviam funcionar como elementos de reforço da comunidade não foram feitos, inclusivamente a própria sede da cooperativa foi arrendada recentemente.

M.L. – Mas portanto apesar de achar que foi um processo perverso, este da segunda fase da Bouça, acha que valeu a pena ser construída?

A.A.C. – Sim, sem dúvida. Em primeiro lugar porque é um belíssimo projecto de arquitectura, em segundo lugar porque é uma demonstração clara de qual era a imagem que nós queríamos construir nessa altura através do SAAL e por outro lado o próprio espaço valorizou-se bastante. As pessoas que lá estavam a viver, nas casas da primeira fase da Bouça, ganharam com esta conclusão da obra porque viviam ali num espaço quase em ruínas e agora aquilo de repente ficou óptimo com o metropolitano ao lado e etc. De certa maneira foi uma coisa mais positiva que negativa.

M.L. – Ainda na revista Ípsilon, considera que a Bouça perdeu o seu carácter social; contudo Nuno Brandão Costa discorda. “ Pode não ser o espírito do SAAL – mas é o espírito da melhor habitação social, aquela que nunca se faz” pois ali vivem variados extractos sociais em casas todas iguais. Uma vez que é um projecto que tanto funcionou na altura como funciona agora, discorda que tenha havido uma evolução saudável?

A.A.C. – Mas estou de acordo com o Nuno. O que o Nuno diz eu subscrevo, estamos completamente de acordo. Eu penso que neste momento a Bouça corresponde àquilo que penso deve ser a cidade, uma cidade interclassista. O que é importante é que as pessoas não vivam em guetos e que se misturem entre si. Isso é uma coisa muito positiva e isso é a cidade que eu queria que existisse em toda a parte. Sobre certos aspectos aquilo é um bom exemplo sobre como esse convívio se processa, é um bairro onde as pessoas cruzam diferentes modos de vida e isso para mim é que é a cidade. Em certo sentido é uma belíssima experiência, não tem é nada a ver com o SAAL. O espírito do SAAL era para

dar aquelas casas a quem precisava, não para pessoas ficarem com segundas e terceiras casas mas fora isso funciona tudo muitíssimo bem, com ótimas relações de vizinhança, não há ali nenhum conflito. Há apenas um conflito mais psicológico e moral que eu reparei quando estive em Lisboa com os moradores da primeira direcção. Estavam muito agressivos embora reconheçam que aquela gente que lá está não lhes faz mal nenhum muito pelo contrário. Inclusive uma das senhoras que pertencia à associação disse que têm aprendido imenso com os novos moradores, umas das coisas que aprenderam foi a falar mais baixo. Achei isto fantástico, até me reconciliei um bocado com o bairro depois de ouvir isto.

Entrevista a José António Bandeirinha

Coimbra, 20 de Abril de 2010

Esta entrevista divide-se em duas partes, uma relativa à experiência pessoal e outra fruto da pesquisa feita para a tese de doutoramento.

Margarida Leitão - Na altura do 25 de Abril apenas tinha 16 anos. Apesar de ser muito novo tinha a percepção do problema da habitação em Portugal?

José António Bandeirinha - Sim tinha, tinha porque era visível. Havia, sobretudo a partir de 1960, um grande volume de auto-construção. Só nos anos 60 é que o regime constatou a impossibilidade prática de continuar a insistir naquela ideia mítica da habitação unifamiliar para todos os portugueses. Se tivermos em conta que as primeiras experiências de habitação colectiva de produção estatal são em Alvalade já nos anos 50, muito tardias e no centro da capital... era inevitável pensar-se que estávamos numa situação onde eram visíveis todos os meios de produção habitacional alternativa e as carências eram muito elevadas, cerca de 600 mil fogos que estavam em falta o que significa que havia cerca de 600 mil famílias que viviam em situações muito precárias e degradantes. Apesar de ser bastante novo, percebia esta situação porque ela era visível, se nós fôssemos para as periferias de Lisboa ou mesmo em Coimbra, que era uma pequena cidade, também havia bairros de lata, qualquer um percebia que as pessoas não tinham condições habitacionais.

M.L. - Teve algum contacto com o SAAL? Qual foi a sua percepção do que estava a

acontecer?

J.A.B. – Tive porque eu fazia parte do teatro universitário. Estudei em Coimbra na Faculdade de Ciências dois anos e as comissões de moradores, sobretudo a da Relvinha que era mais dinâmica mas também a da Conchada, do Calhabé e do Chão do Bispo, pediam a participação de alguns membros da academia, solicitavam todos os meios possíveis de apoio. O nosso meio, do teatro universitário, era fazer espectáculos cujas receitas revertiam para as associações de moradores. Tive assim muitos contactos e conheci toda a gente em particular da Relvinha, tínhamos uma relação muito estreita com eles. Fazíamos os espectáculos não só no centro recreativo que eles tinham mas também por vezes na rua. O que nunca me tinha apercebido em Coimbra, apercebi-me mais tarde no Porto quando fui estudar para lá, foi a importância que os arquitectos podiam ter nesse processo. Em Coimbra, era mais a questão dos estudantes, havia estudantes de Medicina, de Economia que apoiavam as organizações das comissões, engenharia civil etc., ainda não havia o curso de arquitectura e portanto ainda não me tinha apercebido da importância da arquitectura no apoio às comissões.

M.L. - Estudou na Escola de Belas Artes, que mais tarde veio a chamar-se FAUP, a partir de 1978. Sentiu-se alguma mudança no ensino da Escola do Porto após o SAAL?

J.A.B. – Na verdade eu fui logo para a Escola do Porto assim que acabei o ano de serviço cívico, o qual fiz no teatro, só que tinha uma vida tão intensa ligada à Associação Académica de Coimbra, ao CITAC, etc., que acabei por voltar para Coimbra. Dois anos depois então regressei à Escola do Porto. Não conheci a Escola do Porto antes de lá ter entrado mas sei que o SAAL tinha uma importância fundamental nela. Toda a nossa actividade pedagógica e didáctica passava pelo SAAL. Íamos aos bairros, íamos ver as obras, tínhamos aulas sobre as obras uma vez que muitos dos professores pertenciam a brigadas assim como colegas mais velhos, falava-se sobre uma estratégia para a cidade a partir do SAAL... Isso foi muito marcante. Já não desenhávamos só a cidade existente desenhávamos as propostas dos arquitectos para a cidade existente. Nos primeiros anos aprendemos a desenhar as casas de São Victor, etc., começámos a aprender arquitectura com isso e isso foi muito marcante.

M.L. – Foi isso que o levou a estudar o SAAL mais tarde?

J.A.B. – Foi. Mas também foi uma tentativa de perceber o sistema de encomendas em arquitectura. É um sistema muito complexo, relacionado com os diferentes poderes e eu sempre tive interesse em estudar isso. A arquitectura é uma actividade extremamente interessante, mas por vezes pode gerar equívocos e não há arquitectura sem encomenda, são raríssimos os casos de arquitectos que resolvem propor coisas sem que estas lhes sejam encomendadas.

M.L. - Como caracteriza as Políticas de Habitação em Portugal, no período anterior ao 25 de Abril, sobretudo durante o Marcelismo?

J.A.B. – É um trabalho muito cuidado, muito interessante, sobretudo centrado na investigação de ponta que era realizada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e há uma emergência de uma geração de jovens tecnocratas, muito positivos, que acreditavam na modernização do país apesar do regime político. Não tanto as políticas, que eram um bocado desilusórias, mas a investigação tendente às políticas era extremamente importante. Agora o que essa investigação promoveu foram coisas tão importantes como por exemplo, algo que era impensável no início da década de 60 que era a inclusão da política de habitação no sistema de planeamento económico que geria a macro política do país que eram os Planos de Fomento. Estes planos de fomento geriam todo o investimento público do país e nunca se tinha pensado na questão de habitação. A inclusão da habitação no 4º Plano de Fomento foi quase exclusivamente obra dessa geração de técnicos, não só do LNEC mas também alguns das câmaras etc., que foram fazendo pressão, estudando seriamente o problema da habitação e que foram levando a que gradualmente se fosse construindo essa política. Digo que se fosse construindo porque na verdade isto na prática quando se chegava ao momento decisório não era tão intenso como os estudos que tinham sido feitos mas a verdade é que essa geração foi importantíssima e na minha opinião foi vital para que existisse o SAAL com aquela rapidez e com aquela emergência toda.

M.L. - Como vê a tentativa de Nuno Portas em “reformular” essas políticas, a partir da sua experiência no LNEC, ao longo da década de 60?

J.A.B. – O Nuno Portas foi, juntamente com o director do próprio Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o engenheiro Manuel Rocha, uma figura central dessa geração e portanto é a ele que lhe cabe esse papel sobretudo a partir do encontro de arquitectura de 1969, colóquio sobre política de habitação onde praticamente estava definido tudo aquilo que era o pacote legislativo possível para investimento público no sector da habitação em Portugal. Esse trabalho tinha sido feito com base no LNEC, tinha sido centralizado na figura de Nuno Portas, que era o principal relator do colóquio e portanto foi com alguma naturalidade, que é só aparente (não é naturalidade nenhuma porque já tinha sido desenvolvido esse trabalho), que a partir de 74 Nuno Portas vai para Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e põe em prática todo o trabalho que tinha sido desenvolvido. Mais uma vez, embora com contornos completamente diferentes, há o embate com o sistema decisório da política, não passou tudo a ser rosas, Nuno Portas teve grandes dificuldades na compreensão, por parte do poder político, da possibilidade de pôr em prática determinados pacotes legislativos.

M.L. - Até que ponto o Encontro Nacional de Arquitectos de 1969 – no qual o problema da habitação se revelou central – marcou essa geração de arquitectos “reformistas”?

J.A.B. – Eu não diria tanto que marcou, eu diria que foi uma consequência dessa geração ter entrado aos poucos nos gabinetes, nas câmaras, nos ministérios, no LNEC, etc., portanto essa geração tinha conquistado já alguns lugares chave e isso foi fundamental tanto que um dos resultados colaterais do colóquio foi a criação do Fundo de Fomento de Habitação. O FFH, esse sim vem a ser fundamental para a produção arquitectónica no sector da habitação em Portugal. É marcante sob esse ponto de vista, agora não diria que foram só aqueles momentos do colóquio, foi todo o trabalho que tinha sido feito anteriormente e que levou à possibilidade de se concretizar o encontro de arquitectos.

M.L. - Como vê o papel de Nuno Teotónio Pereira, e a experiência do Atelier da Rua da Alegria nesse percurso anterior ao 25 de Abril?

J.A.B. – Foi um papel fundamental, já não tanto neste plano da entrada gradual dos técnicos nos gabinetes do poder mas na tentativa de consciencialização de uma acção ética

e política que os arquitectos deveriam ter. Há aqui duas linhas fundamentais anteriores ao 25 de Abril para esta pergunta que é importante identificar. Os arquitectos da tradição moderna, digamos assim de grosso modo a geração do congresso de 48, era gente muito empenhada sob o ponto de vista político, que tinha um pendor ético na sua prática arquitectónica muito marcante, mas que estava de certa maneira condicionado, ligado e conduzido pela carta de Atenas, a cartilha do movimento moderno, e ao mesmo tempo (isto é fácil de deduzir por exemplo das intervenções dessa geração nos Congressos da Oposição Democrática que eram o principal movimento autorizado pela oposição, que congregava todos os partidos que actuavam no pequeníssimo espectro político de então), era frequente ouvirmos nas suas comunicações que não adiantava estarmos a tentar resolver os problemas da habitação com este regime, era primeiro preciso mudar o regime e depois é que se pensava no problema da habitação. O atelier de Nuno Teotónio Pereira, onde aliás Nuno Portas tinha estado, tinha uma posição completamente diferente, tinha a posição de que era sempre possível descobrir no papel do arquitecto a possibilidade de trabalhar juntamente com as populações mesmo que a encomenda não fosse tão directamente relacionada com o poder político. Nuno Teotónio Pereira compreendeu desde muito cedo a necessidade de partir para os sítios onde as carências habitacionais, de infra-estruturas e de equipamentos se faziam sentir intensamente e de trabalhar com as populações, como arquitecto, quer em cooperativas, cooperativas de divulgação, etc., e de certa maneira essa oposição ao regime não tinha esta marca de primeiro vamos mudar o regime, enquanto cidadãos políticos conscientes, e depois então vamos ser arquitectos num futuro radiante. Era mais a posição de somos arquitectos e temos a obrigação de trabalhar mesmo num plano mais clandestino, mesmo num plano inferior, ainda que não relacionado com as câmaras e com os sistemas de poder, podemos ainda assim trabalhar com as populações como arquitectos. Esta consciência vem do atelier da Rua da Alegria, não quer dizer que não houvesse outras pessoas que a tivessem mas veio muito da posição política de Nuno Teotónio e que de certa maneira foi também secundada pelo Portas que desde muito novo começou a trabalhar lá. Nuno Portas também tinha esta posição e de certa forma mais radical que o Nuno Teotónio. É nesta perspectiva que o

ateliê foi fundamental. Por exemplo, nos realojamentos, aquilo que é hoje o Casal Ventoso em Alcântara, havia um bairro inglês que teve que ser todo demolido devido aos acessos à ponte sobre o Tejo. De um dia para o outro a Câmara resolveu tirar as pessoas das casas e num espaço de poucos dias mandou-as para sítios a quilómetros e quilómetros de distância do sítio onde habitavam, para situações habitacionais precaríssimas, o que não quer dizer que o sítio onde habitavam antes também não as tivesse mas de qualquer modo a pessoa que mais reagiu contra isso publicamente foi Nuno Teotónio. Criticava não só a posição do Governo e da Câmara mas também da Igreja que na opinião dele não tinha tido uma posição de crítica em relação aquilo mas sim uma posição de amparar caritativamente a desgraça, já depois de ela ter sido feita. Ele sendo um católico critica a Igreja por esta nunca ter criticado aquilo a que levou as populações a estarem naquelas condições. Esta reacção sobre questões urbanas e habitacionais tem no Nuno Teotónio um ponto central que irradiava para muitos sítios. É por isso que o Ateliê da Rua da Alegria foi fundamental.

M.L. - Acha que para Teotónio Pereira a “reforma” era possível, ou só a via “revolucionária” poderia mudar o sistema, como veio a acontecer em 1974?

J.A.B. - Não era bem achar que a reforma era possível e os outros não acharem, ele achava que era possível trabalhar politicamente mesmo em circunstâncias adversas enquanto os outros diziam: sim trabalhamos politicamente mas para mudar o regime e só depois nos preocupamos com as questões da habitação e do emprego, com as questões mais porosas do sistema político. Ele achava que não, e o Portas também tem textos a dizer isso, em todos os sítios onde estamos temos capacidade para mudar e melhorar as coisas, portanto não vamos estar à espera que aconteça uma macro revolução política para depois pormos em prática a nossa acção como arquitectos, médicos etc., que isto não é só referente aos arquitectos, abrange todas as profissões. Ele achava isso impraticável e é por isso que nessa altura começam a ser feitos levantamentos dos bairros degradados. A sua posição é fundamental sobretudo em Lisboa.

M.L. - Acha que o SAAL foi uma medida para estancar os movimentos de ocupação de casas, algo que na altura estava a ficar fora de controlo?

J.A.B. – Não, sinceramente não acho. Obviamente que logo a seguir ao 25 de Abril houve grandes movimentos de ocupações de casa, o problema era tão grave e o salto que a sociedade portuguesa deu em dois ou três dias foi tamanho que era inevitável. Não foram só ocupações de casa, houve ocupações de fábricas, de associações culturais, portanto houve a tomada do poder frontal em variados pontos marcantes da sociedade portuguesa. A prova que o SAAL não foi essa reacção é que se formos a analisar, o SAAL vem directamente deduzido de uma das linhas possíveis que foram construídas a partir do Colóquio da Habitação de 69 e em 69 não haviam ocupações de casas portanto ele estava lá. É injusto dizer-se que o Portas tinha feito isso para reagir contra as ocupações porque aquele trabalho não era feito de um dia para o outro, já estava feito há muito tempo. Obviamente que depois as posições se radicalizaram na sociedade portuguesa em todos os aspectos e quem defendia a ocupação das casas vazias, das casas devolutas, como uma medida política de agitação e propaganda, quando via que o SAAL era uma outra medida dizia “não isto é para refrear o nosso ímpeto revolucionário”. É natural que essa ideia tenha surgido mas na minha opinião e injusto dizer-se que foi apenas para isso.

M.L. - Em que medida e que as políticas do Housing da América do Sul terão influenciado Nuno Portas no despacho do SAAL?

J.A.B. – Como eu lhe disse, ele conhecia-as desde os anos 60. O Turner esteve cá assim como Carlos Nelson dos Santos, muitas das vezes trazidos por ele. Portas conhecia essas práticas, não só da América do Sul mas também do norte de África como por exemplo Marrocos, etc., conhecia profundamente o assunto, estava muito por dentro disso. Naqueles pouquíssimos meses que permearam entre o 25 de Abril propriamente dito e a saída do despacho em Agosto, ele fez muitas reuniões, chamou cá as pessoas mais influentes, faziam reuniões sobre o ponto de vista político e do plano habitacional e portanto era um profundo conhecedor do assunto. Não se pode é também dizer, em meu entender, que o Nuno Portas tivesse uma espécie de modelo que quisesse seguir porque se ele tivesse esse modelo, tinha feito um pacote legislativo, tinha construído uma lei quadro, uma coisa mais rígida. Ele tinha a percepção que isto poderia evoluir para muitos caminhos diferentes, foi por isso que o SAAL nunca passou de um despacho. O

SAAL foi um despacho, um despacho é a medida legislativa mais precária que há porque para ser revogado basta outro despacho, que aliás foi a sua fragilidade dois anos mais tarde. Se ele tivesse esse modelo prefigurado e o quisesse aplicar tinha construído uma lei, nada o impedia, depois foi inclusivamente muito criticado por aquilo ter continuado sempre a ser um despacho porque quando o SAAL começou a ter um impacto forte, os moradores, os arquitectos, as brigadas sentiam-se pouco amparados por não terem uma lei atrás e criticavam-no muito. Ele preferiu construir um processo aberto que pudesse ir sendo adaptado à medida que se inseria no tecido social a ter um pacote muito rígido que fosse depois também obrigar as pessoas a determinadas coisas ou que criasse espartilhos às vezes terríveis. Ele preferiu que o processo fosse mais aberto, que cada brigada, cada bairro, cada comissão fosse definindo a sua prática e fosse construindo a sua prática. Não era um modelo rígido, era um modelo de abertura à sociedade.

M.L. - Na sua tese de doutoramento diz que: “Se, para Nuno Portas, a Arquitectura do SAAL, embora balbuciante e vítima das suas íntimas euforias, estava ainda em curso, e por consequência, valia por aquilo que iria continuar a ser, para Alves Costa tinha entrado em ruptura total com as próprias condições da sua existência e teria que valer por aquilo que foi, num determinado momento do processo histórico.” Em que medida é que acha que as posições de Nuno Portas e de Alexandre Alves Costa divergem? Tanto relativamente ao que se pretendia com o SAAL como relativamente ao que resta do SAAL.

J.A.B. - As opiniões dos dois também divergiram durante o SAAL. Na minha opinião é a principal divergência do SAAL e também diz respeito a uma determinada especificidade que o processo SAAL teve no Porto. O Porto era um caso muito à parte, diferente de tudo do resto do país porque para já a questão da habitação punha-se muito mais na densidade urbana do centro, densidades absolutamente aflitivas, construía-se cidade dentro da cidade com precárias condições, três a quatro pessoas na mesma cama, etc., e por outro lado havia desde os anos 50 no Porto a tentação da maioria dos políticos onde há focos de habitação degradada que é a de acabar com tudo como se aquilo fosse uma coisa de passo de mágica. No Porto houve também essa tentação de transferir as pessoas para bairros camarários na periferia, que hoje não é tão afastado assim do

centro mas na altura era afastadíssimo, e demoliam as ilhas. As construções dos bairros camarários eram quase tão precárias como as das ilhas, mas como eram novas... tinham leis absolutamente repressivas, de uma repressão completamente atroz, a privacidade das casas não estava garantida, o fiscal do bairro conseguia fiscalizar não só a utilização das casas mas também a vida das pessoas, quem recebiam quem não recebiam, etc. Os relatórios dos fiscais dos bairros, que o Alexandre Alves Costa conseguiu recuperar da Câmara a partir do 25 de Abril, falam por si. Essa repressão tinha contudo criado uma consciência de luta dos moradores que tinham ido para os bairros camarários que com o 25 de Abril e a liberdade de expressão fez com que estes se juntassem aos que ainda sobreviviam no centro denso da cidade e criassem um movimento de moradores com esta dialéctica dos que tinham ido para fora e dos que ficaram, o que foi absolutamente crucial para o SAAL e gerou um movimento de moradores com uma unidade e com uma capacidade de se unirem em sítios completamente diferentes. Juntavam-se em grandes plenários, festas, assembleias com os do centro, os que estavam a ser alvo de operações do SAAL e diziam-lhes que estavam a fazer muito bem em construir no próprio local ou perto de onde habitavam. Esse cruzamento, essa dialéctica foi essencial e Alexandre Alves Costas estava no centro dessa luta, desse diálogo e portanto construiu-se ali um movimento muito específico que na minha opinião também foi de certa maneira permitido devido à abertura que o próprio processo tinha, se ele estivesse constituído de uma forma muito rígida provavelmente há aqui coisas que não poderiam ter sido feitas. De qualquer forma, a ânsia deles era conseguir fixar estas conquistas e de uma forma muito intensa porque chegou-se a ter o poder dentro da Câmara do Porto. A Câmara do Porto, após uma greve de funcionários, foi de certa maneira administrativamente gerida pelas Forças Armadas, e havia gente dessa comissão que estava ligada à Escola do Porto etc., havia ali uma ligação muito intensa. Assim, em determinado momento, a Câmara do Porto foi do SAAL e do movimento de moradores e portanto há uma especificidade muito grande neste processo que pressupunha a tomada progressiva e estratégica destes pontos, por isso é que se dizia do bairro à cidade. Juntando os planos todos das operações do SAAL fazia-se o plano da cidade e a cidade era feita, construída por arquitectos em função da vontade habitacional

das populações, isto era uma coisa que não tinha sido planeada antes, não era uma coisa que tinha sido delineada mas que estava ali à mão de semear. Este processo, de certa maneira, não era compatível com uma abertura de alguns bairros do sul que hoje podiam ser uma coisa amanhã podiam adaptar-se a outra, o que era importante era cada uma das associações trabalhar por si em articulação. Não, isto pressupunha uma dimensão política muito mais forte, e o Portas nunca tinha pensado nela. Os arquitectos do Porto também não. Mas foram-na construindo com os moradores e foram-na fazendo e portanto para o Alexandre Alves Costa a construção deste processo foi brutalmente interrompida a passo que Portas argumentava que não, que as casas foram sendo construídas noutros sítios, porque o Portas também tinha uma visão do que se passava no país todo. Mas portanto neste processo o que importa é que cada uma das comissões vá continuando a gerir o seu bairro. Esse embrião e essa evolução da velha ideia, que o Portas também já perseguia há muitos anos da cidade evolutiva, não era só a casa que era evolutiva era a cidade também, uma sociedade que vai gradualmente evoluindo no plano económico no plano da cidadania no plano político, era uma outra coisa completamente diferente e portanto era inevitável que estas duas posições se choquem e sob o ponto de vista da leitura arquitectónica dos bairros e dos edifícios sejam coisas completamente diferentes. Essa é a grande frontalidade de oposição que o SAAL teve em Portugal.

M.L. - No documentário de João Dias diz que “A arquitectura portuguesa do 25 de Abril é o SAAL. Representa tudo aquilo de produção e reflexão em arquitectura que se passou em Portugal.” O que é que acontece agora mais de 30 anos depois?

J.A.B. - Naquela altura era inevitável porque o investimento estava parado, o capital dizia que não tinha condições e segurança para investir. Na verdade e na prática também houve muito dinheiro que saiu do país e portanto não havia investimento, não havia arquitectura e a única arquitectura que havia era o SAAL por isso é que o SAAL congregou toda a geração de arquitectos. Não havia mais nada para fazer, fazia-se habitação para o SAAL. Praticamente todos os grandes arquitectos, exceptuando alguns ateliês como o Conceição Silva que foi para o Brasil à procura de outras experiências, iam para o SAAL e para além do mais na sua grande maioria eram homens de consciência

política oposicionista e iam trabalhar para o SAAL de alma e coração. O SAAL tinha que ser a arquitectura do 25 de Abril porque não havia outra. Hoje já se passaram muitas fases diferentes, o que acho é que continua a não haver um grande investimento na arquitectura propriamente dita, continua a não haver consciência da necessidade de integração das escalas no tratamento da cidade, no tratamento do plano, no tratamento de projectos individualizados e portanto a arquitectura funciona ou como uma espécie de bibelô quando algum investidor mais informado quer fazer figura mostrando uma coisa fina etc., ou então pura e simplesmente não há e é o resultado da normativa do que a câmara permite fazer. Acho que esta relação é muito perversa, eu não sei com que legitimidade é que se continua a falar de abandono, desertificação do centro histórico que é uma realidade de todas as cidades, grandes e pequenas, e depois quando se tenta meter um projecto na câmara a primeira condicionante que se põe é a densidade máxima, quando os centros estão desertos. Como é que isto é possível? A arquitectura está refém desta normativa. A única actividade que sabe produzir densidade com qualidade é a arquitectura e nós continuamos a chegar a uma câmara e ver projectos recusados por demasiada densidade quando os centros estão vazios. Os investidores tendo a possibilidade de construir como querem na periferia não constroem no centro ficando este abandonado. Isto não faz sentido. A condição que deviam dar a um projecto para o centro devia ser uma densidade mínima, e não é relativamente aos automóveis, é preciso é gente e deixarem que as pessoas habitem o centro com qualidade, essa qualidade só os arquitectos sabem fazer.

M.L. - Relativamente ao bairro da Bouça, o meu caso de estudo, porque acha que Siza evoca a arquitectura dos anos 20/30, nomeadamente de JP. OUD em Roterdão, ou de Bruno Taut e os seus famosos Siedlungen?

J.A.B. – Essa pergunta teria que ser feita a ele mas é uma resposta dedutiva, as cidades da Alemanha e do norte da Europa, Holanda, etc., no período entre as duas guerras, eram cidades de gestão progressista, ou seja, os governos das cidades estavam intimamente ligados com a social-democracia, não com esta social-democracia do pós segunda guerra mundial mas sim com os partido social-democratas que eram profundamente progressistas e ligados a uma ideia de transformação da sociedade e de abolição da luta

de classes e portanto é na gestão urbana desses centros (que eram cidades-estado quase com a sua própria gestão), que se poderia de uma forma mais coerente prefigurar o que poderia ser a cidade de amanhã, uma sociedade socialista, a cidade sem classes sociais e portanto esses modelos vêm daí e é mais ou menos decorrente. Além de, obviamente, serem modelos muito motivadores do ponto de vista arquitectónico, se não o fossem Siza nunca os usaria.

M.L. - A Bouça é um projecto anterior ao 25 de Abril, vem do FFH. Como vê a sua adaptação ao Programa SAAL?

J.A.B. - Acho que foi mais ou menos natural, não se podia perder tempo. O projecto já estava feito para o FFH, o Siza já tinha outra operação que era São Victor para o qual se estava também a empenhar profundamente. Aquele trabalho já estava feito, decidiu-se adaptar o trabalho já realizado. Não foi uma cópia, houve ali uma adaptação do projecto anterior. As equipas mais experientes em todo o país perceberem desde logo que tinham que começar a construir. Em alguns dos casos em que as equipas eram constituídas por jovens inexperientes que estavam muito empenhados na discussão com os moradores, os projectos nunca mais apareciam ou quando apareciam eram de tal maneira utópicos que os moradores não os percebiam nem se identificavam com eles ou não se conseguia fazer aquilo com o dinheiro disponível, que era muito pouco. Os mais experientes que era o caso do Siza foram direitos ao assunto, direitos à construção, alguns até o foram do plano radical, como por exemplo em Lisboa o bairro do Arquitecto Manuel Magalhães, onde ele vai buscar sistemas de prefabricação pesada de empresas de prefabricação que estavam paradas e fez-se prefabricação. Qual moradores qual quê, pôs lá as casas num instante e os moradores foram para lá e ficaram todos contentes, tinham uma casa. Portanto era mais ou menos inevitável que na Bouça, tendo um projecto desenvolvido, não se fosse perder tempo com isso, desde que os moradores aceitassem.

M.L. - A nova fase da Bouça, na sua opinião, é contraditória do espírito do SAAL ou uma continuidade? Foi uma perversão do projecto inicial?

J.A.B. - Eu compreendo perfeitamente o que o Alexandre diz agora. Essa perversão

não está no projecto em si, está na forma como as coisas evoluíram. Os moradores já não são os mesmos, o facto do processo SAAL ter sido interrompido, no caso do Porto, pela Câmara de uma forma brutal gerou divisões indissolúveis porque estavam previstas mais 40 000 fogos, no país todo, do que aqueles que foram construídos e os que estavam construídos eram uma ínfima parte. Quando a Câmara decide acabar com o processo, havia meia dúzia de casas construídas e os moradores eram muitos, imagine o que é ter que dividir as casas com sorteios, desconfianças, etc., isso gerou discussões que duraram até hoje. Todo o processo evoluiu de outra forma, também a sociedade se alterou, não foi só a questão da Bouça em si. De outra maneira também ia ser difícil pegar naquilo, não seria possível reconstituir a vida urbana dos moradores de antigamente, seria muito difícil. Custa-nos um pouco, mas se calhar custa mais ver, por exemplo, aquelas novas coisas que estão muito na moda em que os arquitectos tentam construir as habitações nos locais dos bairros, de certa maneira mimetizando aquilo que é a autoconstrução e evoluindo sobre o mimetismo da autoconstrução, isso para mim é um bocadinho mais perverso. No fundo, na Bouça, cumpriu-se a arquitectura, a única coisa que não foi feita foi entregar aquilo à gestão dos moradores, foi entregue à lei de mercado, isso sim é perverso e nisso o Alexandre tem razão, mas pelo menos não se tentou imitar aquilo que fazem os moradores na construção das suas próprias habitações e isso já é muito importante.

M.L. – Acha então que foi preferível ter-se concluído a obra?

J.A.B. – Sob o ponto de vista da cidade, e embora compreenda o Alexandre, eu acho que é preferível que tenha sido acabado porque as lutas de moradores foram também só naquele espaço de tempo, a historia não se repete, nunca se repete. Sob o ponto de vista urbano é preferível ter aquilo do que uma ruína. São muito poucas as ruínas que se conseguem ficar no tempo acabam por ser depois transformadas noutra coisa. Assim pelo menos ficou ali a intenção plasmada de coser a cidade naquele ponto e eu acho que isso é importante. Agora não deixo de compreender o Alexandre porque ele viveu intensamente as lutas dos moradores e aquilo é uma outra coisa, sob esse ponto de vista, é uma perversidade.

M.L. - Terá a Bouça respondido ao que se pretendia inicialmente com o SAAL? Seria

possível construir para um maior número e fazer “arquitetura de autor”?

J.A.B. – Não, porque foi um processo interrompido, todos os projectos do Porto foram interrompidos. Aquilo acabou abruptamente, inclusivamente a Câmara moveu esforços intensos para denegrir os projectos de arquitectura, já não era só a imagem era mesmo o projecto de arquitectura, o conceito de arquitectura e de projectar a cidade. Artigos de jornais etc., tudo isso estava em causa portanto não cumpriu porque nem toda a gente teve acesso à casa. Nesse sentido a primeira Bouça não cumpriu o que se pretendia com o SAAL. Agora relativamente a fazer arquitectura de autor para um maior número sim é possível e o SAAL prova isso, algum SAAL prova isso.

Entrevista a Nuno Portas

Porto, 10 de Maio de 2010

Pretende-se, com esta entrevista, um posterior cruzamento de opiniões entre Nuno Portas e Alexandre Alves Costa.

Margarida Leitão – As suas divergências, em termos de posição perante o SAAL, com Alexandre Alves Costa são conhecidas. Em que medida discordavam?

Nuno Portas - Discordávamos com aquelas coisas do Maio de 68, de fazer o arquiplano, de baixo para cima. Todos nós achávamos isso mas o SAAL não era para isso, era para dar casas às pessoas, portanto não era para fazer planificação. O Alexandre com isso e ao insistir nisso, como faz no filme do João Dias (“As Operações SAAL”), só incrimina mais o SAAL na guerra com a Câmara. O urbanismo seria para depois da constituição, agora fariamos casas da melhor maneira possível, era uma questão pragmática. Se nós não sabíamos quais eram as competências do Município, não sabíamos ao que isto ia dar, não iam fazer planos. Então agora a partir dos bairros das ilhas, dos interiores dos quarteirões, que fazemos a nova urbanização do Porto? Isto era o tipo de estratégias do chamado extra-parlamentares como chamavam em Itália, da extrema-esquerda que de facto estava-se nas tintas para os resultados, o que queria era fazer a alternativa total, a alternativa poética, a alternativa estética, a alternativa radical. A contradição é o Alexandre ser responsável pelo SAAL e não esconder esse tipo de atitudes que eu diria, como o Lenine, que eram um pouco infantis. Na tal condição de o povo é quem vai tomar,

o povo é quem mais ordena e portanto em nome do povo (como aconteceu na Rússia), os intelectuais passam a ser os interlocutores do povo. Os outros são todos contra o povo mesmo que não tenham sido eleitos, não era preciso mais, de resto não queriam ser eleitos enquanto não se quantificassem. A história mais divertida que tenho da minha vida nesse aspecto é uma visita ao bairro da Boavista que fiz com uma socióloga americana, uma grande perita das Nações Unidas que andou muito pelo Brasil a estudar as favelas. Fui dar uma volta com ela à Boavista de Lisboa, junto de Monsanto e estava uma velhota a tapar os buracos da barraca dela que era uma barraca de lata forrada por dentro a tijolo, fingia que era de lata para a Câmara não deitar abaixo. Começámos a fazer-lhe perguntas e chegámos à conclusão que morava ali com o filho. Perguntamos-lhe: “Então e onde está o seu filho?” Ao que ela responde: “Ah, o meu filho foi para o Terreiro do Paço, fazer uma manifestação contra a auto-construção organizada pela UDP”. Ainda não tinha nada a ver com o SAAL, simplesmente ela estava a fazer auto-construção na barraca dela e o filho manifestava-se contra isso mesmo. Isto era as contradições no seio do povo. A ideia que o Alexandre ajudou a criar, eu diria que isto era das poucas coisas que tenho dificuldade em esquecer, é que eu sempre defendi a auto-construção quando o que eu defendo é a auto-construção para quem a quer fazer. Para mim era uma escolha, para o Alexandre era já um erro o que quer dizer que o Alexandre é menos democrático do que eu porque eu admitia ambas as hipóteses. No Algarve fizeram auto-construção brilhantemente, toda contabilizada. O Porto era contra a coisa porque o comando do Porto não era PC era MDP. No Algarve era PC e era um arquitecto divertido e muito pragmático, o Veloso. Já se tinha percebido isso no filme dos “Índios da Meia Praia” de Cunha Telles, esse filme mostrava bem essas contradições incluindo aquela história fatal que destruiu o SAAL do Algarve das vésperas das eleições que se vê no filme eles a dizerem: “Amanhã vejam lá se votam em quem vos deu as casas”. Do lado do PC o pecado era este, porque o PC estava dentro do poder. Do lado dos extra poder, era o contrário, era radicalizar ao máximo para mostrar a diferença. O grande equívoco meu em relação ao SAAL, foi que eu sempre pensei que o SAAL era para tratar dos clandestinos, que seria para tratar dos clandestinos. Entretanto reparei que o SAAL estava todo a fixar-se nos centros históricos, de Lisboa e do Porto com poucas

excepções, mesmo as de Setúbal foram mais tardias e muito turbulentas porque o SAAL estava do lado dos esquerdistas. Quantas vezes saí do Ministério para ir apagar fogos, eu fazia o papel de apaga fogos. Para dar um exemplo, uma vez telefona-me o presidente da Câmara de Oeiras que era PC e tinha como arquitecto a trabalhar nisto o Vereador Jorge Viana que era um arquitecto do grupo do Teotónio que também era MDP (o escritório dele era numa furgoneta e andava por todo o concelho, fazia logo ali o desenho para entregar, isto já antes do 25 de Abril), e disse para eu ir lá ver o que se passava com as brigadas. O que encontrei foi um amontoado de gente de LUPEM ocupando a sala da Câmara e à frente a brigada. Eu perguntei o que é que se passava e o problema era que eles não queriam fazer o bairro onde a Câmara tinha decidido, queriam fazer o bairro onde estavam as barracas mas que era alagado todos os anos. O que estava escrito no papel era para ser o mais próximo possível do local caso não pudesse ser no próprio local. Haviam dois núcleos, o Jorge Vieira como vereador já tinha feito o esquema e então juntou os dois bairros na mesma encosta. Transformaram aquilo numa luta contra a Câmara quando a brigada deveria colaborar com a Câmara e escolher o melhor sítio, o papel da brigada não era dirigirem o povo. O Estado não pagava para as brigadas ensinarem política ao povo. Isto apesar do meu cuidado em escolher gente muito diferente em termos de origem política, a Maria Proença não tinha partido nenhum, o Alexandre sim mas a Margarida Coelho não, os do Algarve tramaram-se devido à questão que já referi anteriormente porque o PC não ganhou as Câmaras, só ficou com duas, todas as outras passaram para o PS e para o CDS que obviamente não viam aquilo com bons olhos. Isso é a única coisa que eu tenho a queixar-me ao Veloso mas que é da mesma natureza da radicalização que o Alexandre comandou no Porto. Portanto tudo isto era muito complicado. O que eu não perdoo é que eles tenham transformado em a guerra número um não a guerra de fazer casas mas sim a guerra de mostrar à Câmara que se tinha que fazer o anti-plano. Estou obviamente a exagerar porque o Alexandre não pensa nisto, o Alexandre não é daqueles arquitectos que não quer saber da arquitectura, muito pelo contrário, ele quer é que se desenhe e que se faça mas teve que conciliar isso com uma atitude que é transformar o desenho em arma de guerra contra a Câmara. Perdeu-se muito tempo com isso, fartei-

me de vir cá ao Porto por situações muito parecidas com aquela que contei de Oeiras. Tínhamos que chegar a compromissos e a cultura do compromisso não existia naquela altura, num período revolucionário não se pode contar com compromissos, tudo é inimigo e pode ser inimigo por uma coisa assim ou porque pensa o contrário. Era muito violento aquele período. Eu tinha a vantagem que não pertencia a partido nenhum.

M.L. – Relativamente ao período antes do 25 de Abril...

N.P. – A tese de doutoramento Bandeirinha fala muito bem desse período, até para mim foi uma revelação. Foi aos documentos que o Teotónio e não só lhe deram e mostra que sem o Teotónio o SAAL não tinha nascido por mais que eu andasse a pintá-lo. Até as viagens que eu fiz como por exemplo a Marrocos, era o Teotónio que me empurrava para ir.

M.L. – Como é que o Teotónio Pereira conhecia tudo isso?

N.P. – Através da União Internacional dos Arquitectos, enquanto os outros andavam no CIAM, ele pendurou-se na União Internacional dos Arquitectos que não tinha arquitectos de prestígio, a não ser um ou outro que iam lá só nos congressos, mas tinha uma comissão do Habitat. A comissão do Habitat era muito interessante, eu cheguei a ir a uma ou duas com ele. Posteriormente fui à Roménia com ele também, levou-me a uma reunião a que eu pude entrar porque já estava no LNEC em 64 e o LNEC tinha uma espécie de carta-branca para viajar para os países do leste coisa que de outra maneira não era possível. Foi aí que o Teotónio teve contactos com alguns dos brasileiros como é o caso do Joaquim Guedes, Carlos Nelson dos Santos, etc. Também os conheci nessas reuniões sobre a América Latina. Depois pude ir fazer a visita com a desculpa do concurso Previ, das Nações Unidas, a Lima. É muito interessante porque era a questão da baixa altura/alta densidade que era o que eu também ligava ao que devia ser o SAAL, não era fazer grandes blocos e no Porto não se fizeram. O Manuel Vicente e o Hestnes queriam por força fazer os seus grandes blocos que também podiam ser feitos nos Olivais, em Chelas, etc., com participação ou sem participação. Agora depois virem contar-me que as pessoas diziam “se os ricos vivem em casas altas, nós também queremos” eu diria que também poderia ser

ao contrário “ os ricos também sabem que quando podem têm casas baixas”.

M.L. – De que forma é que as políticas de Housing da América Latina, nomeadamente as de John Turner, o influenciaram na altura?

N.P. - Aquela expressão do Turner que eu sigo muitas vezes e no filme do João Dias lembrei, “muitos arquitectos por metro quadrado”, é muito interessante. Turner teve que fazer o serviço cívico na América Latina para não ir para a tropa. Foi para Lima no Peru e nessa altura as Nações Unidas decidem fazer no Peru uma resposta aos bairros de autoconstrução que se tinham feito por lá através de grandes arquitectos. De Espanha foi o Vazques de Castro que tinha feito o Cano Roto, que era o bairro mais importante feito em Espanha, foi também um Colombiano porque na Colômbia era onde as Nações Unidas tinham o centro de irradiação de ideias para toda a América Latina. Entendi-me muito bem com o Turner, encontrei-o posteriormente no Brasil. Já tinha lido o seu livro, “Housing by People”, ainda não tinha saído mas o livro foi saindo na Architectural Design em cinco números seguidos. O Turner era muito mais radical do que eu achava que se poderia ser aqui na Europa porque a regra de ouro dele era que o Estado só deveria fazer aquilo que só ele pode fazer, as casas as pessoas podiam faze-las. Portanto o que era importante era o site and service, não pagamos casas, pagamos ruas. Curiosamente a União Europeia com o FEDER também diz não pagamos casas, pagamos a urbanização. A urbanização era a chave disto tudo mas eu só comecei a virar da arquitectura para o urbanismo sabendo que era preciso virar alguma coisa mais tarde (a arquitectura não me dava direito a ser urbanista só por si, a arquitectura que aprendíamos e praticávamos). Era preciso dar uma volta à cabeça. De facto aprendi isto com eles, com os brasileiros e com Turner, era preciso pensar noutras coisas com outros regimes e provavelmente desenhar uma casa não é o mesmo que desenhar a cidade, não é homólogo.

M.L. – Entretanto Turner vem a Portugal ver as operações do SAAL...

N.P. – Pois vem cá porque eu o convenci a vir cá e é nessa altura que ele diz a piada notável: “Este programa parece uma ideia muito interessante mas tem arquitectos a mais por metro quadrado de construção”. Os arquitectos tomaram este projecto como o seu

projecto, a sua bandeira, curiosamente até muitas vezes desprezando as cooperativas. Eram cooperativas mas que trabalham com as pessoas que já lá estão, enquanto que a maior parte das pessoas que precisam de casa não estão lá, nem nos bairros de lata, nem nas ilhas, estão fora a urbanizarem-se clandestinamente e de todas as maneiras. Era ali que tínhamos que atacar mas é muito difícil organizar associações de moradores num ambiente disperso por isso é que as cooperativas acabaram por ser cooperativas de quem quer que seja que se torne sócio. Era esse espírito das cooperativas que eu lancei ao mesmo tempo que o SAAL porque eu achava que naturalmente o SAAL devido à condição da proximidade devia ser muito restrito em relação à área dos problemas. Curiosamente fazer reurbanização, em vez de chamar reabilitação, e como era reurbanizar as Câmaras acharam que era um problema dos seus serviços de infra-estruturas e com isto desviaram-se. Neste ponto o SAAL também perdeu a guerra porque eu pensava muito à moda da América Latina que se começava pelas ruas e até pelos equipamentos e depois as pessoas. Neste panorama o que me preocupava mais, devido também às minhas idas à América Latina, eram os bairros clandestinos e não me apercebi que ao lançar ao SAAL, que não dizia onde é que era se era no centro ou não, os arquitectos que na altura eram poucos e não ligavam nada aos bairros periféricos nem às Câmaras da periferia, estava tudo centrado na cidade capital e portanto achavam que a cidade é que merecia aquele programa. Até poderia ser que não fosse o sítio ideal começar pelos centros só que o problema estava ali à vista e todas as políticas iam no sentido de começar pela cidade do Porto e pela cidade de Lisboa. Mas o SAAL aqui misturou-se de início. Uma pergunta que seria interessante para fazer ao Alexandre é porque é que aparece entroncado a luta dos bairros camarários com o SAAL quando não houve nenhum esforço para melhorar os bairros camarários perante o SAAL e era fácilimo com o mesmo esquema, não era preciso fazer casas novas. Porquê ir para as ilhas? Nada dizia que se devia ir para as ilhas. Mas eu tomei uma posição, havia pessoas responsáveis para cada zona, só me metia quando me chamavam. Essa direcção não me competia nem o despacho comum dizia onde é que deveria ser, só dizia que o Município é que tinha que disponibilizar os terrenos. O Alexandre não quis saber disso porque quase todos os terrenos aqui do Porto foram uma luta aberta. Em Lisboa não havia problema

porque os bairros estavam em terrenos camarários, no Porto era mais complicado porque as ilhas eram terrenos privados.

O SAAL tinha sempre razão. E o SAAL quem era? O SAAL era a brigada. Eu não tenho a certeza se as pessoas que trabalhavam no bairro eram verdadeiros representantes dos moradores e dos interesses dos moradores ou se era para fazer as suas lutas próprias e as suas vinganças com os tipos da Câmara do tempo do fascismo. Era uma espécie de ajuste de contas. Os arquitectos aí tem que assumir em parte isso e então também têm parte da culpa no abrandamento do SAAL porque a verdade é que o despacho também dizia que logo que a constituição definisse as competências das Câmaras o SAAL passava a ser integrado nas políticas municipais, o que era lógico do meu ponto de vista. A famosa extinção do SAAL é falsa, a extinção do SAAL foram as eleições. A maior parte dos processos acabaram quando o PS e o PSD ganharam as eleições municipais, daí que tenham sido deputados do PS e do PSD que se levantaram na assembleia contra a guerrilha local do SAAL. O mais sensato de todos, que conseguiu levar as coisas um pouco mais longe, foi o Veloso porque também era mais pragmático. Em Lisboa nunca percebi bem os critérios, no fundo eram funcionários do FFH como é o caso do Manuel Vicente.

Outra parte que tem sido muito pouco estudada era podermos ver o que se alterou depois da chamada obra acabada. Admite-se que passado um mês as pessoas tenham substituído os portões, fechado as marquises, substituído a tijoleira por alcatifa? Para que é que serviu a participação? Para que é que no mês seguinte já estavam a alterar os materiais? Então afinal tinham dinheiro porque estavam a gastar dinheiro em luxos que não tinham custado nada se fossem integrados logo na obra. O arquitecto tinha a mais-valia da participação e os habitantes depois vão pagar outro chão? Eu devia saber, até porque tinha sido professor na escola, que a profissão estava a caminhar para o vedetismo do arquitecto que era menos sensível nos anos 50 quando comecei a profissão...

M.L. - Como surgiu a oportunidade do convite para Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo?

N.P. - Foi uma coisa puramente ocasional assim como todas as coisas que para mim foram importantes. Eu era funcionário do LNEC e o Ministro das Obras Públicas,

engenheiro Manuel Rocha, era o director do LNEC. Quando o Spínola, Pereira de Moura e os militares o escolheram, ele depois chama-me logo a seguir à manifestação do primeiro de Maio. Disse-me: “Você tem andado aqui a trabalhar no campo da habitação, fez o Colóquio da Habitação, portanto eu acho que você me vai ajudar nisto, queria que me ajudasse a montar o ministério”.

M.L. - Porque é que o SAAL nunca passou de um despacho que é a medida legislativa mais precária?

N.P. - Achei que sem experiência não se podia fazer legislação, não se podia consolidar. Como nunca chegou a ter uma lei, era completamente informal.

M.L. - A nova fase da Bouça, mais interclassista, é, na sua opinião, contraditória do espírito do SAAL ou uma continuidade? Foi uma perversão do projecto inicial?

N.P. - Nós temos boa experiência de bairros interclassistas e más experiências de bairros ou só de imigrantes ou só de pessoas de uma única raça assim como o que acontece nos outros países. Agora não é magicamente juntando-os que se dão todos bem. O que acontece na Bouça é que admitindo que aqueles que tinham o vago direito de poder ir para lá, os que foram embora por não terem lugar devido à obra ter ficado incompleta, não quiseram ir para lá (suponho que foram avisados porque ouvi o presidente da associação dizer isso). Quando Vila Verde das cooperativas se meteu a fazer aquilo, que a Câmara do Porto nunca faria se não tivesse havido aquele encosto por parte das cooperativas no tempo de Nuno Cardoso, eu penso que nesta fase o terem posto em hasta pública as casas que ficaram disponíveis era a única coisa que eles podiam fazer, ainda por cima eram uma cooperativa. Uma cooperativa não escolhe classes, fixa preços. Neste caso fizeram um anúncio, pelo menos é o que ele diz. Passando a sedimentação do bairro, que nesta altura já é um bairro “para burguês”, (já era porque passado estes anos todos as pessoas já mudaram muito os seus níveis de vida, os filhos já trabalham, etc.), entrarem agora mais uns jovens arquitectos até pode ser interessante. Eu não vejo nenhum inconveniente, acho que o Alexandre exagerou talvez por não saber que não havia candidatos dos moradores previstos inicialmente para aquelas casas. Mesmo isso era um direito moral, não era

um direito real que as pessoas tinham. No Barredo quando se deu a volta a maior parte também não quis vir do Aleixo porque o Aleixo era um bairro que tinha mais prestígio que o Barredo, só para a Unesco e para os turistas é que é o contrário mas para viver o Aleixo é melhor. O problema é a mistura que lá se arranjou naqueles prédios em altura que é pior sempre que a mistura na horizontal porque estão condicionados aos elevadores. Eu sempre aprendi na América Latina que o problema são os elevadores, os elevadores são o sítio do medo. No Barredo ficou combinado que eles iam para o outro bairro e que assim que ficasse acabado eles tinham a opção. Não optou quase nenhum. O projecto da Bouça já era anterior ao SAAL mas a Associação de Moradores era activa e esta deve ter visto a vantagem daquilo poder continuar como SAAL, ninguém se opôs a isso. O projecto já estava feito, não era obrigatório fazer um projecto novo.

M.L. - Não acha interessante ou um sinal dos tempos que agora a gentrificação das cidades se faça já não só nos centros históricos mas também nos bairros de autor?

N.P. - Não só nos bairros de autor mas também nas periferias. Não tanto no caso da Bouça mas o que é preciso sobretudo é a qualificação do espaço público. O espaço público e a imagem do bairro, é a chave para as pessoas se darem bem lá ou não. Nos Olivais não há guerrilhas, em Chelas há exactamente porque Chelas tem um excesso de espaço público que ninguém sabe para que é que serve, é o no man's land que é perigosíssimo.